



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 136

IV Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 15 de abril de 2016

Presidente: *Deputada Ana Luís (substituída no decorrer da sessão pelo Sr. Vice-Presidente, Deputado Ricardo Cabral)*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Cláudio Almeida)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 11 minutos.

Agenda da Reunião:

- [Projeto de Resolução n.º 134/X – “Modelo alternativo de transporte marítimo de mercadorias nos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP;

Dando continuidade ao debate do dia anterior, usaram da palavra a Sra. Deputada Graça Silveira (CDS-PP), os Srs. Deputados Paulo Estêvão (PPM), Jorge Macedo (PSD), Aníbal Pires (PCP), Lizuarte Machado (PS), José Ávila (PS), André Bradford (PS), Artur Lima (CDS-PP) e ainda a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

Submetido à votação o diploma foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados José Ávila (PS), Graça Silveira (CDS-PP), Jorge Macedo (PSD) e Paulo Estêvão (PPM).

- **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 156/X – “Recomenda ao Governo Regional que tome as medidas necessárias para assegurar a gratuidade dos manuais escolares no 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico e o seu alargamento progressivo a todos os ciclos de ensino que compõem a escolaridade obrigatória na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP;

Após a justificação da urgência e dispensa de exame em Comissão pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), passou-se para a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Projeto de Resolução n.º 156/X – “Recomenda ao Governo Regional que tome as medidas necessárias para assegurar a gratuidade dos manuais escolares no 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico e o seu alargamento progressivo a todos os ciclos de ensino que compõem a escolaridade obrigatória na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP;

No debate usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Aníbal Pires (*PCP*), Nuno Meneses (*PS*), Judite Parreira (*PSD*), Graça Silveira (*CDS-PP*), Zuraida Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*), Catarina Moniz Furtado (*PS*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*) e a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

Novamente por maioria, o diploma foi rejeitado aquando da votação em plenário.

- **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 67/X – “Altera o Vale Saúde e aprova o Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para cirurgia da Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP;

A justificação da urgência e dispensa de exame em Comissão coube ao Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), usando posteriormente da palavra o Sr. Ricardo Cabral (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi rejeitado por maioria.

- **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 157/X – “Pronúncia por iniciativa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre a construção do Novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE, o qual foi aprovado por unanimidade, após a justificação apresentada pela Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*).

- **[Projeto de Resolução n.º 157/X – “Pronúncia por iniciativa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre a construção do Novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada”](#)**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE;

No debate usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Zuraída Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), José San-Bento (*PS*), José Andrade (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Graça Silveira (*CDS-PP*) e ainda a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

- **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 66/X – Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2014/A, de 9 de julho, que cria o Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial - COMPETIR +**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS;

Para justificar a urgência e dispensa de exame em Comissão usou da palavra o Sr. Deputado André Bradford (*PS*), tendo de seguida usado da palavra o Sr. Deputado António Marinho (*PSD*) e a Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*).

O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovada por maioria.

- [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 66/X - Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2014/A, de 9 de julho, que cria o Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial - COMPETIR](#) ±, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS;

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado André Bradford (PS), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as António Marinho (PSD), Paulo Estêvão (PPM), Aníbal Pires (PCP), Graça Silveira (CDS-PP), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila).

O diploma foi aprovado por maioria.

- **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de abril de 2016**, a qual foi aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 29 minutos.

Presidente: Bom dia.

Sr. Secretário faça o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 11 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco **Messias**

Catarina Paula **Moniz Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Iasalde Fraga **Nunes**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz da **Costa**

Nuno Miguel Aguiar de **Meneses**

Paula Alexandra Pires Silveiro **Bettencourt**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Maria de Medeiros **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Paulo Henrique **Parece** Baptista

Paulo Jorge da Silva **Ribeiro**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Maria da **Graça** **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 48 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos continuar com o debate do ponto 10 da nossa Agenda.

Está inscrita a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária:

O Governo afirma que não há necessidade nenhuma de fazer um estudo porque este modelo é bom, como de resto foi dito pelas pessoas que foram ouvidas na Comissão.

Devo dizer-lhe, Sra. Secretária (não estava lá, mas o Sr. Deputado José Ávila, em abono da verdade, pode confirmar aquilo que vou dizer agora aqui), que todos os operadores disseram que este era o melhor modelo que tinham encontrado, ao abrigo das restrições legais que existem hoje em dia.

Ou seja, para cumprirem as quatro obrigações que lhe são exigidas para operar na Região, a forma como estão a fazer a distribuição das mercadorias, a forma como estão a operar, foi o melhor que conseguiram encontrar para serem economicamente viáveis. Foi ou não foi, Sr. Deputado?

Mais. Todos eles foram unânimes em dizer que achavam muito bem que se fizesse o estudo, que é a proposta do CDS. Não houve uma única pessoa que foi ouvida que achasse que não havia necessidade nenhuma de fazer este estudo.

Já agora devo lembrar-lhe que não deixa de ser no mínimo estranho termos um modelo onde os operadores estão sujeitos a obrigações, a quatro obrigações (preço único, destino às ilhas, toque a toque, sair de Lisboa diretamente à ilha de destino, frequências, etc., etc.), e não terem contrapartida nenhuma, porque o Governo não lhes dá contrapartida nenhuma.

O Governo diz que a bondade deste modelo é não haver subsídição.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Está enganada!

A Oradora: Então o destino Açores, o mercado Açores, deve ser muitíssimo apelativo para estes operadores – questão que eu coloquei.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Está enganada, Sra. Deputada!

A Oradora: Então o mercado Açores é muito apelativo. Por que é que os faz vir para a Região?

As respostas foram do tipo: “ah, está no nosso ADN os Açores”; “a nossa empresa foi criada nos Açores”.

Até percebo que estejamos numa fase dos afetos, mas não acredito que empresas que têm que ser economicamente rentáveis e viáveis venham operar para os Açores só porque lhes está no ADN os Açores e porque têm um afeto muito grande pela Região Açores.

Portanto, há aqui mais e menos que não está a ser explicado.

Aliás, esta dualidade de critérios em relação aos modelos de transporte do Governo não deixa de ser interessante. É que no modelo de transportes aéreos, durante anos, não se podia mexer, porque a partir do momento em que deixasse de ser um modelo com obrigações de serviço público, com dinheiro do Governo, as ilhas iam ficar sem acessibilidades.

Ao contrário, quando estamos no modelo de transportes marítimos de mercadoria, o Governo acha que a bondade do modelo (e que não se pode mexer) é exatamente o Governo não pagar um único “tusto”, não pagar um único escudo à operação dos operadores na Região.

Portanto, afinal a equidade entre ilhas como é que se garante? Garante-se com obrigações de serviço público no transporte aéreo e sem subsidiação no transporte de mercadorias.

(Aparte inaudível do Deputado José San-Bento)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O estudo é que vai dizer! É um estudo!

Deputado José San-Bento (PS): É, é!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É um estudo, senhor. Não sabe o que é que quer dizer estudo? Vá ao dicionário que está lá escrito o que quer dizer “estudar”.

A Oradora: Mas falando em estudos, existem estudos que foram feitos, nomeadamente encomendados pelo Governo Regional, um deles de 2010, da

“Transport Solutions”, que diz que (nem sequer é o CDS!) neste momento, os três operadores que estão a fazer o transporte marítimo de mercadorias nos Açores, estão a fazer o que se chama a subsidiação cruzada. Ou seja, os trajetos que são altamente deficitários, estão a ser pagos com os trajetos que são rentáveis que estão muitíssimo inflacionados naquilo que é cobrado ao trajeto. Isto chama-se subsidiação cruzada, vulgarmente falando, cartel.

Ou seja, se houvesse uma única empresa na Região a operar podia decidir quais eram os preços que queria impor a qualquer um dos trajetos: punha um preço elevado nos rentáveis para conseguir cobrir os trajetos altamente deficitários.

Não é o caso. Temos três operadores. Supostamente deviam estar em concorrência, mas na realidade estão todos a praticar o mesmo preço.

Deputado Lizuarte Machado (PS): A tabela é oficial e obrigatória. É publicada todos os anos!

A Oradora: Na realidade, nenhum deles se diferencia entre si e isto tem um nome: é cartel! Portanto, essa é a questão.

Isto afinal não é um modelo que seja a lei do mercado a funcionar.

Então temos um modelo em que não temos a lei do mercado a funcionar?

Temos apenas obrigações por parte do Governo?

Como é que conseguimos ter os operadores a funcionar aqui?

A questão que se coloca uma vez mais é, por que é que o modelo deixou de funcionar? O tal modelo que tem 20 anos, cheio de virtudes e dados, como diz o Sr. Deputado.

A primeira virtuosidade, ponto a ponto, em que se formos mexer no modelo, vamos passar a ter as tais plataformas logísticas, como chamava atenção o Sr. Deputado Aníbal Pires, e chamando atenção para o facto de, se fôssemos mexer, o Faial não seria uma das ilhas a ter plataforma logística.

Pois eu devo dizer que neste momento não há uma única ilha em que esteja a ser entregue a mercadoria ponto a ponto, a não ser São Miguel.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não é verdade!

A Oradora: As mercadorias estão a sair de Lisboa,...

Deputado Miguel Costa (PS): Não é verdade!

A Oradora: ... estão a ser deixadas em São Miguel, e por acordos *slot* a seguir estão a ser distribuídas nas outras ilhas.

Portanto, o Faial neste momento não está a receber mercadoria diretamente do continente.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Está a receber, está!

A Oradora: A mercadoria é deixada na Terceira, a seguir vai a São Miguel... Isto é verdade. É público e publicado. Os operadores dizem e está aqui na comunicação social. Todos os dias vemos.

Ou quem está a falar a verdade é o Governo, ou quem está a falar são os nossos empresários locais que encomendam as mercadorias e que denunciam publicamente com nomes, inclusivamente.

Portanto, há aqui duas realidades paralelas que os açorianos necessariamente não entendem, que é aquilo que o Governo vê, é aquilo que os operadores veem e aquilo que os nossos empresários que encomendam as mercadorias veem.

Portanto, toda a gente sabe que as mercadorias estão a ser deixadas em São Miguel. Por acordos *slot*, estão a subcontratar-se umas às outras para fazer a distribuição entre ilhas.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Isso é o que diz a lei!

Deputado José Ávila (PS): É uma questão de eficiência!

A Oradora: Portanto, neste momento já não existe entrega direta.

Já existe uma plataforma logística em São Miguel, que recebe as mercadorias e depois são redistribuídas, e algumas vão para a Terceira.

Portanto, estava a explicar-lhe, Sr. Deputado Aníbal Pires, que a sua preocupação de passar a haver uma plataforma logística ou duas, e que nenhuma delas seria no Faial, neste momento, com o atual modelo, já existe, não de uma forma oficial, mas é o que se está a passar na prática.

Portanto, aquilo que temos que garantir, até porque muitas coisas mudaram nos últimos 20 anos, é que o transporte de mercadorias seja eficiente.

Neste momento são muito poucos os empresários locais que façam *stocks* de mercadoria. Vamos todos os dias às lojas e aos supermercados e pedimos coisas, “ah, não temos, mas se quiser posso encomendar”.

Antigamente consigam praticar preços mais baixos, porque encomendavam quantidades enormes de mercadorias que faziam *stock* e permitia-lhes negociar para baixar o preço.

Neste momento, ninguém está a fazer *stocks*. As pessoas estão a encomendar o que precisam para os seus clientes. Portanto, menor volume de mercadorias, com maior frequência.

Este modelo não dá resposta a esta nova realidade.

Portanto, o CDS não tem um modelo de eleição.

Aquilo que o CDS quer é que o Governo se disponibilize para fazer um estudo onde se avaliem vários modelos, onde se comparem vários modelos em termos de rentabilidade económica e que sirvam o nosso tecido económico, as nossas empresas que estão a falir, que estão a ser estranguladas pelo modelo de transporte de mercadorias que temos hoje em dia e que os senhores teimam em não querer mudar. Nem sequer querem avaliar com um estudo.

Quando falamos no preço único, e do Governo Regional não estar a subsidiar este modelo, é uma enorme falácia.

Todos nós, e o CDS é o primeiro a querer que exista equidade entre as ilhas.

Agora, aquilo que nos distingue neste caso em particular é quem é que tem que ser responsável por essa equidade, porque neste momento aquilo que estamos a fazer é a obrigar os empresários locais, os nossos empresários, a pagar preços elevadíssimos pelos transportes, e com esse custo é que estão a subsidiar a igualdade entre ilhas, quando isso é uma obrigação do Governo Regional.

O Governo Regional não pode comprometer a viabilidade económica das nossas empresas que já estão a falir, para garantir uma equidade que é da responsabilidade do Governo Regional.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Regional e da República!

A Oradora: Portanto, este modelo não está a dar resposta aos nossos empresários que todos os dias, em todas as visitas que todos os Deputados desta Casa fazem a empresários locais a principal queixa é, os transportes marítimos de mercadorias estão a estrangular o mercado açoriano.

Portanto, devo dizer-vos que neste aspeto o Governo Regional está a falar a uma voz, tem uma opinião. Os nossos empresários têm outra opinião completamente diferente e seguramente não vão perceber que o Governo Regional nem sequer queira considerar a possibilidade de fazer um estudo para avaliar se este modelo serve ou não serve os açorianos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apesar de correr o risco de hoje parecer um pouco descontextualizado, vou voltar a fazer uma afirmação, vou voltar a referenciar a questão da arrogância.

Quando me inscrevi foi logo após a intervenção do Governo nesta matéria.

A questão é esta: quando eu referenciei a questão da arrogância, não só pela ausência do titular desta pasta neste momento e neste debate, foi também pela atitude demonstrada no âmbito da audição na Comissão Parlamentar.

Aí a postura do Governo foi uma postura de considerar que não tem nada que debater este assunto, que não há nada a equacionar e o próprio Secretário teve muita dificuldade e mostrou-se muito incomodado em responder às questões.

Portanto, esta atitude, é uma atitude que é condenável desde já, por isso é que eu ontem fiz referência e volto a reafirmar. Esta não é uma postura que ajude a resolver os problemas. A postura correta é a postura de diálogo, de abertura.

Nem sempre temos razão.

A questão que é fundamental é ter a capacidade de conseguir ouvir os argumentos dos outros, de conseguir perceber quais são os dados que estão sobre a mesa e depois ter a capacidade de fazer uma análise objetiva em relação a esta questão.

E uma postura de recusa do diálogo desde o primeiro ponto, uma recusa inicial do diálogo, penso que é sempre um mau sinal para a democracia e para a eficácia da gestão do Governo. Esta é a primeira questão que gostava de reafirmar.

A segunda questão tem a ver também com as audições que realizámos junto deste setor. E o que ficou muito evidente (muito, muito evidente) para todos os que participámos nos trabalhos, e está aqui refletido também no âmbito do relatório parlamentar, foi o testemunho sobre uma redução drástica da atividade do setor, uma redução muito significativa.

Os senhores podem dizer-me: “bom, mas isso tem única e exclusivamente uma explicação: isso tem a ver pura e simplesmente com a diminuição da atividade económica no conjunto da Região; tem a ver com a crise económica que a Região está a atravessar”.

Esta é com certeza uma explicação, mas não podemos colocar de lado também a possibilidade do próprio sistema de transportes marítimos, a própria arquitetura do sistema de transportes marítimos, estar a afetar também o volume de mercadorias que são transportadas e de estar a afetar a própria atividade económica.

Esta é uma possibilidade que temos que considerar.

Eu não estou a dizer que tenho os dados suficientes para poder fazer esta afirmação.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Deputado, qual foi o negócio que se deixou de fazer por falta de transporte?

O Orador: Não estou a dizer que tenho os dados suficientes para poder realizar esta afirmação de forma perentória. Eu não estou a dizer que tenho esses dados. O que eu estou a dizer é que é um fator que devemos considerar e que é um fator que devemos analisar. Não podemos colocá-lo de parte.

Esta questão é muito relevante e por isso, nesse estudo, este deveria ser também um dos pontos a considerar.

O terceiro campo de análise que quero aqui referenciar tem a ver com outro testemunho que foi feito pelos operadores. Esse testemunho é que as infraestruturas portuárias que estão a ser construídas ou que estão a ser reabilitadas, essas infraestruturas, nem sempre acautelam a eficácia das tarefas que têm e desempenham no âmbito do transporte marítimo de mercadorias.

Ou seja, o que alguns dos operadores nos disseram foi que estas modificações nas infraestruturas portuárias não estão a facilitar, não estão a potenciar o transporte de mercadorias.

Portanto, nesse sentido, este também é um ponto que deveria ser estudado: até que ponto é que existe uma articulação real, existe uma estrutura lógica, uma estrutura racional e objetiva no sentido de pensar as infraestruturas portuárias que estão a ser construídas, no sentido de dar resposta ao transporte de mercadorias e todas as atividades que lhe são inerentes.

Nesse sentido, esta dificuldade que foi referenciada e foi testemunhada pelos diversos agentes que foram ouvidos, é também, na minha perspetiva, algo que deve ser estudado.

O quarto ponto que quero referenciar para terminar a minha intervenção tem a ver com um apelo que quero deixar ao Governo nesta matéria. É que não faça neste setor a mesma coisa que fez em relação ao transporte aéreo de passageiros. Que não se feche, que não diga que tudo está bem. Que não deixe cair o setor numa situação de rotura, de insuficiência total e depois diga: bom,

agora, perante a situação em que estamos, temos que estudar e temos que proceder a alterações.

O meu apelo é que o Governo estude, que mostre predisposição para estudar e analisar estas questões com objetividade e depois, na posse desses dados, que decida a bem do interesse dos Açores.

Portanto, que abandone esta postura do que o que está bem e que não há nada a modificar e que não há nada a aprender.

Que tenha uma postura de humildade democrática, que se predisponha a estudar e que se predisponha a tomar as melhores decisões para os açorianos, nomeadamente no âmbito do transporte marítimo de mercadorias; que não se feche, como se fechou,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Terminou já, Sra. Presidente.

... durante muitos anos, a estudar e a analisar estas questões, conforme fez em muitos outros setores com os resultados que se conhecem.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Bom dia a todos os colegas Deputados e Deputadas, Sra. Secretária e Sr. Secretário.

Vou começar pelas palavras da intervenção do colega Deputado Sérgio Ávila.

Deputado José Ávila (PS): José!

O Orador: José Ávila, peço perdão.

“O modelo carece de aperfeiçoamentos”.

Sr. Deputado José Ávila, quais aperfeiçoamentos?

“O modelo necessita de aperfeiçoamentos, mas não carece de mudança do seu quadro legal”.

Sr. Deputado, nesta afirmação, o Deputado Paulo Estêvão acabou de referir que essa foi rigorosamente a vossa postura na intransigência da alteração do modelo de transporte aéreo de e para os Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Os senhores durante anos tiveram esse discurso, “o modelo necessita de aperfeiçoamentos, mas não necessita de ser alterado o quadro legal”. Foi isso que os senhores disseram durante vários anos.

O que é certo é que se estudou, se refletiu, muitos reivindicaram...

Deputado André Rodrigues (PS): Não é verdade! Já fizemos muitas alterações a nível dos transportes!

O Orador: ... e a mudança do quadro legal trouxe os benefícios que hoje todos, ou quase todos, somos unânimes em reconhecer.

Mas volto àquilo que referiu ontem. Não se percebe a posição do Governo e da maioria que o sustenta ou que o suporta.

Então se se diz que há potencial de melhoria, mas não se identifica quais são as melhorias, por que é que não se faz um estudo? Por que é que não se estuda quais são as melhorias que podem ser introduzidas para aproveitar o tal potencial de melhoria?

O Sr. Deputado consegue garantir que os preços praticados pelos operadores, e que são publicados todos os anos, são preços que estão otimizados? São preços que refletem aquilo que é realmente o custo e a rentabilidade que os operadores têm que ter na operação que fazem do transporte de mercadorias entre o continente e os Açores?

O senhor consegue garantir que não pode haver mais frequências e qual é o impacto, ou o provável impacto que esse maior número de frequências pode ter nos preços?

O senhor consegue garantir se a discussão que foi levada a cabo há algum tempo, e que pode até também estar subjacente à discussão neste diploma das

plataformas logísticas, se as plataformas logísticas acrescentam mais custos ou retiram custos à operação? Não consegue garantir isso.

Empiricamente esse sentimento provavelmente consegue-se, mas não é uma medida, não é uma medição real e concreta.

O senhor consegue garantir que a otimização das rotas atual é ideal?

Ou seja, tudo o que o senhor disse contradiz a vossa própria posição. Os senhores dizem que o modelo necessita de melhorias, não identificam as melhorias, mas não querem estudá-las.

Era preciso que conseguíssemos ou tivéssemos capacidade para perceber esse vosso raciocínio, porque esse vosso raciocínio é completamente...

Deputado Manuel Pereira (PS): Sugestões do PSD!

O Orador: ... pouco racional!

Gostava também que houvesse respostas concretas neste debate, já que os senhores começaram por anunciar que não querem estudar o modelo de transporte marítimo de mercadorias entre o continente e os Açores.

Era importante que os senhores também esclarecessem qual era o impacto, já que não querem estudar, da entrada em funcionamento dos novos ferries de 115 metros, que antes iam dar 25 nós e agora vão dar 18 ou 19 nós (solução com a qual, ou redução de velocidade com a qual concordamos, até porque o casco que iam utilizar no antigamente era um casco protótipo e de experiências nós já estamos bem fartos) na operação do inter-ilhas, até porque foi anunciado pelo próprio Governo que ele vai fazer transporte de carga rodada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Era importante que os senhores explicassem qual é o impacto da criação da região económica ou do mercado interno, na versão PSD ou na versão PS, da possibilidade de transacionar mercadorias entre as diversas ilhas?

Deputado Miguel Costa (PS): E qual a vossa opinião?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É fazer o estudo!

O Orador: Era importante que explicassem o impacto da entrada dos novos ferries...

Deputado Miguel Costa (PS): Qual é a sua opinião?

O Orador: ... na criação da região económica e também no facto dos navios que transportam a carga do continente para os Açores também fazerem transporte de mercadorias inter-ilhas e o que é que os ferries vão retirar de operação e de volume de carga aos outros navios de capotagem insular que atualmente operam?

Deputado André Bradford (PS): Concorda ou discorda da carga rodada?

O Orador: Sr. Deputado, a técnica já é muito conhecida. Já estamos há muitos anos aqui, já nos conhecemos muito bem, de parte a parte.

Quando não nos convém que ouçamos os argumentos, fazemos assim um bocadinho de ruído e fazemos uns apartes, que são sempre salutares, mas que não me vão desviar do meu raciocínio.

Deputado Miguel Costa (PS): Não! Tem é que dizer qual é o seu modelo!

O Orador: O meu raciocínio é perguntar a V. Exas.:

Os senhores acham que o modelo tem potencial de aperfeiçoamento; não identificam qual é o potencial de aperfeiçoamento; existe um conjunto de premissas que entram nessa equação às quais os senhores não dão resposta e depois dizem “nós não sabemos, não damos resposta, mas não queremos fazer o estudo”.

Eu termino esta minha intervenção com a mesma frase que utilizei logo no início e que é da autoria da Deputada Judite Parreira:

“Não querem estudar,...

Deputado Miguel Costa (PS): “Estão com medo!”

O Orador: ... não querem fazer um estudo, vão votar contra o estudo (foi as palavras dela), qual é o medo?”

Sr. Deputado José Ávila, qual é medo?

Obrigado.

Deputados João Bruto da Costa e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Começarei pela intervenção da Sra. Deputada Graça Silveira que, na apreciação que faz, foi muito além daquilo que é a apreciação feita pelos operadores, pelo menos tal como está relatada no relatório da Comissão (perdoem-me o pleonasma).

Para começar, se calhar, dois esclarecimentos que penso que são importantes.

Primeiro, as restrições legais que a Sra. Deputada refere que existem hoje em dia mais não são do que um conjunto de princípios fundamentais que, tal como já foi aqui afirmado, o Governo não está disponível para abdicar deles, porque são princípios que garantem a coesão regional, garantem a igualdade de tratamento de todas as ilhas.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas os princípios não se impõem!

A Oradora: A outra questão que acho também importante esclarecer à Sra. Deputada é que o Governo não tem dinheiro. O dinheiro é dos contribuintes, é dos açorianos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Estão a pagar este modelo, Sra. Secretária! Está a dar-me razão! É que este modelo é pago com o dinheiro dos açorianos. Não é pago pelo Orçamento do Governo!

A Oradora: Exatamente!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Cada vez que vão ao supermercado estão pagando

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Por isso, Sra. Deputada, tenho duas perguntas para lhe fazer, porque há duas questões que a senhora tem que esclarecer aos açorianos.

A primeira, é se o CDS-PP está disposto a abdicar desse conjunto de princípios que estão consagrados neste modelo e que garantem aos açorianos...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Claro que não! Já lhe respondi!

A Oradora: Claro!

Está disponível a abdicar dos princípios. Muito bem! Fiquei esclarecida.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eu já disse aqui!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: A segunda questão, Sra. Deputada, é o CDS-PP quer um estudo ou quer um subsídio?

Aquilo que me pareceu foi que, o que a senhora veio aqui defender, foi um subsídio aos transportes marítimos de carga.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Foi isso que a senhora defendeu aqui.

Portanto, julgo que a senhora devia esclarecer essas duas questões aos açorianos.

Primeiro: abdica dos princípios?

Segundo: este estudo é para chegar ao subsídio que a senhora tanto deseja?

Acho que é importante responder a essas duas perguntas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os senhores é que costumam fazer estudos à medida!

A Oradora: Outra questão.

Relativamente à questão do *stock* de mercadorias, acho que é muito elucidativo o depoimento prestado em Comissão pela Câmara de Comércio e Indústria da Horta, que vai exatamente no sentido contrário àquilo que a senhora afirmou,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quer falar de São Miguel?

A Oradora: ... que foi que uma das vantagens deste modelo, precisamente pela frequência das ligações, é que permite aos empresários diminuir os *stocks*. Isto é visto como uma vantagem.

Portanto, não sei como é que a senhora pode vir aqui fazer o discurso que fez relativamente à questão dos *stocks*.

Quanto à intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, devo começar por dizer-lhe que o facto de o Governo discordar não pode ser confundido com arrogância, Sr. Deputado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nem sequer querer conversar!

A Oradora: Não é essa a realidade, Sr. Deputado. Eu não vou...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está no relatório!

A Oradora: ... alargar essa discussão, mas só para lhe dizer que discordância não pode ser confundido...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está no relatório!

A Oradora: ... com arrogância.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está no relatório!

A Oradora: Por último, relativamente à intervenção do Sr. Deputado Jorge Macedo, penso que o Sr. Deputado para ter as dúvidas que ainda tem relativamente à introdução dos novos navios, é porque tem andado pouco atento, porque tem sido explicado e assumido que a entrada dos novos navios é vista pelo Governo numa ótica inclusiva, chamando as empresas ao sistema.

Aliás, foi também já afirmado que a exploração será facultada a privados, devendo ser envolvidos aqueles que até ao momento têm assegurado a operação.

Portanto, eu não consigo perceber...

Deputado Miguel Costa (PS): Ele também ainda não conseguiu perceber!

A Oradora: ... por que é que o Sr. Deputado ainda tem estas dúvidas relativamente a esta matéria.

Muito obrigada.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretário:

Eu não tinha ideia de voltar ao debate, até porque ontem, na intervenção que proferi, deixei clara a opinião, o sentido de voto, mas também os princípios do PCP relativamente ao modelo de transporte de mercadorias por via marítima, mas uma vez que a Deputada Graça Silveira, na sua intervenção, colocou aqui algumas questões, julgo ser curial voltar ao debate e dizer o seguinte:

Até concordo com V. Exa. relativamente ao facto de se estar a verificar ainda, não formalmente, mas se estar a verificar exatamente a situação que V. Exa. retratou relativamente à já existência de uma plataforma logística em São Miguel.

Na opinião do PCP, e como eu ontem referi e quero reiterar, os transportes marítimos de mercadorias necessitam de alguns ajustamentos, mas este quadro é um quadro que serve bem, desde que sejam corrigidas algumas “entorses”, a Região Autónoma dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas quais são as entorses?

O Orador: V. Exa. sabe perfeitamente quais é que são,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas tem de dizer quais são as entorses!

O Orador: ... até porque conversou com os operadores marítimos. Não é tanto com os operadores, é mais com os agentes económicos...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Os empresários locais!

O Orador: ... e das queixas que eles têm relativamente ao modelo de transporte.

Portanto, há aqui alguns ajustamentos que são necessários fazer, mas o modelo em si mesmo está bem desenhado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quais?

(Pausa)

Deputado Jorge Macedo (PSD): É verdade, quais?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga lá!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Não sabe!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, está no uso da palavra.

O Orador: Obrigado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão e Sr. Deputado Jorge Macedo, depois eu esclarece-
vos no intervalo,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Esclareça agora!

O Orador: ... até porque o Deputado Paulo Estêvão já não tem tempo.

Portanto, não vale a pena estar a procurar o diálogo comigo. Não vale a pena!

Mas a questão é a seguinte e esta é a principal questão:

As queixas aumentaram ou atingem aqui um nível de alguma preocupação e, legitimamente, o CDS trouxe essa preocupação através desta iniciativa, mas elas decorrem no essencial, o aumento das queixas dos agentes económicos de toda a Região, da recessão económica de que fomos vítimas, e de que estamos a ser vítimas, da diminuição da atividade económica, logo, da diminuição da carga.

É daí que advém o grande problema. O maior problema é esse, o que quer dizer que uma das soluções não é tanto... Eu já disse e já afirmei que o estudo é importante.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ah!

O Orador: Eu já tinha dito, Sr. Deputado.

Agora, a questão é esta. Há necessidade que a economia regional cresça e que saia deste ciclo de recessão.

É fundamental que o mercado interno funcione.

Portanto, aquilo que me parece fundamental é que também se tomem medidas a esse nível e quando se tomarem medidas a esse nível e este ciclo se inverter, é evidente que algumas, se não a maioria, das queixas que existem relativamente ao sistema de transporte de mercadorias por via marítima, vão acabar.

Portanto, há aqui um problema de diminuição da atividade económica e quando esse problema estiver resolvido o modelo de transportes marítimos...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

... como até aqui, ou até a alguns anos atrás, se tinha verificado, é adequado, independentemente de necessitar ou não de alguns ajustamentos.

Quanto ao estudo, como já ontem tinha dito, vai ter o voto favorável da Representação Parlamentar do PCP.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não era minha intenção intervir neste debate. Vou fazê-lo a título meramente pessoal, aliás.

Deputado Luís Garcia (PSD): Pessoal? Como é essa coisa de pessoal? Pessoal?!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Em termos de pessoa!

Deputado Luís Garcia (PSD): Ah! Em termos de pessoa! Vai ao dicionário ver o que significa “em termos pessoais”!

O Orador: Mas como já saiu um pouco do âmbito daquilo que é a proposta em si, embora não tenha saído do âmbito dos transportes, gostava de chamar a atenção para o seguinte:

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Quero desde já dizer que não defendo nenhum modelo em particular, porque só em presença de dados objetivos é que tomo uma decisão.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Depois queria dizer, relativamente ao Sr. Deputado Jorge Macedo e ao impacto dos novos ferries, que para esse “peditório” eu já dei o que tinha a dar. Independentemente daquilo que sejam as declarações do Governo, eu mantenho o que disse. Não tenho nada a alteração.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem! Disse que aqueles estudos eram o quê?... Lembras-te Miguel Costa?... “Um embuste”!

O Orador: A forma como funciona o transporte marítimo de carga contentorizada em linha regular para a Região Autónoma dos Açores, é preciso que se perceba o que é que é a linha regular e como é que isso se define.

Ou seja, o próprio Decreto-Lei 7/2006 parcialmente define essa situação. Isto quer dizer o quê?

Se é linha regular, quer dizer que as escalas e as saídas dos navios são feitas, independentemente de haver ou não haver carga. Isto tem implicações e custos globais acrescidos para o sistema, porque, por exemplo, o custo marginal de transportar um contentor ou de transportar mais um contentor num navio cheio, ou próximo de cheio, é igual ao custo da operação portuária, mas o custo marginal de transportar um contentor num navio que já não tem capacidade para o trazer é igual ao afretamento de um novo navio para transportar esse contentor.

É preciso perceber os custos que este sistema implica e que tudo isto implica.

Depois, e para responder ao Sr. Deputado Jorge Macedo que colocava a questão de, se se garantia que os preços que se praticam nos Açores são otimizados.

Ora bem, os preços reais praticados no mercado estão abaixo da tabela. Um continente/Açores, para um contentor de 20 pés, o normal box, são 1000 euros; um Açores/continente são 450 e um inter-ilhas são 375.

Aqui, na decorrência do Regulamento Comunitário, a legislação regional optou claramente por privilegiar a regularidade e a qualidade de serviço em detrimento da otimização dos meios, porque isso também é possível fazê-lo, mas é possível fazê-lo a outro custo, como é óbvio.

Deputado Bruno Belo (PSD): Isto é tudo ao contrário do que o Deputado José Ávila disse!

O Orador: É preciso que se perceba que neste momento o sistema funciona com seis navios, que o custo real de transportar um contentor do continente para os Açores são 1048 euros e o custo real de transportar um contentor dos Açores para o continente são 825 euros.

Isto quer dizer que há aqui uma subsidiação cruzada de rotas...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Claro!...

Deputado Bruno Belo (PSD): É tudo ao contrário do que o Deputado José Ávila disse!

O Orador: Claro!... Claro!... Mas essa foi uma opção clara, objetiva e acertada, porque senão, Sra. Deputada, estaríamos aqui a situação, por exemplo, da Escócia relativamente às ilhas Orkney e Shetland que o custo de um TEU também custa 1000 euros, mas a Escócia subsidia em 50%, paga mais 1000.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Claro!...

O Orador: Mas repare! É a Escócia a pagar! Não são as ilhas Orkney...

(Apartes inaudíveis da Deputada Graça Silveira e do Deputado Paulo Estêvão)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Sra. Deputada, se quiser eu posso sentar-me.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eu quis ouvi-lo!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Eu posso sentar-me, não tenho problema nenhum.

Presidente: Quem quiser intervir deve fazer inscrição junto da Mesa.

O Orador: Quem paga estes 50% do frete não são as ilhas Orkney e Shetland. É o Estado, é a Escócia, dentro do princípio da continuidade territorial.

Portanto, dentro do princípio da continuidade territorial e não outro modelo.

Quem teria de pagar o diferencial de custos, suportamento, à semelhança do que acontece no continente/Açores, no tráfego aéreo, também seria o Estado Português, não seria a Região Autónoma dos Açores que o devia fazer dentro do tal princípio da continuidade territorial. Pelo menos é assim que eu vejo as coisas.

Isto quer dizer, Sra. Deputada, que existe aqui uma subsidiação cruzada entre as rotas mais rentáveis e as menos rentáveis, da ordem dos 171 euros por TEUs.

Isto tem uma implicação extremamente vantajosa para a economia açoriana, porque nós, neste caso, estamos a incentivar as exportações em detrimento das importações, porque estamos a praticar para as exportações fretes que são inferiores em mais de 50% ao custo do frete das importações.

Além disso, há também uma outra questão e vem à praça pública muita gente discutir.

Eu tenho aqui os dados.

Os senhores, enfim, falam de estudo, mais estudo, menos estudo. Eu tenho aqui os dados. Tenho o estudo feito.

Deputado Luís Garcia (PSD): Oh!... Já está feito! O PS não tem esse estudo!

O Orador: Portanto, sei do que é que estou a falar.

É preciso também que se perceba que muitos supostos especialistas vêm à praça pública defender *n* modelos diferentes e têm como argumento um argumento muito simples, que é dizer: “ah, mas os operadores, nos termos da lei, podem servir direta ou indiretamente, desde que cumpram os sete dias de trânsito da mercadoria”.

Quer dizer, para o fazerem indiretamente têm entre si acordos *slot*. Eles dizem: “ah, eles podem fazer muito mais barato porque no acordo *slot* eles estão a fazer

isso à volta dos 600 euros, mas isso é uma falácia, porque o acordo *slot* só paga o transporte da mercadoria num determinado sentido...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Tal e qual!

O Orador: ... mas é preciso fazer o retorno do equipamento vazio”. Portanto, quem faz o retorno do equipamento vazio é preciso acrescentar...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quem sabe, sabe!

O Orador: ... o valor do acordo *slot*, o custo do retorno do equipamento vazio. Ou seja, quando se fala destas coisas, é preciso saber o que é que se está a dizer. Repare que eu não me estou a pronunciar relativamente a estudos, nem a coisa nenhuma.

Eu só estou a dizer que estas coisas têm que ser analisadas com alguma frieza...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ou seja, tem que ser estudado!

O Orador: ... e também com alguns conhecimentos, como é óbvio, e com alguma fundamentação.

Este modelo pode não ser o modelo atual, mas até agora nunca foi proposto nenhum modelo alternativo que com vantagens o pudesse substituir.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Não se esqueçam que o Sr. Deputado falou em termos pessoais! Não se ponham “muito bem!”

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, com todo o respeito institucional que lhe tenho e com a legitimidade que tem de vir substituir o membro do Governo que tutela este assunto, devo dizer-lhe que é muito pouco que venha a debate, única e exclusivamente, lendo o relatório da Comissão, porque aquilo que eu disse não vai muito para além daquilo que foi a realidade.

Pode ir muito para além do relatório que a senhora leu, porque aquilo que eu disse foi rigorosamente o que se passou em Comissão.

Deputado André Bradford (PS): Que a senhora aprovou! O seu partido aprovou esse relatório!

A Oradora: Em relação às questões de princípio, quem está desatenta, devo dizer-lhe, é a Sra. Secretária, porque eu disse que o CDS não abdica dos princípios da equidade.

Aquilo em que não estamos de acordo é quem é que tem que ficar com a responsabilidade de garantir essa equidade. Não pode ser os nossos empresários locais que já estão completamente a asfixiar, a abrir falência, que tenham que pagar nos seus negócios essa equidade que deve ser garantida pelos senhores.

O CDS não tem nenhum modelo de eleição. O CDS a única coisa que quer é que se faça um estudo que avalie qual é que é a melhor alternativa ao atual, que não está a funcionar.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): A senhora é que diz que não está a funcionar! Mais ninguém diz isso!

A Oradora: Essa é a questão.

Já agora, Sr. Deputado Lizuarte Machado, é sempre um prazer ouvir falar quem sabe.

Devo dizer-lhe que o único aqui que quis ouvi-lo e em sede de Comissão foi o CDS, que propôs à Comissão ouvir os especialistas, o senhor e mais duas outras pessoas, e o PS, do alto da sua maioria musculada, que hoje já está mais para anafada, chumbou a proposta do CDS de querer ouvir em Comissão os especialistas da matéria, o que demonstra, desde logo à partida, a prepotência que os senhores têm em nem sequer querer ouvir os especialistas, porque não querem de facto que se avalie e que se estude a matéria.

Muito obrigada.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É verdade, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, agradecer a intervenção do Deputado Lizuarte Machado e das aporções que trouxe a este debate.

É evidente que os conhecimentos que aqui nos trouxe, os números que trouxe a esta câmara, ajudam, e muito, a enriquecer este debate.

Como disse a Deputada Graça Silveira foi proposto pelo CDS a audição de alguns especialistas para verificar qual era a opinião que eles teriam quanto à realização do estudo objeto do Projeto de Resolução do CDS-PP.

O PS chumbou a vinda dos especialistas à Comissão.

Deputado Miguel Costa (PS): Não é verdade!

Deputado Luís Garcia (PSD): É verdade sim senhor!

O Orador: Mas julgávamos que era com o argumento de que, não vamos perguntar a especialistas se querem fazer um estudo. Esse, julgávamos nós, que era o argumento, mas o argumento não foi esse. Agora já percebemos.

Foi, não queremos especialistas na Comissão e a seguir chumbamos o estudo, o que é diferente. É uma posição que ainda, neste debate, não conseguimos compreender. Continuo à espera e julgo que o Deputado José Ávila já se inscreveu. Portanto, faço essa referência.

Não vou gastar todo o meu tempo agora para depois para poder ter mais algum tempo para debate consigo, mas relativamente à intervenção da Sra. Secretária Regional, gostaria de referir o seguinte:

O PSD tem estado atendo às declarações do Governo e do Sr. Presidente do Governo, Vasco Cordeiro, quanto à matéria dos ferries. Aliás, é uma evolução muito interessante, porque o PSD dizia na altura e defendia dois navios: um de maior dimensão e outro de mais pequena dimensão. Está escrito no nosso Programa Eleitoral de 2012.

Mas dizia mais: que o PSD não queria ser armador.

O PS na altura entendia, no seu Programa Eleitoral, que a questão de ser armador ou não ser armador era irrelevante e que os privados que estavam a trabalhar na Região no tráfego local era uma questão que se veria depois.

Felizmente já verificámos que há a intenção do Governo de acautelar e de chamar os privados a essa operação. Acontece que, nos últimos 20 anos, todas as vezes que os privados entram para negócio com o Governo saem escaldados. No transporte marítimo isso tem sido super-evidente.

Vamos verificar e vamos tentar perceber se no caso de ser o PS a governar nessa altura, se os privados estarão interessados em fazer parcerias com o PS nos transportes marítimos, dada a experiência anterior.

Muito obrigado.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): E o senhor defende o quê?

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): O Governo não tem que ser armador!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila** (*PS*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais:

Em primeiro lugar queria fazer um esclarecimento na qualidade de relator da Comissão de Economia.

De facto, no início dos nossos trabalhos ficámos de ouvir todos os operadores dos Açores, ficámos de ouvir também os representantes dos empresários, inclusivamente os núcleos empresariais, porque isto é muito importante, é um problema que afeta também as ilhas mais pequenas.

Como sabem, os transportes marítimos são sensíveis para ilhas, por exemplo, como a minha.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Isso é demagogia!

O Orador: Depois, ficámos de avaliar se havia a necessidade ou não de ouvir os especialistas.

Na última reunião, quando estávamos a fechar o relatório, foi aventada a hipótese de se ouvir especialistas, e nessa altura o Partido Socialista achou que não, que não havia essa necessidade e votou contra, e o Bloco de Esquerda absteve-se, relativamente a essa matéria.

Deputado Luís Garcia (PSD): Então impediriam a audição dos especialistas! Não vejo em que é que esse esclarecimento esclareceu!

O Orador: Acho que é perfeitamente normal acontecer isso em qualquer situação.

O que é certo é que a Comissão de Economia fez, como faz sempre (e tenho que fazer justiça a todos os partidos que participam nela), bem o seu trabalho.

Sr. Deputado Jorge Macedo, não viemos para aqui para nos ouvir um ao outro, mas de qualquer maneira, já que me fez tantas perguntas, que se calhar a maior parte delas nem sequer eram bem dirigidas para mim, fariam mais sentido fazê-las a outro,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Se tivessem sido dirigidas ao Secretário Regional!

O Orador: ... queria fazer-lhe uma pergunta e queria que me desse essa resposta, porque o senhor andou aqui um pouco aos ziguezagues, desde as reuniões da Comissão. A sua posição mudou muito.

A sua posição mudou muito desde o primeiro dia que nós andámos a tratar. Aliás, a sua posição, talvez por um motivo até bastante franco da sua parte, mudou do dia 27 para o dia 28. Portanto, dois dias seguidos.

Agora estou a ver que ainda deu mais um saltinho.

Queria fazer-lhe esta pergunta:

O senhor reconhece mérito no Decreto-Lei 7/2006?

Acha que essa regulamentação, esse regime jurídico protege a operação em todas as ilhas dos Açores, garantindo aquelas coisas que para nós são muito

cara (e para si também, com certeza), nomeadamente o preço, a questão da fiabilidade, a questão da regularidade.

Queria saber se o senhor reconhece que esse é um bom Decreto-Lei, para os Açores e para os açorianos?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já respondi, mas posso voltar a responder!

O Orador: Ou se, por outro lado, acha que não?

Isto é muito importante, que é para a gente perceber também o que é que pensa o PSD sobre isto porque eu sei o que é que o Sr. Deputado Jorge Macedo pensa.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é uma tática para não responder às minhas perguntas e fazer-me perguntas, mas também já é uma coisa muito antiga!

O Orador: Mas o que está aqui em questão é uma coisa muito simples:

Há aqui uma proposta para se fazer um estudo para encontrar um modelo alternativo a um modelo que funciona bem.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): O que é que os senhores têm contra?

O Orador: É isso que está aqui em questão, não é mais.

Eu queria dizer também que relativamente a esta questão (e eu vou dizer), todas as pessoas que foram ouvidas na Comissão acharam que este modelo era bom.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E que se devia fazer um estudo alternativo!

O Orador: E houve um partido político que achava que este modelo era virtuoso. Tem que reconhecer. Foi o PSD!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Queria dizer também que tivemos a Câmara de Comércio de Ponta Delgada, que não concordava, que achava que havia uma alternativa, tal como a Câmara de Comércio de Angra de Heroísmo.

Os restantes, inclusivamente os núcleos empresariais, e isto tem muita importância, tem muita mais importância do que parece, porque os núcleos empresariais representam um empresariado de ilhas mais pequenas, também

acharam que este modelo era favorável às suas ilhas. Isto tem muita importância, Sr. Deputado Jorge Macedo.

Além disso, eu queria dizer que já são conhecidos pelo menos dois modelos ou dois estudos que apontam modelos alternativos.

São conhecidos. São ou não são? Acho que são!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já são velhinhos, mas são conhecidos. O do Deputado Lizuarte Machado é que é mais recente!

O Orador: Eu também conheço o estudo do Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Cada um deles, ou aliás os dois, oneram, e muito, o serviço. Das duas, uma:

Ou há injeção de capital por parte do Orçamento da Região Autónoma, ou então aumentam os custos do transporte. Eu tenho impressão que nenhum de nós quereria isso com certeza, mas como disse ontem não há milagres.

Relativamente à subsidiação cruzada, não sei qual é o problema, porque isto é um negócio entre empresas.

As empresas ganham eficiência e ao ganhar eficiência conseguem servir melhor os seus clientes, portanto acho que é um ganho para todos nós.

Relativamente ao que foi dito pela generalidade dos nossos convidados que foram à Comissão, e foi dito aqui que concordavam com o estudo, o que as pessoas disseram não foi bem isso. O que as pessoas disseram foi “enfim, é mais um estudo”. Isto é completamente diferente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Os operadores é que disseram isso. Não foram as câmaras de comércio, nem os núcleos!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Os operadores é que disseram: “é mais um estudo”!

O Orador: Srs. Deputados, eu ouvi-vos com tanta atenção e eu esperava que também me respeitassem.

Relativamente à questão, se o modelo atual é pouco racional, eu pergunto assim, ou aliás respondo: o modelo não é pouco racional.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quais são os dados que suportam a sua opinião?

O Orador: Aliás, acho que mantendo o mesmo custo para todas as ilhas, mantendo a regularidade a todas as ilhas, a fiabilidade, e um modelo que protege as nossas exportações, tenho que dar razão ao Sr. Deputado Jorge Macedo: é um modelo virtuoso!

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Ávila, o PSD neste debate (pode acontecer o contrário noutros debates e provavelmente já aconteceu o contrário noutros debate) está numa posição extraordinariamente confortável, porque desde o princípio, e isso não está repetido em todas as intervenções no relatório, porque seria fastidioso, e percebi que o Relator não precisava de estar todas as vezes a repetir a mesma conversa daquilo que eu tinha dito, ou que o PSD tinha dito, disse que o modelo era virtuoso porque não recorria a dinheiros públicos ou não consumia dinheiros públicos. Dissemo-lo e repetimo-lo neste debate e volto a repeti-lo agora.

Quando o Sr. Deputado diz que o PSD mudou a sua posição, o PSD desde o princípio disse que o modelo era virtuoso relativamente às condições que acabei de referir, não consumia recursos públicos relativamente às frequências, relativamente ao tempo de que mediava a expedição da carga entre a origem e o destino.

Depois disse, desde o princípio, que era importante estudar modelos alternativos.

Portanto, quando o Sr. Deputado José Ávila diz que o PSD vai mudando de opinião e já mudou novamente de opinião, não sei em que é que se baseia para dizer isso. É a sua opinião. Nesse caso concordamos que discordamos.

Sr. Deputado José Ávila, volto a colocar-lhe a mesma questão:

Qual é o medo?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é que este modelo protege?

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Protege os açorianos!

O Orador: Qual é o medo? Porque V. Exas., durante a Comissão de Economia, manifestaram disponibilidade para acolher a proposta do CDS-PP.

Não vou cometer aqui nenhuma inconfidência, nem vou referir conversas de corredor. Vou simplesmente referir aquilo que foi dito dentro da sala, nas audições.

Os senhores manifestaram disponibilidade para acolher a proposta do CDS-PP.

Deputado André Bradford (PS): Não me lembro disso e estive na Comissão!

O Orador: Depois, entrou o Sr. Secretário tipo *bulldozer*, (*bulldozer* no sentido daquelas máquinas pesadas) na Comissão de Economia e disparou sobre tudo o que era a proposta.

Verifiquei na altura, porque também já nos conhecemos, o vosso incómodo relativamente à posição que o Secretário Regional lá referiu.

Eu próprio, na intervenção disse, que o Secretário tinha acabado de arranjar uma grande trapalhada para os Deputados do Partido Socialista, porque até à altura as audições e toda a discussão na Comissão de Economia tinha sido de enorme transparência.

Deputado André Bradford (PS): E continua a ter transparência!

O Orador: Termino dizendo o seguinte: as respostas que o PSD colocou ao PS relativamente aos porquês e às razões que levam o PS a não querer estudar, a não querer estudar modelos alterativos, que podem inclusive chegar à conclusão que o atual é que é o melhor, é incompreensível.

Deputado André Bradford (PS): Mas a essa conclusão já chegámos, não foi preciso estudar nada!

O Orador: A pergunta fica no ar, continua no ar:

Qual é o medo, Sr. Deputado José Ávila? Qual é o medo?

Obrigado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Olhe, uma das virtuosidades dos relatórios das Comissões serem apenas um resumo do que se passou, é que situações como as que se passaram com o Sr. Secretário não ficam aqui todas descritas na íntegra.

Mas aquilo que eu aqui disse, que foi a opinião dos operadores,...

Deputado André Bradford (PS): A senhora não estava nessa reunião. Sabe lá o que é que se passou. Quem devia estar a fazer essa intervenção era a Sra. Deputada que esteve presente na reunião!

A Oradora: ... e que perguntei e pedi ao Sr. Deputado José Ávila para negar se eu estivesse incorreta, de que este era de facto o melhor modelo com as condicionantes atuais, e não que era o melhor modelo, que não era necessário mexer, nem sequer fazer estudos, que foi aquilo que os senhores quiseram passar, é totalmente falso.

Depois, gostaria de explicar que em relação à proposta do CDS de ouvir os especialistas na matéria, que eram três, o PS, desde o primeiro dia nas Comissões, que se colocou contra (contra!)...

Deputado André Bradford (PS): Contra o quê?

Deputado Jorge Macedo (PSD): A audição dos especialistas!

Deputado André Bradford (PS): Vocês têm que se entender!

A Oradora: ... e o Sr. Deputado Miguel Costa, assumindo a posição do PS disse: “nós não queremos fazer audições aos especialistas”.

Houve uma introdução de uma pequena *nuance* da Sra. Deputada Zuraida Soares, que gosta sempre muito de consensos, que disse: “muito bom, então vamos primeiro ouvir estes todos e depois, no fim, se acharmos necessário, vamos ouvir os especialistas.

Quando chegou ao fim, o CDS perguntou:

- E então, chegou a hora de ouvir os especialistas?

E o Sr. Deputado, ou o Presidente da Comissão, disse:

- Ah, mas isso já foi votado.

E eu disse:

- Não! Ficou de esperar até ao fim para ver se finalmente íamos ouvir os especialistas.

- Ah, quer votar?!

E eu disse:

- Com certeza!

E o PS fez uso da sua maioria musculada, mais para a anafada, e disse:

- Não, não queremos ouvir os especialistas na Comissão!

Isto é rigorosamente o que se passou, o que demonstra bem a vossa prepotência de nem sequer querer analisar e avaliar o atual modelo.

Deputado André Bradford (PS): Maioria democrática! Legítima e democrática!

A Oradora: Depois instalou-se aqui a conversa do medo.

Qual é o medo?... Qual é o medo?....

O medo é aquilo que o Sr. Deputado José Ávila está a querer fazer passar cada vez que fala, que é, “se se for mexer neste modelo, os pequeninos vão ficar desprotegidos”.

Deputado André Bradford (PS): E é verdade!

A Oradora: “Não queiram mexer! Não queiram mexer senão os pequeninos vão ficar sem barco”.

Era a mesma conversa no passado, quando se falava em mexer no modelo de transportes aéreos, se se fosse mexer no modelo, as ilhas de baixo ficavam sem acessibilidades.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto, neste momento, os senhores já são até donos e pais do novo modelo, cheio de virtuosidades, que está a dar um *boom* à economia açoriana. Só espero que mudem também o modelo de transporte de mercadorias para dar o *boom* à economia açoriana que os nossos empresários precisam.

Sra. Secretária, em relação ao CDS querer vir para aqui com esta proposta para defender uma subsídio ao atual modelo, devo lembrar-lhe que este modelo não está a ser subsidiado com o Orçamento do Governo, mas está a ser pago com o dinheiro de todos nós cada vez que vamos às prateleiras do mercado e temos que pagar um preço elevadíssimo pelo custo das mercadorias...

Deputado José Ávila (PS): Mas sempre foi assim!

A Oradora: ... que este modelo está a impor.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Muito bem!

Deputado José Ávila (PS): Quem é que paga o barbeiro? É quem vai cortar o cabelo!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado André Rodrigues. Alerto que tem apenas dois minutos.

O Sr. Deputado Lizuarte Machado pediu a palavra para intervir? Terei que dar em primeiro lugar ao Sr. Deputado André Rodrigues estava inscrito em primeiro lugar, mas com o alerta dos dois minutos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não gaste tudo!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ó André deixa um minuto para o Lizuarte!

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ontem, no início desta discussão parecia que não havia estudos sobre o transporte de mercadorias na Região Autónoma dos Açores.

Hoje, já existe aqui uma alteração desse ponto de vista. Já começou a surgir estudos da RINAVE, estudos da BMT, estudos da Câmara de Comércio. Portanto, essa realidade de ontem já não existe.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Existe estudos feitos e estudos que indicam muito bem, claramente, o caminho que deve haver para o transporte de mercadorias na Região Autónoma dos Açores.

Para além disso, o Decreto Legislativo também obriga, no artigo 7.º e no artigo 8.º, que exista informação anual e relatórios anuais sobre as atividades realizadas na Região Autónoma dos Açores,...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... onde entram o Governo Regional e o IPTM, para fazer uma avaliação e monitorização anual deste modelo em causa.

A seguir, a questão aéreo *versus* marítimo.

Srs. Deputados, os senhores estão completamente enganados. É exatamente o contrário. O que fizemos no aéreo é o que já está feito no transporte marítimo de mercadorias, Sr. Deputado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Dito isto, Srs. Deputados, sabemos a importância que tem os transportes marítimos para as nossas ilhas, para todas as nossas ilhas e não só para algumas.

Não concordamos com o vosso diagnóstico e não concordamos com a vossa solução, que não é solução.

O Partido que vem a esta Casa acusar o Governo Regional, todos os dias, de fazer estudos, de fazer planos, e não executar medidas,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Planos! Viemos pedir estudos!

O Orador: ... a proposta que tem para o transporte marítimo na Região Autónoma dos Açores é fazer um estudo.

Obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado, mas dispõe de muito pouco tempo, Sr. Deputado. Cerca de um minuto.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Já viram o que se consegue dizer em um minuto?

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

Muito rapidamente só para um pequeno esclarecimento complementar ao Sr. Deputado Jorge Macedo, porque me esqueci na minha primeira intervenção, quando se referia à otimização das rotas.

Devo dizer-lhe que, de acordo com as minhas contas, a margem de negócios que se aplica ao mercado neste momento, que os operadores estão a aplicar ao mercado neste momento, é de 8,5% antes de amortizações, e portanto bastante inferior àquela que se aplica em regra na indústria do *shipping* internacional.

Depois para fazer uma pergunta à Sra. Deputada Graça Silveira. A Sra. Deputada Graça Silveira diz que o modelo não está sendo pago pelo erário

público, seja ele regional ou nacional (não é relevante), mas está sendo pago pelos açorianos quando vão à prateleira do supermercado.

Então, e os transmontanos e os alentejanos também não pagam quando vão à prateleira do supermercado?

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Esta Região tem Autonomia!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Sr. Deputado devia fazer compras na Graciosa!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Por isso é que os continentais estão a abastecer o combustível na Espanha!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PS esgotou o seu tempo para este debate.

O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para me inscrever!

Presidente: A Sra. Deputada Graça Silveira está inscrita.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Prescindo!

Presidente: Prescinde? Então o Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para dizer o seguinte:

O que foi aqui bem explicado pela Sra. Deputada Graça Silveira e por todos os outros partidos, é que se quer fazer um estudo, um estudo para ver se este modelo é o modelo que melhor serve os açorianos, todos os açorianos de Santa Maria ao Corvo.

Agora há aqui medos e os medos também são protecionistas.

Vêm aqui com o “papão” das ilhas pequenas. Argumento mais demagogo que podiam utilizar não existe, até porque nessas ilhas pequenas é que há necessidade de algum protecionismo. Isso também tem que ser dito aqui.

Protecionismo não é aos habitantes dessas ilhas pequenas, é a alguns empresários dessas ilhas pequenas,...

Deputado Miguel Costa (PS): O senhor está a atacar os empresários das ilhas pequenas?

O Orador: ... que temos que dizer que este modelo protege.

Deputado Miguel Costa (PS): Isso está a correr mal!

O Orador: Ouça, Sr. Deputado.

Sr. Deputado, não me comove!

Deputado Miguel Costa (PS): Não me comove nada!

O Orador: É a realidade. Os senhores estão aqui a proteger interesses, por isso não querem fazer o estudo.

(Protestos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Podem ficar alvitrados da maneira que quiserem. Se não tivessem nenhum medo, se quisessem que fosse o melhor, porque sempre que se mexe numa coisa...

Aconteceu isso com este modelo que está em vigor. Havia quem não queria mexer no outro, porque o outro era o bom, era o ideal. Afinal não era, este é melhor.

Portanto, apenas se pede que se faça um estudo para avaliar qual o melhor modelo, porque enquanto no continente, em Trás-os-Montes, se compra um quilo de laranjas por 85 cêntimos, paga-se nos Açores 1,30€, Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Mas esta discussão teve pelo menos uma virtude, foi perceber que o Sr. Deputado Lizuarte Machado era Deputado desta Casa, estava ali sentado e interveio no debate.

Afinal, até fala!

Portanto, o modelo foi virtuoso nessa matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve para duas questões:

A primeira para esclarecer o Sr. Deputado Artur Lima que, da parte do Governo, o interesse que aqui estamos a proteger, aqui como em qualquer outra circunstância, é o interesse dos açorianos de Santa Maria ao Corvo.

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito bem!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Não me parece!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Agora, o Sr. Deputado deverá esclarecer-nos qual é o seu entendimento relativamente a esses interesses que invocou, porque não fica bem levantar suspeições...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Ele foi claro! Foi claríssimo!

A Oradora: ... sem que elas sejam concretizadas, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): A senhora sabe o que eu disse!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Foi claríssimo!

A Oradora: Da parte do Governo, o nosso único interesse é servir todos os dias, da melhor maneira que sabemos, todos os açorianos.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sra. Secretária Regional, faça-lhe uma pergunta:

Como é distribuída a carga marítima no Grupo Central?

Responda-me à pergunta, e quem a faz?

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Isso é um teste?

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): A sua estratégia é continuada! O senhor sabe a resposta!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora é que vai dizer como é que se faz!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra. Dispõe de cerca de dois minutos, Sr. Deputado.

(Diálogo entre os Deputados da bancada do PS e o Deputado Artur Lima)

Presidente: Vamos permitir que o Sr. Deputado Jorge Macedo possa fazer a sua intervenção.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Chegados ao fim deste debate, as questões que coloquei e que foram da responsabilidade, ou que eu as coloquei com as palavras do Sr. Deputado José Ávila, continuam sem resposta.

Quando o Sr. Deputado José Ávila diz que o modelo é bom, é virtuoso, utilizando as palavras do PSD, quando o PSD se refere à virtuosidade do modelo, porque não consome recursos públicos, dinheiro público, acrescenta que são necessários aperfeiçoamentos.

Chegados a esta hora do debate eu perguntei-lhe, na minha segunda intervenção, se não estou em erro, quais eram os aperfeiçoamentos que o PS e o Governo entendiam que eram necessários para introduzir no modelo? Até agora continuo sem resposta.

Agarram-se apenas e só ao argumento de que serve todas as ilhas, de que é um modelo muito bom, é um modelo que não tem gerado queixas, mas são os senhores que advogam e que defendem que o modelo deve ter aperfeiçoamentos.

O PSD quer saber que aperfeiçoamentos são esses que o PS defende e que deverão ser introduzidos no novo modelo?

Obrigado.

Deputada Judite Parreira (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão?

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: O Sr. Deputado José Ávila pede a palavra para uma declaração de voto?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Ávila** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário Regional:

Fiquei bastante satisfeito de ouvir o Sr. Deputado Jorge Macedo dizer que apoiava o Decreto-Lei 7/2006, que regula...

Deputada Graça Silveira e Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Mas isto é uma declaração de voto!

Presidente: Sr. Deputado José Ávila, está a fazer uma declaração de voto, naturalmente não é sobre a intervenção do Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Não faz mal Sra. Presidente, depois faço o mesmo!

O Orador: Bem sei que o preâmbulo não é votado, mas é o preâmbulo que clarifica a ideia que o proponente tem sobre o modelo que quer alterar.

Nós não concordamos com o preâmbulo e já foi dito aqui, porque a economia açoriana não está estrangulada (os transportes marítimos). Os produtos perecíveis não ficam a apodrecer em cima do cais, não há falta de capacidade para o transporte de carga de e para a Região.

Na parte resolutiva também existem duas incongruências. Para uma delas até a Federação Agrícola chamou a atenção, porque no seu ponto 1 diz: “realize-se um estudo de viabilidade económica que articule o transporte de carga do continente para os Açores”.

A Federação Agrícola chamou a atenção, e chamou muito bem, que era preciso também fazer um estudo, mas sobre o inverso, para proteger as nossas exportações.

O ponto n.º 2 também não concordamos com ele, porque seis meses não é tempo suficiente para se fazer um estudo desta dimensão.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Sr. Deputado, seja sério!

O Orador: O mundo gira e as coisas mudam, mas não podemos cair na tentação de mudar apenas porque sim, para satisfazer aqui ou acolá.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ninguém falou em mudar. Falou-se em estudar!

O Orador: Se era para falar em plataformas logísticas devíamos ter posto isso no título, porque os açorianos também querem saber qual é a opinião dos partidos sobre este importante assunto.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Deputado, elas estão aprovadas. O senhor aprovou o PROTA! O senhor aprovou!

O Orador: O transporte marítimo de e para o exterior merece uma atenção permanente e requer pequenas alterações, algumas já operadas pelas empresas no âmbito da inovação e da eficiência, dentro do quadro legislativo existente, porque o atual quadro garante a igualdade de tarifas, regularidade do abastecimento e a fiabilidade.

O partido proponente está a julgar o atual modelo de transporte de mercadorias pela aparência e por um prisma enviesado.

Nós, que esperávamos que o CDS-PP fosse à essência do transporte marítimo, não podíamos votar favoravelmente este Projeto de Resolução baseado nos considerandos...

Deputado Bruno Belo (PSD): Ó Jorge, faz uma declaração de voto igual a esta!

O Orador: ... de suporte à iniciativa que não correspondem à realidade.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Finalmente nesta declaração de voto ficámos a perceber por que é que o Partido Socialista chumbou a iniciativa do CDS-PP e demonstra a má-fé...

Deputado José Ávila (PS): Má-fé?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Má-fé política! Vale tudo!

A Oradora: ... com que esteve em todo o debate da iniciativa.

Nunca, em nenhum momento, se disponibilizou para alterações...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... no preâmbulo, para alterações do tempo para a entrega do relatório. Não!

A defesa foi sempre de que o modelo era ótimo. Afinal ficámos a perceber que o PS até estaria disposto a aprovar esta iniciativa se o CDS, que nunca foi chamado a fazer qualquer alteração, tivesse revisto o seu preâmbulo ou até o tempo para entrega de um relatório.

Muito obrigada.

Deputada Zuraída Soares (BE): Isso é sedução, Sra. Deputada! Chama-se sedução!

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Chegámos ao fim deste debate sem perceber o porquê do partido da maioria não ter concordado com a realização de um estudo em que não se pretendia introduzir mudanças, caso elas não fossem justificadas, mas apenas estudar alternativas e introduzir as mudanças que apenas essas, sim, se justificassem.

Ficámos também a saber, até pela declaração de voto do Sr. Deputado José Ávila, que o Partido Socialista, ou o Secretário Regional do Turismo e Transportes (ficámos na dúvida, porque não esteve presente no debate, pelas razões que foram apresentadas pela Sra. Secretária, com as quais discordamos, mas respeitamos) vota contra porque não concorda com o preâmbulo, ou com os pressupostos, ou com os considerandos.

Deputado José Ávila (PS): E na parte resolutiva!

O Orador: E que na parte resolutiva acrescenta que na parte n.º 1 faltava estudar dos Açores para fora, dos Açores para o Continente, e que não deviam ser seis meses, deviam ser doze meses.

Sr. Deputado José Ávila, com todo o respeito que tenho por si, sei que é uma pessoa que prima pela honestidade intelectual nos seus debates políticos, permita-me dizer que isso são argumentos muito fraquinhos.

Deputado José Ávila (PS): Depende do ponto de vista!

O Orador: O PSD continua convencido de que a melhor solução teria sido realizar um estudo de modelos alternativos, até para podermos, caso fosse o caso, concluirmos que o atual modelo é o melhor, ou então, ao invés, para concluirmos que os aperfeiçoamentos que podem ser introduzidos no modelo, e que o PS concorda mas não os concretizou neste debate, possam ser incluídos no modelo atual.

O PSD não acha que se devam fazer revoluções.

A política não é feita de revoluções.

A política é feita de pequenos passos que vão-se incrementando uns aos outros até atingir um determinado objetivo.

Neste caso, os aperfeiçoamentos que o Partido Socialista próprio defende, mas não concretiza, ficam sem base de sustentação do ponto de vista técnico e científico, porque o próprio Partido Socialista recusou fazer um estudo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM votou favoravelmente esta iniciativa por considerar que de facto é necessário analisar de forma rigorosa esta questão. Esta questão precisa de ser estudada de uma forma global.

Foi aqui dito no debate que existem estudos. Existem! Existem de facto estudos, mas são estudos setoriais.

Não existe um estudo global que analise toda a complexidade que envolve esta questão.

Portanto, esse argumento não pode ser aduzido.

O outro argumento que aqui foi aduzido, com o qual o PPM discorda e por isso votámos a favor, foi que o prazo que estava definido para a conclusão do estudo era inadequado.

Essa questão não se coloca a partir do momento em que o proponente está na disposição de alterar esse prazo de acordo com a sugestão que o Governo e outras forças políticas viessem a realizar.

Nesse sentido essa predisposição foi comunicada, aliás, está aqui descrita no relatório, e não foi acolhida nem por parte do Governo, nem por parte do Partido Socialista.

Por isso, esse argumento não pode ser aceite.

Em terceiro lugar, foi aqui dito que não existem problemas.

A verdade é que, quer em sede de Comissão, quer para aqueles que acompanham a vida do setor e a forma e as problemáticas que têm que enfrentar no âmbito do desenvolvimento do atual modelo, existem um sem número de problemas.

Eu vou dar aqui um exemplo gráfico, que é o facto de nalgumas situações, por exemplo, para a Ilha do Corvo, o transporte entre Lisboa e as Flores ser mais barato do que aquele que é realizado entre as Flores e o Corvo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente!

O Orador: Portanto, é evidente que isto coloca alguns produtos com um preço elevadíssimo para as ilhas mais periféricas, pelo menos no caso da Ilha da Corvo.

Portanto, o que temos aqui é conjunto de problemas, de insuficiências e também alguns agentes que estão a lucrar muito à custa dos impostos de todos os açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente!

O Orador: Neste estudo o que esperávamos era que também se encontrasse estas situações em que alguns beneficiam muito de forma ilícita à custa dos consumidores e dos contribuintes açorianos.

Portanto, nesse sentido, considero que esta questão não pode estar fechada. Tem de ser devidamente analisada e analisada com sentido de responsabilidade.

Por isso votámos a favor que este estudo fosse realizado para que depois a ação concreta pudesse estar devidamente racionalizada.

Eu termino dizendo o seguinte:

Muitas vezes são tomadas decisões políticas que têm como única base de sustentação a intuição ou a resposta a um problema eleitoral.

Esse tem sido o problema nos Açores: respostas a problemas eleitorais de determinados partidos, nomeadamente o partido governante e à defesa de interesses específicos.

Ora bem, o que eu defendo nesta matéria, como em todas as matérias, é que a tomada de decisões se fundamente em estudos rigorosos e objetivos e que tenham como único propósito a defesa do interesse comum de todos os açorianos.

Deputado José Ávila (PS): Qual o preço da mercadoria das Flores para o Corvo, que vem do continente? Quanto é que custa? Devia ter explicado! Zero!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não há mais inscrições para declaração de voto. Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 43 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para continuarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 14 minutos.

Entramos agora no ponto 10: **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 156/X – “Recomenda ao Governo Regional que tome as medidas necessárias para assegurar a gratuidade dos manuais escolares no 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico e o seu alargamento progressivo a todos os ciclos de ensino que compõem a escolaridade obrigatória na Região Autónoma dos Açores”.**

Este pedido de urgência é apresentado pela Representação Parlamentar do PCP e para a justificar tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A justificação da urgência prende-se com uma questão de calendário.

Este Projeto de Resolução visa a distribuição gratuita de manuais escolares aos alunos do 1.º ciclo já no ano de 2016/2017.

Portanto, este é o momento para decidir sobre este Projeto de Resolução face à questão do próprio calendário.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo inscrições vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, dou novamente a palavra ao Sr. Deputado para apresentar a iniciativa.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já por várias vezes temos tido oportunidade de discutir a questão da gratuitidade dos manuais escolares neste Parlamento, nomeadamente através das diversas propostas apresentadas pela Representação Parlamentar do Partido Comunista Português.

Conhecemos as posições de cada um dos partidos em relação a estas matérias. De um lado estão os que pretendem continuar a garantir os lucros das editoras às custas do sacrifício das famílias e, do outro, os que acham que se trata de um investimento no sucesso escolar e na igualdade de oportunidades, um investimento no futuro da nossa Região.

Mas a proposta que trazemos aqui hoje não é tão abrangente e não se trata aqui de tornar gratuitos, como continuamos a pensar que deviam ser, e voltaremos a essa proposta assim que nos seja regimentalmente possível, os manuais escolares para todos os graus de ensino. Não é essa a questão que somos hoje chamados a debater.

A questão que esta nossa proposta coloca é mais simples e poderíamos resumí-la desta forma:

As crianças açorianas merecem ou não ter os mesmos direitos e condições que as restantes crianças portuguesas na sua frequência escolar?

Deve ou não existir uma igualdade de oportunidades objetiva, real, entre as crianças dos Açores e as crianças do resto do País.

Esta é a pergunta a que temos de responder hoje!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em sede de Orçamento de Estado foi aprovada a proposta do PCP para incluir um artigo 127.º que, no seu ponto 1, estabelece (passo a citar): *“No início do ano letivo de 2016/2017 são distribuídos gratuitamente os manuais escolares a todos os estudantes do 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico”*.

E, no seu ponto 4: *“É criado um grupo de trabalho, por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação, tendo como missão a definição de um programa de aquisição e reutilização de manuais escolares e recursos didáticos com vista a implementar progressivamente, no prazo da atual legislatura, a sua gratuitidade em toda a escolaridade obrigatória.”* Citei parte do artigo 127.º do Orçamento de Estado.

Para registo: esta proposta foi aprovada em Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças, na Assembleia da República, sem votos contra, com os votos favoráveis naturalmente do PCP, PS e BE e com as abstenções do PSD e do CDS.

Como é sabido, por força da nossa Autonomia, estas regras não se aplicam aos Açores e muito bem, na nossa opinião. Aliás, temo-lo defendido várias vezes, e nem todos os partidos concordaram connosco, que as regras do Orçamento de Estado não se podem, nem devem, sobrepor ao nosso Estatuto Político-Administrativo.

No entanto, a criação desta regra coloca-nos, inevitavelmente, a questão que fiz atrás e que repito:

As crianças açorianas merecem ou não ter os mesmos direitos e condições que as restantes crianças portuguesas na sua frequência escolar?

Independentemente da opinião de cada um sobre a gratuitidade dos manuais escolares ou sobre a saúde financeira do negócio editorial, trata-se aqui de uma

questão de promoção de igualdade de oportunidades, trata-se aqui de uma questão de justiça.

O que o PCP defende é sabido, é a gratuidade para todos os níveis de ensino. Mas não podíamos deixar de ser sensíveis à questão da igualdade, nem poderíamos aceitar que as crianças açorianas fossem prejudicadas em relação às do continente.

É esse o fulcro da nossa proposta.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Adiantando já a resposta à objeção tímida que sempre nos levantam, sobre o sistema de empréstimo de manuais escolares, importa afirmar o seguinte:

Existindo situações diferentes nas diversas escolas do arquipélago, a verdade é que o sistema de empréstimos não é sempre universal, por vezes cobrindo apenas as famílias com rendimentos extremamente baixos, deixando de fora muitas famílias que também têm rendimentos que não são elevados e que passam por muitas dificuldades e cujas crianças, objetivamente, não merecem, também, ser discriminadas em relação às do Continente!

E o sistema de empréstimos nem sempre é gratuito: existem escolas que têm um sistema de aluguer de manuais, em que os encarregados cobrem 20% do seu custo e outras em que uma parte da verba do *plafond* atribuído pela Ação Social Escolar a cada aluno é cativada até à devolução do manual, efetivamente limitando o seu uso para outros fins;

Não é a mesma coisa ter um manual emprestado ou ter um manual atribuído, nem em termos do seu uso, nem do seu manuseamento, nem de consulta futura. Portanto, sem a gratuidade, mesmo com o sistema de empréstimo, não existirá igualdade entre as crianças açorianas e as do resto do País.

Os manuais do 1.º ciclo, muito mais do que os de outros níveis de ensino, são difíceis de reutilizar devido à sua natureza prática, às atividades e exercícios que contêm, o que também os torna menos adequados ao sistema de empréstimo;

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Importa ainda, repor aqui a verdadeira dimensão das coisas e termos noção dos valores de investimento que estamos aqui a discutir.

De acordo com os dados disponibilizados pela Divisão de Apoio Técnico da Secretaria Regional da Educação, relativos ao ano letivo 2014/2015, existiam 2877 alunos no 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico, a que se somam mais 661 alunos com Apoio Educativo ou Necessidades Educativas Especiais, totalizando 3.538 alunos. E estamos a fazer o cálculo bem por cima.

Não é de acreditar que, para o ano letivo de 2016/2017 este número venha a sofrer alterações radicais.

Se calcularmos um valor médio de 48€ por aluno, chegamos a um valor total de 169.824€ para o próximo ano letivo! Estamos a falar de menos de 170 mil Euros para garantir a igualdade de oportunidades para as crianças açorianas!

É um valor irrisório para o Orçamento da Região, em especial se comparado com tantos desperdícios e gastos inúteis que bem conhecemos, mas que fará certamente (não temos dúvidas) uma grande diferença nos orçamentos familiares.

Não é impossível, não é irresponsável, na perspetiva das contas públicas, aprovar esta proposta.

É possível, é necessário, é urgente dar igualdade de oportunidades às crianças açorianas e contribuir para o seu sucesso escolar.

A escolha que hoje iremos aqui fazer é simples: ou garantimos às nossas crianças as condições de igualdade para frequentarem o 1.º ano de escolaridade na Região Autónoma dos Açores ou as discriminamos negativamente em relação às crianças do território continental.

A nossa Autonomia funda-se na diferença e na promoção da igualdade de oportunidades e o caminho para atingir esse desiderato é, sempre foi, pela discriminação positiva e não pela discriminação negativa.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há inscrições? Como sabem no processo legislativo comum não há necessidade de ser uma única vez. Portanto, podem inscrever-se as vezes que entenderem.

Sr. Deputado Nuno Meneses tem a palavra.

Deputado Nuno Meneses (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta aqui trazida pelo PCP visa essencialmente o seguinte objetivo:

- assegurar a gratuidade dos manuais escolares no 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico numa primeira fase **e o seu alargamento progressivo** a todos os ciclos de ensino que compõem a escolaridade obrigatória.

Relativamente a isto dizer o seguinte:

Não foi há muito tempo que o PCP nos trouxe um pedido de urgência de teor semelhante, na altura, na forma de Projeto de DLR, proposta essa que visava:

- a disponibilização gratuita a todos os alunos do Sistema Educativo Regional dos manuais escolares;

- e a constituição de uma Comissão Regional de Avaliação e Certificação de Manuais Escolares;

Desta vez, também revestida de urgência, mas na forma de Projeto de Resolução, o PCP vem agora recomendar ao Governo apenas a gratuidade dos manuais escolares.

Bom, se em outubro tínhamos uma opinião sobre esta matéria, posso dizer que essa opinião se mantém.

Ora, o objetivo deste diploma acaba por ser, na nossa opinião, uma redundância em relação àquilo que já é feito em matéria de manuais escolares.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Foi já definido, aprovado e colocado em prática pelo Decreto Legislativo Regional n.º 26/2012/A, de 19 de junho, que já funciona de forma complementar ao Sistema de Ação Social Escolar em vigor na Região.

A gratuidade dos manuais já está assegurada para os alunos do 3.º ano de escolaridade até ao 10.º ano de escolaridade, de acordo com a calendarização definida no Despacho n.º 1012/2012, de 20 de julho, abrangendo os alunos não beneficiários de Ação Social Escolar.

Para os próximos dois anos letivos 2016/2017 e 2017/2018 de acordo a calendarização já citada, o empréstimo de manuais escolares **irá abranger os alunos do 11.º e 12.º ano**, ficando assim garantido o usufruto gratuito de manuais escolares do 1.º ciclo do ensino básico ao ensino secundário.

Para os alunos do 1.º ano e 2.º ano de escolaridade, não abrangidos pelo sistema de empréstimo de manuais devido às suas especificidades, está garantida a atribuição de todos os manuais escolares obrigatórios aos beneficiários da Ação Social Escolar, independentemente do limite de comparticipação definido para cada escalão, considerando que são os alunos mais carenciados.

O empréstimo de manuais escolares não acarreta custos para os alunos, não sendo deduzido o seu valor da comparticipação de Ação Social Escolar a atribuir a cada aluno beneficiário e sendo a caução para os alunos não beneficiários de ASE uma mera garantia de restituição dos manuais e em boas condições. Mesmo assim, a caução em vigor fica muito aquém do que o aluno despenderia ao adquirir os mesmos manuais, sendo restituída no término do período de empréstimo.

Os diplomas atualmente em vigor perseguem igualmente objetivos de responsabilização individual e social dos alunos, nomeadamente de poupança de recursos, de papel, de incentivo à reutilização dos mesmos, de respeito pelo meio ambiente, que não constam do projeto de diploma aqui analisado.

A adoção dos manuais escolares dos ensinos básico e secundário, de acordo com o previsto no n.º 1, do artigo 4.º, da Lei n.º 47/2006, de 28 de agosto, vigora, em regra, por um período de seis anos, facto que incentiva à reutilização do manual escolar, e não ao seu desperdício.

Em termos de custos previstos, só com manuais escolares e face ao número de alunos matriculados, teríamos uma despesa anual superior a *3.7 milhões de euros, no limite, quando a gratuitidade dos mesmos abrangesse toda a escolaridade obrigatória.*

Comparativamente ao ano letivo 2014/2015, em que se registou uma despesa só com manuais, de **680 mil euros**, relativa à reposição de manuais inutilizados e aquisição de novas adoções, registar-se-ia um aumento anual de mais de 3 milhões de euros, o que representaria um impacto muito negativo no orçamento da Ação Social Escolar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu gostava de ver essa conta!

Deputada Zuraída Soares (BE): Em vez de manuais escolares pode dar-se computadores para os alunos terem acesso aos manuais!

O Orador: Não pode é o PCP vir dizer que concorda com o facto da proposta do Orçamento de Estado não ser extensível à Região por via da autonomia que temos nesta matéria na Região e depois vir questionar se devemos replicar o que se faz no continente sem ter em conta o modelo da Região que está a funcionar.

Na verdade, o que o PCP pretende é fazer o mesmo mas com um custo 5 vezes e meia superior ao que já se faz, e isso não nos parece razoável.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se mais alguém se quer inscrever?

(Pausa)

Julgo não haver mais inscrições... Sra. Deputada Judite Parreira tem a palavra.

(*) Deputada Judite Parreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com o Projeto de Resolução que nos apresenta, o PCP pretende aprovar na Região, à semelhança do que foi recentemente aprovado na Assembleia da República, que seja assegurada a gratuidade dos manuais escolares no 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico, sendo posterior e progressivamente alargada a todos os anos e ciclos da escolaridade obrigatória.

O PSD também entende que as famílias não devem ser obrigadas a despende de um montante tão elevado como é aquele que é necessário para aquisição dos manuais escolares, sobretudo tratando-se da escolaridade obrigatória.

E foi tendo em conta este princípio que o PSD votou aqui, nesta Assembleia, favoravelmente, uma iniciativa do CDS-PP que recomendava o empréstimo alargado de manuais escolares a todos os alunos e não apenas aos beneficiários da Ação Social Escolar, medida essa que mereceu a aprovação de todos os partidos (portanto, foi aprovada por unanimidade) e que ainda está em vigor, podendo, qualquer aluno, de qualquer estrato social, de qualquer nível económico, aceder a ela, ainda que tenha que pagar uma caução de 20% do valor dos manuais, do qual será ressarcido no ato da devolução, de acordo com o estado de conservação dos mesmos. Parece-nos justo.

Muito embora este sistema de empréstimo tenha sido alvo de diferentes interpretações e atravessado alguns períodos mais conturbados, parece-nos que salvaguarda os interesses e as necessidades dos alunos açorianos, se bem que tenha que ser constantemente monitorizado para que as condições de aplicação sejam iguais em todas as escolas e sejam feitas de acordo com a lei.

O Projeto de Resolução em apreço pretende um tratamento equitativo aos alunos do sistema educativo regional e às suas famílias, comparadamente com aquilo que se passa no continente, e, por conseguinte, que todos os alunos em situação de escolaridade obrigatória possam ter manuais escolares gratuitos a título definitivo e não por empréstimo.

O PSD entende que tratar as pessoas com justiça e equidade não é dar tudo a todos; não é dar a todos as mesmas coisas, mas sim aquilo que cada um precisa de acordo com a sua realidade, com a sua necessidade e com a sua capacidade económica.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

A Oradora: Entendemos, portanto, que quem tem capacidade financeira para adquirir os seus próprios manuais deve continuar a fazê-lo, sendo que tem sempre a hipótese de recorrer ao empréstimo como atualmente se verifica.

Não é possível dar tudo a todos e se alguém tem de fazer um esforço financeiro esse deve ser feito por aqueles que têm melhores condições económicas para o fazer, até porque, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, os manuais nunca serão totalmente gratuitos.

As editoras continuarão a cobrar o valor dos manuais. Estes passarão é a ser pagos pelos cofres do Estado no continente e pelos cofres da Região nos Açores, caso esta medida seja aprovada.

Ou seja, esse valor será pago pelos contribuintes, será diluído por todos, será pago pelos mais ricos e pelos menos ricos, pago por quem vai usufruir deles e por quem não vai, e pago também por aqueles que neste momento recorrem ao empréstimo, pelo que a bondade desta medida é apenas aparente, pois a única virtude que tem é a de uniformizar os critérios entre aquilo que se passa no continente e nos Açores.

Disse.

Deputados Bruno Belo e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, para uma interpelação.

Presidente: Uma interpelação? Tem a palavra, Sra. Deputada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental e considerando também o nosso horário, vamos interromper para o almoço. Regressamos às 15H00 para continuarmos este ponto da Agenda.

Eram 12 horas e 37 minutos.

(Após o intervalo o Sr. Deputado Valdemiro Vasconcelos foi substituído na Mesa pelo Sr. Deputado Cláudio Almeida)

Presidente: Muito boa tarde a todos.

Eram 15 horas e 07 minutos.

Estávamos no debate do ponto 12 da nossa Agenda. De momento a Mesa não tem inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretário:

O CDS-PP, como é do conhecimento geral, em 2011 propôs a esta Assembleia a criação de um programa de empréstimo de manuais escolares gratuitos para todas as famílias, independentemente dos seus rendimentos, e o qual foi aprovado por unanimidade e que se encontra neste momento em vigor na Região.

Esta proposta do CDS para o empréstimo de manuais escolares visava apoiar todas as famílias e não só aquelas que beneficiam de apoios da Ação Social.

Ao contrário da proposta que é trazida hoje aqui pelo Partido Comunista, que aquilo que propõe é dar manuais escolares gratuitos a todos os alunos que estejam na escolaridade obrigatória, nós consideramos que o empréstimo dos manuais, além de permitir poupar ao erário público, tem uma vertente claramente pedagógica, de responsabilização, para que os alunos que beneficiam deste apoio possam devolver esses manuais em condições para que possam receber a caução que têm que pagar no início.

Portanto, como é público, o CDS-PP tem o seu modelo, tem uma visão para aquilo que acha que deve ser o apoio que deve ser dado pelo Governo em relação aos manuais escolares, no entanto não deixa de reconhecer a coerência do Partido Comunista, que não é de hoje, nem de ontem, que traz a esta Casa uma proposta para que sejam dados manuais escolares gratuitos a todas as famílias.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Sr. Secretário Regional:

Este Projeto de Resolução que a Representação Parlamentar do Partido Comunista apresenta, no seguimento de outros que esta representação e outras representações também apresentaram procurando alcançar a gratuitidade dos manuais escolares nas nossas escolas, continua a fazer, para o Bloco de Esquerda, todo o sentido, não só por uma questão de coerência, mas sobretudo por uma questão de justiça, de justiça social, a tal que se alcança com os impostos progressivos, mas que não se alcança com o empréstimo de manuais,

com o pagamento de uma caução que muitas vezes não é devolvida quando o deveria ser.

Mas relativamente a este Projeto de Resolução que recomenda ao Governo Regional que tome as medidas necessárias para assegurar a gratuidade dos manuais escolares no 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico (isto por um lado) e que proceda ao alargamento progressivo a todos os ciclos de ensino que compõem a escolaridade obrigatória na Região Autónoma dos Açores (por outro, portanto digamos que este Projeto de Resolução tem duas vertentes), suscita-me as seguintes questões que penso que o Governo Regional poderá responder, nomeadamente o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Primeiro: por que é que o Partido Socialista considera que a gratuidade dos manuais escolares para o 1.º ano do 1.º ciclo é justo e é uma necessidade no continente e aqui é uma redundância?

Eu e o Bloco de Esquerda não percebemos.

Segunda questão: por que é que se fala tantas vezes dentro desta Casa, e fora, mas dentro desta Casa variadíssimas vezes, nos países que são um exemplo em termos de resultados no seu sistema educativo, e fala-se sobretudo nos países nórdicos?

Eu gostava de trazer aqui o exemplo da Finlândia, que é o país tido como o país de excelência ao nível do seu sistema educativo,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Um país capitalista!

A Oradora: ... para dizer que provavelmente o facto do ensino na Finlândia ser 100% público, 100% gratuito e universal, e não ter exames, os tais que só têm um objetivo que é garantir o rigor e a excelência da aprendizagem, deve ter alguma coisa a ver com estas variáveis, o facto de a Finlândia ser um exemplo no seu sistema educativo e nos resultados educativos que tem.

Terceiro: por que é que 170 mil euros ao ano é, digamos, uma verba inaceitável, quando ainda não há muito tempo o Governo Regional gastou bem mais do que

isso numa *rave* (numa *rave!*), numa festa popular, nomeadamente nas Sete Cidades?

Finalmente, dizer também o seguinte:

Nós, nem aqueles que defendem a gratuidade dos manais escolares para o 1.º ano do 1.º ciclo e para todos os níveis de ensino, nem, penso eu, o Partido Comunista como proponente deste Projeto de Resolução, temos uma postura de dar tudo a todos, Sras. e Srs. Deputados. Não é dar tudo a todos!

É garantir que a igualdade de oportunidades e a universalidade do ensino, que faz parte da nossa Constituição, é um direito constitucional, não é um mero blablá, mas é algo que é concretizável na prática. E igualdade de oportunidades com circunstâncias económicas diferentes não rima, Sras. e Srs. Deputados.

Portanto, não é dar tudo a todos. É disponibilizar aquilo que por obrigação constitucional devemos fazer no sentido de garantir a tal igualdade de oportunidades, que é a verdadeira razão de ser da escola pública, porque para diferenciar, distinguir e não universalizar, já temos as escolas privadas.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretário Regional:

Venho ao debate para dar mais um bocadinho de tempo ao Sr. Secretário Regional da Educação para ganhar coragem e vir a debate.

Portanto, vou dar-lhe mais este tempinho para depois poder vir então dizer o que é que pensa o Governo, se por acaso até pensa alguma coisa diferente do

Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Mas pronto! Vou dar-lhe mais este pedacinho.

Relativamente à posição do PSD nada de novo em relação à posição do PSD. A posição é coerente com aquilo que é o projeto político do PSD.

Aquilo que pretende e o seu projeto de sociedade é a destruição dos setores sociais e a privatização do ensino, da saúde, da segurança social, etc., etc., etc..

E sobretudo tem associado uma outra questão,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): É uma sociedade sem bases!

O Orador: ... que é privar a generalidade das crianças e dos jovens de aceder ao sucesso escolar e de aceder ao conhecimento, o que representa, digamos, um retorno aos tempos do antes do 25 de Abril.

É isso que V. Exas. querem e desejam para a Região e para Portugal. Aliás, basta olhar para os quatro anos, aqueles que decorrem entre 2011 e 2015 e ver o que aconteceu a este país e às transformações negativas, porque houve efetivamente transformações negativas neste país, para perceber que nem o povo português, nem o povo açoriano vos irá dar a confiança do voto.

Portanto, por aí estamos perfeitamente descansados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é o argumento do Partido Socialista, Deputado Aníbal Pires!

O Orador: Não quero saber se é o argumento do Partido Socialista.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O quê?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A confiança no voto!

O Orador: Relativamente à intervenção do Deputado Nuno Meneses, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, apenas duas ou três notas.

A primeira tem a ver com aquela preocupação genuína do Deputado Nuno Meneses acerca dos problemas ambientais. É de facto uma preocupação para quem o mês passado aqui reprovou a proibição do uso de um herbicida altamente...

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Sra. Presidente estou perfeitamente dentro da amplitude e da latitude.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Glifosato e livros!

O Orador: Portanto, a preocupação ambiental que fez parte da intervenção do Deputado Nuno Meneses é de facto de uma hipocrisia política sem medida, porque quem o mês passado votou contra a proibição da utilização de um herbicida altamente prejudicial para a saúde humana, hoje está aqui com preocupações ambientais a propósito da gratuitidade dos manuais escolares.

A Deputada Zuraida Soares dizia, num aparte, então vez de manuais, de livros em suporte de papel, é melhor propor a entrega de um computador e os manuais em suportes digitais, para evitar os problemas ambientais, se é que se evitavam.

Mas a intervenção do Deputado Nuno Meneses está eivada de outras inverdades. Desde logo, o facto da afirmação que fez de que a gratuitidade está assegurada.

Não é verdade, Sr. Deputado! Não está assegurada, Sr. Deputado! Não é verdade!

O Sr. Deputado enganou-se.

Não é para todos e é preciso pagar a tal caução.

Depois, Sr. Deputado, também não se trata aqui de uma redundância. Redundância será quando o futuro Grupo Parlamentar do PCP, na próxima legislatura, vier renovar aquela que é a sua proposta, que é a da gratuitidade para todos os anos de escolaridade obrigatória. Isso sim!

Agora, esta será uma redundância.

Esta iniciativa do PCP não é uma redundância, até porque é efetivamente diferente: recomenda ao Governo que promova a igualdade entre as crianças açorianas e as crianças do território do continente, que vão ter manuais escolares gratuitos no 1.º ano do 1.º ciclo e na Região Autónoma dos Açores não vão ter.

Portanto, há aqui uma diferença. Não é uma redundância. Vai ter de encontrar outra forma de adjectivar e caracterizar esta iniciativa do PCP, mas não essa.

Não há motivo... Aliás, a Autonomia, como eu disse no fim da minha intervenção, justifica-se pelas nossas especificidades, pelas nossas diferenças, e aquilo que procuramos sempre é que a Região e o povo açoriano sejam discriminados positivamente.

Isso motivou a criação de um conjunto de mecanismos para compensar um conceito que tem desaparecido um pouco do vocabulário político regional, mas que tem que ser recuperado, que são os custos da insularidade, porque efetivamente embora este conceito tenha desaparecido do vocabulário político, a verdade é que ele se mantém, porque há custos associados e acrescidos ao viver insular.

Isso é que levou a que na Região tivessem sido criados, num contexto em que não havia maiorias absolutas, acréscimos regionais e também, após a aprovação da Lei das Finanças Regionais, a possibilidade de compensarmos quer as empresas, quer os trabalhadores, pela aplicação de um diferencial fiscal.

Tudo isso aconteceu, lembro, num quadro em que não havia maiorias absolutas. Isto para dizer o seguinte: as discriminações que procuramos para promover a igualdade de oportunidades entre todos os portugueses e aqueles que vivem na Região Autónoma dos Açores, tem sido sempre a procura de uma discriminação positiva, de crescer alguma coisa.

Deputado José San-Bento (PS): Não é! Isso é igualdade absoluta!

O Orador: E aqui nem sequer estamos a fazer isso. O que estamos a fazer e estamo-lo a fazer neste momento, porque não temos outro mecanismo (senão teríamos de mexer no Orçamento Regional, se fosse uma Proposta de Decreto Legislativo Regional teríamos de mexer no Orçamento) é a promoção da igualdade. Isto é, as nossas crianças, as famílias que têm crianças no 1.º ciclo do ensino básico, em 2016/17, na Região Autónoma dos Açores, vão ser discriminadas negativamente relativamente às crianças do território continental.

É isso que o PSD defende e é isto que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista defende, é uma discriminação negativa. Isto contraria tudo aquilo que são os pressupostos autonómicos.

Portanto, não é aceitável esta posição do Partido Socialista.

Se percebo a posição do PSD, não percebo a posição do Partido Socialista.

Estamos mesmo a precisar de acabar com as maiorias absolutas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado André Bradford (PS): Aquelas que o povo concede!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Aproveito para informar a câmara que está na galeria o Prof. Luís António de Assis Brasil, antigo Secretário de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul e agraciado com a Insígnia Autonómica de Reconhecimento por esta Assembleia. Saúdo-o em nome da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

(Aplausos da Câmara)

Vamos continuar os nossos trabalhos. Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um político muito famoso do séc. XX, em Portugal, dizia que na política é muito importante, é fulcral às vezes, fazer-se de morto, uma lição que Marcelo Rebelo de Sousa não aprendeu ainda, mas que o Sr. Secretário da Educação segue à risca.

Está ali e foi necessário o Sr. Deputado Aníbal Pires fazer uma referência que eu agora repito, que é, depois de uma hora de debate, ou uma hora e meia de debate, o Governo ainda não se pronunciou sobre essa questão.

Por isso eu digo ao Sr. Secretário da Educação que não vale a pena, porque já reparámos que o senhor está aí e está bem vivo, graças a Deus. Portanto, é sua função, é seu dever participar neste debate.

A segunda questão (isto para contextualizar politicamente este assunto) que acho que é importante é que o Sr. Deputado Aníbal Pires aproveitou esta questão dos manuais escolares para transmitir aqui o seu programa político e o seu programa político não é outro do que acabar com a maioria absoluta do Partido Socialista para, a partir de outubro de 2016, a tornar dependente do Partido Comunista. Porquê?

Todos os dias vê na televisão e quer fazer a mesma coisa aqui, nos Açores.

Eu digo-vos uma coisa: se um Governo do Partido Socialista já é mau, imaginem o que seria um Governo do Partido Socialista sustentado politicamente pelo Partido Comunista. É porque esta economia mais soviética do que é, é difícil.

Portanto, nem quero conceber que tipo de políticas seriam desenvolvidas na nossa Região se o Governo do Partido Socialista também fosse dependente do Partido Comunista. Deus nos livre!

Deputado Francisco Coelho (PS): É melhor ficarmos assim, Sr. Deputado!

O Orador: Espero que os açorianos também deliberem no mesmo sentido.

No terceiro ponto, e depois de fazer esta pequena introdução política, quero fazer uma referência ao seguinte:

O PPM nesta matéria tem defendido sempre que para nós o sistema educativo é absolutamente fundamental para garantir a igualdade de oportunidades.

Muitos de nós que aqui estamos, e que não somos filhos ou descendentes das grandes famílias açorianas, das mais influentes e das mais poderosas famílias açorianas, chegámos onde chegámos porque tivemos a oportunidade que nos foi dada pela Revolução (estou a falar numa proposta do Partido Comunista e, portanto, parece-me que é o conceito adequado para enquadrar a questão): foi

introduzido um sistema educativo que se tem transformado num sistema tendencialmente gratuito.

Isto tem sido fundamental para se obter a mobilidade social e para progressivamente se conseguir, de facto, ter uma política que permita a igualdade de oportunidades, porque se às nossas crianças, se aos nossos jovens, lhes for proporcionada a oportunidade de tirar a escolaridade obrigatória e também poderem prosseguir estudos pela via profissionalizante ou académica, no sentido de obterem as competências necessárias para poderem exercer as suas funções na nossa sociedade de forma bem remunerada, isso é absolutamente fundamental.

É fundamental que o futuro dos jovens não fique condicionado por aqueles que têm dinheiro para estudar e aqueles que não têm dinheiro para estudar. Esta desigualdade deve ser desmantelada.

Por isso defendemos sempre que o sistema educativo deve ser público e deve ser gratuito.

Assim sendo, meus senhores, quero aqui fazer uma referência:

O CDS propôs o sistema de empréstimo de manuais escolares.

Foi um passo importantíssimo, tendo em conta o histórico do Partido Socialista nesta matéria que foi sempre insensível a uma evolução neste âmbito.

Portanto, o CDS de facto conseguiu romper as barreiras que o Partido Socialista e o Governo Socialista criaram nesta matéria ao longo destes 20 anos.

Agora é importante, uma vez que a nível nacional existe um novo contexto político e existe neste momento a predisposição e a decisão também de criarmos um sistema gratuito em relação à obtenção de manuais escolares, manuais escolares que já não estarão rasurados (manuais escolares cujos exercícios, por exemplo, no 1.º ciclo, quem conhece os manuais escolares do 1.º ciclo sabe que quase metade do manual escolar que as crianças estão a receber já está totalmente preenchido e que isso causa enormes dificuldades práticas), é

que o sistema mais exequível, o sistema mais justo, é que as crianças tenham de facto acesso a manuais novos e gratuitos.

Portanto, nesse sentido, e eu termino já Sra. Presidente esta primeira intervenção, isto parece-me um avanço importante.

Não se compreende, e digo isto ao Partido Socialista e ao Governo Regional, que num contexto nacional que neste momento concebe um modelo melhor, e num contexto nacional em que até os resultados escolares são melhores do que os nossos, não se concebe, por vontade política do Governo e do Partido Socialista, que a Região Autónoma dos Açores fique para trás em relação ao contexto nacional no âmbito dos manuais escolares. Não se percebe!

A pergunta que faço é: o sistema que está pensado e que vai entrar em vigor a nível nacional é melhor do que o nosso ou não é? Melhor do que o nosso, aquele que temos hoje. É ou não é? É!

Então por que que é vamos penalizar a população dos Açores, os nossos alunos, as nossas crianças, que até estão a ter piores resultados que a média nacional? Por que é que os vamos penalizar mantendo um sistema que já está ultrapassado pela realidade dos factos? Não faz sentido absolutamente nenhum.

Bem se dizia aqui que a Autonomia tem sempre um mérito, que é melhorar aquilo que é feito lá fora.

Então a Autonomia não pode servir, a vossa maioria absoluta não pode servir para impedir que aqui também se faça um progresso muito importante nessa matéria...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e que se fique atrás da realidade nacional, ainda por cima, meus senhores, quando lá fora quem governa é o Partido Socialista também.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A prática da boa gestão e o exercício da justiça social não justificam o fornecimento gratuito, o mesmo é dizer, a fundo perdido, de tudo a todos, mas somente àqueles que mais precisam.

O nosso sistema de empréstimo de manuais escolares equivale à garantia da gratuidade reclamada pelo PCP.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está claramente à direita do Partido Socialista!

O Orador: Por isso não é verdade que por força da aquisição de manuais escolares se encontrem onerados os orçamentos das famílias dos Açores.

O nosso regime de empréstimo de manuais escolares, cujo valor nem sequer é subtraído da comparticipação da Ação Social Escolar destinada à aquisição de material escolar, é um meio poderoso...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não pode ser!

Deputada Zuraida Soares (BE): Não pode ser, mas é!

O Orador: ... de conferir igualdade de oportunidades para todos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Aí é que está, Sr. Secretário!

O Orador: De facto, apenas os não beneficiários da Ação Social Escolar, o mesmo é dizer, aqueles que menos precisam, são obrigados ao pagamento de uma caução de 20% que simplesmente constitui uma garantia de restituição dos manuais em condições de reutilização e contra a devolução do valor da caução.

Por acréscimo, em confronto com o princípio da gratuidade, a prática do empréstimo, como aqui já foi dito, é muito mais pedagógica, pois confere sentido de responsabilidade individual e social aos estudantes que aprendem as vantagens da poupança de recursos num exercício de literacia financeira e que aprendem as vantagens da reutilização de recursos aqui em manifesto benefício do meio ambiente.

Hoje, o regime de empréstimo de manuais escolares abrange os alunos desde o 3.º ano do 1.º ciclo do ensino básico até ao 10.º ano do secundário, e dentro de dois anos alcançaremos o pleno...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: ... com extensão do empréstimo até ao 12.º ano e porque desde há muito que são atribuídos, sem dever de restituição, dada a sua peculiaridade, os manuais das crianças beneficiárias da Ação Social Escolar dos 1.º e 2.º anos do 1.º ciclo.

Perante este Projeto de Resolução do PCP a posição do Governo dos Açores não é de birra, é sim de convicção.

Se acedêssemos à pretensão do Sr. Deputado Aníbal Pires, no próximo ano letivo, o impacto financeiro seria relativamente residual, cerca de 30 mil euros, pouco significativo no montante geral de um pouco mais de 720 mil.

Todavia, nós guiamo-nos por princípios. Além disso, a prazo a continuidade e o alargamento da prática da gratuitidade seriam gravosos.

De resto, o alinhamento com Lisboa não condiciona a nossa ação.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é com Lisboa, é com o Partido Socialista!

O Orador: No Governo da República nós admiramos as atitudes de maior abertura de maior cooperação com as Autonomias Regionais, bem diversas da sobrançeria e do desprezo de Passos Coelho.

Contudo, na correspondência com o Governo da República, na educação e em tudo o mais, Lisboa segue as suas opções e nós seguimos as nossas opções.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputada Zuraida Soares (BE): Tem dias, Sr. Secretário!

O Orador: À margem dos manuais, mas a propósito da relação com Lisboa, convirá até sublinhar o posicionamento do Governo Regional.

Para nós, as prioridades são os Açores e a Autonomia. Só depois a referência partidária, mesmo assim diferenciada, porque somos um consórcio de militantes e independentes. É por isso, aliás, que há uns meses atrás o Dr. Mota Amaral, numa declaração linear, mas “grávida” nas suas entrelinhas,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): “Grávida?”

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... explicou o êxito do PS-Açores pela assunção do discurso autonomista do velho PPD, daquele que também era Social Democrata.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues) e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Se não é hipocrisia política ainda é mais do que isso!

O Orador: Voltando aos manuais, é certo que em 2016, no âmbito da Secretaria Regional da Educação e Cultura, o Plano e o Orçamento equivalem à maior capacidade de investimento da história da Autonomia Constitucional. Mesmo assim não chega para tudo e exige a realização de escolhas entre aquilo que é essencial e aquilo que é acessório.

Muito obrigado.

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Não estava naturalmente para intervir neste debate, mas após as afirmações do Sr. Secretário acho que são necessários alguns esclarecimentos aqui à Assembleia.

Sr. Secretário, em primeiro lugar, eu gostaria de saber que verba foi gasta, já no seu consolado, digamos assim, enquanto Secretário da Educação, em manuais escolares, desde que o senhor é Secretário? Já para não ir atrás, mas desde que o senhor é Secretário.

V. Exa. afirmou aí que a verba não sai da Ação Social Escolar.

Devo dizer-lhe que tenho vários casos que denunciei aqui ao seu antecessor e presumo que já a si, que as unidades orgânicas e as escolas descontavam diretamente da Ação Social Escolar. Não foi um caso, não foi dois! Foram vários.

Deputada Zuraida Soares (BE): Nem foi só o CDS a denunciar!

O Orador: E não foi só o CDS a denunciar. Também aqui o Bloco denunciou, se bem me lembro, para citar um conterrâneo nosso, não é verdade.

Sr. Secretário, há aqui outra pergunta que lhe quero fazer e que vai ter que me explicar.

De onde é que vem a verba?

Desde 2014, exatamente desde o seu antecessor Fagundes Duarte, que não há verba no Plano de Investimentos para empréstimo de manuais escolares, argumentando nesta Casa o Partido Socialista que a verba saía exatamente da Ação Social Escolar.

Portanto, Sr. Secretário, o senhor entende-se com o Partido Socialista e com o Governo, ou então o dinheiro cai do céu ao abanar das patacas lá no quintal da Secretaria?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É a tal saca do Tio Patinhas!

O Orador: Abana a árvore das patacas e cai um dinheirinho?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): A saca do Tio Patinhas!

O Orador: Portanto, é preciso que a gente se entenda de onde é que vem a verba para os manuais escolares, porque desde 2014 que os senhores retiraram essa verba do plano específico de investimentos onde tinha uma rubrica, até a essa altura, para “Empréstimo de Manuais Escolares”.

Em segundo lugar, desconheço que esteja neste momento a serem emprestados no 10.º ano, em absoluto (que estejam a ser emprestados manuais escolares no 10.º ano, em absoluto!).

Dê-me os exemplos das escolas onde isso se verifica e quantos foram emprestados, porque vir aqui dizer e não saber quantificar em números, gastámos 100 euros, 1000 euros, 2000 euros e 3000...

Mais. Alguns manuais que emprestavam aos alunos humilhavam-nos, dando-lhes manuais apagados à borracha e descontando na Ação Social Escolar. Foi outro caso que eu aqui denunciei.

O senhor sabe o que é que a Inspeção da Educação fez até hoje?!

Nada!

É o mesmo que vai fazer sobre o caso que eu denunciei aqui anteontem das clínicas que andam a pescar alunos para consultas de pedopsiquiatria.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Sra. Secretária Regional pediu a palavra.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Para uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação tem a palavra, Sra. Secretária.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria interpelar a Mesa, uma vez que estava convencida que estávamos a discutir uma iniciativa de uma Representação Parlamentar, mas quem está a ser diretamente questionado é o Governo, queria só confirmar, qual é o objeto deste ponto...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... da nossa ordem de trabalhos?

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(*) **Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Esta matéria do empréstimo dos livros tem vindo a ser utilizada ao longo do debate e como tal permiti ao Sr. Deputado Artur Lima, apesar efetivamente do Projeto de Resolução que está em discussão ser o do PCP relativamente à gratuitidade dos manuais escolares para o 1.º ano do 1.º ciclo.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem agora a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

Deputada Zuraida Soares (BE): O Governo fica tão aborrecido quando apresentamos votos de protesto, porque não pode falar. Agora que pode falar, é um escândalo porque não quer falar!

(Pausa)

Presidente: Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado, penso que agora estão reunidas as condições para poder fazer a sua intervenção.

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu também não estava para intervir neste debate, mas quero apenas lembrar ao Sr. Deputado Artur Lima e à câmara, porque isto já é desta legislatura com a anterior tutela, que exatamente na sequência de várias e sucessivas denúncias, quer do CDS-PP, quer do Bloco de Esquerda, foi aprovada nesta Casa uma iniciativa para uma inspeção, para ser feita pela Inspeção Regional da Educação, e elaborado um relatório a dar conta do ponto de situação do empréstimo dos manuais escolares.

O resultado está *online*, já foi trazido aqui, foi mandado para esta Casa, foi mandado para aqui, data de maio de 2014.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! 2014!

A Oradora: Tem as conclusões (data de maio de 2014), as recomendações feitas, as recomendações imediatas. Ou seja, nunca o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se escamoteou, fugiu de esclarecer este ponto da situação.

Quando o Sr. Deputado Artur Lima agora fala das verbas, de onde é que saem as verbas,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde é que estão as verbas?

A Oradora: ... o que eu disse (e já o disse no debate) no debate da educação, se tivessem preocupados em ouvir os números tinham ouvido, foi que este ano já foram distribuídos mais de 85 mil livros, incluindo ao 10.º ano, e mais de 1150 alunos, sem Ação Social Escolar, foram também alvo de empréstimo de manuais escolares, ou seja, os ditos alunos do 5.º escalão.

Ainda é preciso acrescentar que os sem escalão também estão no plano de empréstimo dos manuais escolares.

O Sr. Deputado escusa de fazer de conta que a sua iniciativa que foi aqui aprovada, como já disse a Deputada Judite, por unanimidade, e bem recebida, e por nós também foi aprovado por unanimidade a elaboração de um relatório, escusa de vir sempre arvorar, porque a Deputada Graça também já tentou fazer a mesma coisa outro dia no programa, que não está a ser cumprido.

Está a ser cumprido!

Elaborou-se o relatório regional e exatamente depois disso aumentou-se imenso, porque se corrigiram imperfeições seguindo as recomendações da Inspeção Regional da Educação. Está a perceber?

Mas afinal o senhor quer que as crianças tenham os manuais ou quer saber de onde é que vem o dinheiro? Isto é como a outra questão.

Mas afinal qual é o seu problema?

Quando Sr. Deputado percebe que afinal a medida existe e está a funcionar, o senhor foge logo: “e a verba, de onde é que vem o dinheiro?”.

Sr. Deputado, mas o senhor não estava preocupado no início do debate não era com os livros?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É sim senhora!

A Oradora: Então os livros estão nas escolas, Sr. Deputado.

Obrigada, Sra. Presidente.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem, Sra. Deputada!

(Aplauso dos Deputados da bandada do PS e dos Membros do Governo)

(*) **Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima, quero fazer apenas uma advertência à câmara, porque naturalmente a Mesa tem dado a possibilidade de se falar das temáticas sobre os empréstimos dos manuais escolares, mas o nosso debate não se deve centrar sobre esta matéria, uma vez que não é sobre ela que estamos aqui hoje a debater.

Portanto, faço esse alerta para que efetivamente o debate não saia do assunto que está aqui em discussão.

Sra. Deputada Zuraída Soares, para uma interpelação à Mesa tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Sra. Presidente, dizer à Mesa o seguinte:

É impossível satisfazer essa sua chamada de atenção, Sra. Presidente e vou dizer-lhe porquê.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É indissociável!

A Oradora: Porque quando a argumentação é, não se dá, não se disponibiliza gratuitamente os livros porque já está assegurado o empréstimo e o empréstimo é melhor do que a garantia de gratuidade, é impossível dissociar os dois temas do debate.

Portanto, quando a Sra. Presidente diz “eu estou a permitir falar-se nos empréstimos”, a Sra. Presidente está a permitir, mas na realidade não há forma

de não falar neste assunto, já que ele é posto como alternativo à proposta do Partido Comunista.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

A Oradora: Portanto, no que me diz respeito, eu vou continuar a falar dos empréstimos, porque não há possibilidade de falar nesta proposta sem falar dos empréstimos.

Muito obrigada.

(*) **Presidente:** Sra. Deputada Zuraida Soares, esta questão não é inédita. Uma coisa é referir a situação e falar dela, outra coisa é centrar o debate apenas nessa perspetiva.

Deputada Zuraida Soares (BE): Apenas!...

A Oradora: Foi só esse o alerta que eu fiz, porque se a partir de agora só se falar de questões relacionadas com o programa de empréstimo de manuais escolares, não estaremos com certeza a falar do Projeto de Resolução e foi essa a advertência que eu fiz a todos para que efetivamente não se centre o debate numa matéria que não é ela a mais importante nem a que estamos aqui hoje efetivamente a debater.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem que ser isenta com todos!

A Oradora: Mas eu permiti todos falarem, nem estou a dizer que não vão permitir que continuem.

Naturalmente tenho que alertar é que se o debate se vai centrar apenas nesta questão, até me parece um desrespeito em relação ao proponente...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não! É mais um incómodo para o Governo!

A Oradora: ... do Projeto de Resolução em causa.

O Sr. Deputado Artur Lima pediu a palavra para uma interpelação. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, vou no sentido do que tem vindo a ser agora feito e também da interpelação da Sra. Secretária Regional, Isabel Almeida Rodrigues.

A Sra. Presidente como percebeu, eu estive aqui muito caladinho no debate. Não estava para intervir.

O debate foi, e foi, e foi, e foi, e foi e V. Exa. nunca fez nenhuma... Deixou correr o debate.

Agora, Sra. Presidente, eu não posso pensar, nem quero sequer pensar, que após a interpelação da Sra. Secretária Regional, que V. Exa. não vá permitir a mesma atitude que permitiu até agora, porque quem primeiro falou em empréstimo de manuais escolares para justificar o chumbo à proposta do PCP foi exatamente o Partido Socialista. E a conversa rodou à volta de manuais escolares.

Quando eu questiono o Sr. Secretário, “aqui D’El Rei”, ou “*aqui da República*” (como é que se chama?), ou aqui republicano, que não se pode questionar o Governo.

Portanto, eu vou continuar a insistir, peço imensa desculpa, no empréstimo de manuais escolares, porque é uma proposta que nos é cara, que não se pode dissociar uma da outra, e porque aliás, a interpretação da Sra. Deputada Catarina tenho toda a consideração para lhe dar resposta.

(*) **Presidente:** Sr. Deputado Artur Lima, não vou repetir novamente a explicação que dei à Sra. Deputada Zuraida Soares. Penso que todos perceberam o alcance da minha advertência, mas também já estamos todos aqui há bastante tempo para saberem que eu não me deixo pressionar por nenhuma bancada deste Parlamento.

Ajo sempre em função daquilo que acho que é o mais correto em cada momento próprio.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma interpelação tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para uma interpelação, Sra. Presidente, tendo em conta a condução dos trabalhos.

Sra. Presidente, esta questão tem que ser resolvida de forma racional, democrática e livre.

A questão aqui é a seguinte:

A Sra. Presidente não pode censurar o conjunto de argumentos que são apresentados pelas diversas forças políticas no âmbito da discussão de um qualquer assunto (neste caso estamos aqui a falar dos manuais escolares), porque é evidente que cria aqui uma situação que não é vista em mais nenhum Parlamento da Europa Ocidental, que é o facto dos argumentos que a Sra. Presidente acha que estão fora do alcance da discussão, a Sra. Presidente insiste em censurar e em limitar a discussão nesse âmbito.

Eu, por exemplo, acho, e termino já Sra. Presidente, como a Sra. Deputada Zuraida Soares acabou de referenciar, que o que está aqui em discussão são dois modelos.

O modelo que é proposto aqui pelo Partido Comunista, que é o sistema de atribuição gratuita de manuais escolares. É o modelo que estamos a discutir!

Em contraponto o Governo e o Partido Socialista dizem: “não, não! Temos um sistema melhor, que é o sistema de empréstimo de manuais escolares”.

Portanto, a partir daí, a partir do momento em que este é o centro da discussão, temos que comparar os dois modelos, o modelo vigente e o modelo que estamos a propor.

A Sra. Presidente não pode condicionar o debate, porque isto pura e simplesmente não é democrático, Sra. Presidente.

Portanto, é absolutamente inaceitável.

É esta a referência que lhe quero fazer.

(*) **Presidente:** Sr. Deputado, eu não entendo que esteja nem a condicionar, nem a limitar a liberdade de cada bancada com assento nesta Assembleia.

Penso que todos perceberam a advertência que fiz.

Não estou a impedir ninguém de falar. Estou apenas a alertar para o facto de que se deixarmos de falar da gratuitidade dos manuais escolares para passarmos

a falar apenas do empréstimo de manuais escolares, parece-me que estamos claramente a fugir da matéria em causa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Contraponto!

A Oradora: Penso que todos perceberam o alcance desta advertência e eu não impedi ninguém de falar.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

A Deputada Graça Silveira estava aqui a lembrar-me e bem a saca do Tio Patinhas do Sr. Secretário da Educação, num debate anterior a este.

Portanto, o dinheiro não pode vir da saca do Tio Patinhas. Ou há rubrica orçamental para justificar esta despesa, ou então vem mesmo da saca do Tio Patinhas.

Se até 2012 (há bocado disse 14, mas não foi, foi 2012) houve verba para isso, acabou exatamente com Luiz Fagundes Duarte, por que é que não há agora?

De que verba é que vem o dinheiro para pagar os manuais escolares?

Relativamente àquele relatório que a Sra. Deputada Catarina...

Vou dar-lhe um conselho: não se irrite muito para não ficar com rugas; pode dizer a mesma coisa, mas com um ar mais sereno, porque ninguém estava zangado consigo.

Agora, zangou-se porque “quem tem alfinetes é que se pica” e a senhora picou-se e enfiou o barretinho.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não estou zangada!

O Orador: Portanto, o que se passa aqui é que as denúncias que fizemos, Sra. Deputada, se bem se lembra, não foi só antes e 2014, foi já a seguir a 2014. Até o ano passado isso aconteceu, em setembro do ano passado.

Portanto, não foi só nessa altura. Voltou a acontecer, após a inspeção. Se quiser eu vou buscar-lhe as escolas.

Portanto, é recorrente acontecer.

Para o 10.º ano posso dizer-lhe que não são distribuídos a todos os alunos manuais escolares gratuitos. Afirmo isso com toda a propriedade. Pelo menos...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Leia as conclusões do relatório!

O Orador: ... no 10.º ano...

Bom, há quem tenha filhos no 10.º ano a estudar. Há quem tenha filhos!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Também eu e na escola pública!

O Orador: Portanto, garanto-lhe que não foram distribuídos a todos os alunos com Ação ou sem Ação.

O que estão a fazer é aos da Ação Social Escolar. Isso sim! Aos outros não tenho conhecimento de um único, daqueles que eu conheço e são alguns.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): É preciso ir lá pedir!

O Orador: Sra. Secretária, permita-me agora que lhe diga que o Governo está aqui para responder perante esta Casa e para prestar esclarecimentos nesta Casa, quando é necessário e na sequência do debate onde V. Exas. falaram.

Agora há aqui uma coisa muito engraçada: é que pela primeira vez para o Partido Socialista a Autonomia serve para coartar direitos aos açorianos. Essa é que é a verdade! Porque se na República o Partido Socialista é a favor; a geringonça da República aprova esta coisa;...

Deputado José San-Bento (PS): Gerigonça era a vossa coligação!

O Orador: ... a “geringa” aqui não aprova, mas a “onça” ficará para alguém.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Para os amigos!

O Orador: Portanto, os senhores pela primeira vez estão a coartar direitos aos açorianos que todas as crianças do continente têm e o Partido Socialista é o responsável pelas crianças nos Açores não terem,...

Deputado José San-Bento (PS): Somos responsáveis por tudo!

O Orador: ... quando na geringonça foi aprovado exatamente, letra a letra, este Projeto de Resolução.

O que propõe aqui o Partido Comunista foi aprovado na República.

Os Srs. Deputados que discordam tenham a coragem de se levantar e dizer que não concordam com este sistema.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Isso é que é coragem: levantar-se e dizer não concordo com o que o meu Governo fez na República. Aqui achamos que temos que fazer diferente. Diga lá, Sr. Deputado José San-Bento.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sra. Secretária:

Tenho muito gosto em responder a questões que foram aqui diretamente colocadas.

Perguntou-me o Sr. Deputado Artur Lima quanto dinheiro tinha despendido a Secretaria Regional da Educação e Cultura, desde que eu tinha assumido funções como Secretário Regional, na aquisição de livros escolares?

Sr. Deputado, eu assumi funções no dia 8 de julho de 2014. Daí até hoje não sei com precisão quanto é que se gastou. Agora sei que em 2015/2016, no ano letivo em curso, gastamos com manuais escolares 721 mil 349 euros e 32 cêntimos.

Quanto à questão deste dinheiro vir de um sítio ou vir de outro, este dinheiro é dinheiro que provém da Ação Social Escolar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Vem da Ação Social Escolar!

O Orador: ... mas provindo da Ação Social Escolar este dinheiro não prejudica aquele dinheiro a que os alunos têm direito para aquisição de material escolar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Prejudica sim senhor! Aí é que está!

O Orador: Não prejudica de modo algum.

Outra questão: os alunos do 10.º ano de escolaridade, neste ano letivo, pela primeira vez, tiveram direito a manuais escolares. Pela primeira vez os alunos do 10.º ano tiveram direito a manuais escolares e esses manuais foram efetivamente distribuídos em todas as unidades orgânicas do sistema educativo regional com o secundário.

Posso avançar mais alguns dados em matéria de números de manuais distribuídos e de estudantes beneficiários. Neste ano letivo de 2015/2016, 17.333 alunos solicitaram manuais e deste cômputo de 17.333 alunos que solicitaram manuais, 16.177 eram beneficiários da Ação Social Escolar e como já foi dito 1.156 eram não beneficiários da Ação Social Escolar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o universo, qual é?

O Orador: O universo? O universo de beneficiários de Ação Social Escolar é 25.684. O universo de alunos do sistema educativo regional está nos cerca de 40 mil.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Secretário!

O Orador: Finalmente, relativamente à Inspeção Regional da Educação averiguar ou não averiguar este processo de empréstimo de manuais.

Como também aqui foi referido, em maio de 2014, foi encerrada uma ação extraordinária em redor de manuais escolares que teve fundamentalmente por objetivo verificar se a lei estava ou não a ser cumprida.

Posso dizer-lhe, Sr. Deputado, que a evolução de lá para cá foi, nem mais, nem menos, do que a seguinte: foi a evolução da identificação de algumas anomalias iniciais para uma regularidade hoje.

Mais. Em torno do empréstimo de manuais escolares, a Inspeção Regional da Educação não agiu apenas em 2014. Todos os anos a Inspeção Regional da Educação, em diversas escolas do nosso sistema educativo regional, faz auditorias à área de Ação Social e quando as faz também averigua a questão do empréstimo dos manuais escolares não encontrando anomalias de vulto.

As queixas que hoje existem em redor de manuais escolares, posso acrescentar aqui, residem por vezes na coexistência, numa mesma turma, numa mesma escola, de manuais relativamente diferentes: uns mais velhos, uns mais novos, ambos legais.

Não é, entretanto, um embaraço de monta e não é um embaraço de monta porque, Srs. Deputados, um manual não é uma Bíblia. Um manual é um auxiliar de trabalho.

Esta questão que eu estou a apontar aqui é uma questão que se resolverá naturalmente com a substituição dos manuais abatidos por manuais devidamente atualizados.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Secretário Regional devo felicita-lo pelos esclarecimentos que deu aqui, frontais, rigorosos e é isso mesmo que deve pautar a atuação de um Membro do Governo. Perante a resistência inicial, julgo que V. Exa....

Mas há dados curiosos.

Queria perguntar-lhe, se me permite, onde é que podemos ter acesso a esses dados? Pelos vistos são secretos e apenas do conhecimento do Governo e da bancada do Partido Socialista.

Onde é que estão publicados esses dados, Sr. Secretário? Não consegui encontrá-los.

Com certeza que os vai publicar ou nos fará chegar essa questão.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Acabei de dizer que o relatório está online!

O Orador: Mas Sr. Secretário, devo dizer-lhe que aqui se confirma o que eu dizia, é que do número que o senhor disse, rigoroso, mais uma vez elogio,

apenas sete vírgula qualquer coisa por cento dos alunos que não têm Ação Social Escolar, dos tais 15.000 (não é verdade?), é que têm esses manuais. De 25 para 40 são 15.

Portanto, desses 15, apenas 7% têm manuais. É curioso!

Sr. Secretário, há de haver uma árvore das patacas neste Orçamento e nesse Plano de Investimentos. É que não pode ser gasta verba sem estar orçamentada e para que fim.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não pode? Pode, pode! O Sr. Deputado Parreira diz que pode!

Deputado António Parreira (PS): Aquilo que eu disse o senhor não percebe! É letra pequena para si! É míope!

O Orador: Portanto, se os senhores andam a comprar livros e se antes havia até 2012 a rubrica empréstimo de manuais escolares, se ela desapareceu, Sr. Secretário, eu também lhe agradeço...

(Diálogo entre os Deputados António Parreira e Joaquim Machado)

O Orador: Quando a gente puder... Sra. Presidente...

Sr. Secretário, eu vou refazer a pergunta quando a minha intervenção não prejudicar o diálogo entre o Sr. Deputado António Parreira e o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Portanto, podem continuar que eu espero.

Presidente: Pode continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Secretário, a pergunta é exatamente de onde é que vem esse dinheiro? De que rubrica vem? Porque a Ação Social Escolar não aumentou na proporção dos 700 mil euros que o senhor aí refere. Basta consultar os números do Orçamento.

Portanto, quero perceber, já agora como respondeu com rigor a todas as outras perguntas, responda-me com rigor, se puder, ou então far-me-á chegar quando puder, de que rubrica sai essa verba, Sr. Secretário?

Agora o que é curioso é que efetivamente no empréstimo de manuais escolares (o grande beneficiário como nós sempre dissemos, e não era esse o espírito do legislador, porque os da Ação Social Escolar já tinham) os senhores descontam na Ação Social Escolar os manuais desses alunos.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*): Não é verdade!

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Ah, descontam, descontam!

O Orador: Não sou só eu a dizer, Sr. Secretário.

Há de haver dados da Inspeção, bem recentemente, ainda neste ano letivo, Sr. Secretário Regional.

Portanto, ficam estes esclarecimentos.

Quando puder, se não for agora, há de os fazer chegar ao Grupo Parlamentar do CDS.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois de oito anos nesta Assembleia continuo a ter muita dificuldade em alimentar este tipo de politiquices.

Eu vou descodificar o que é que está aqui em questão. O que está aqui em discussão é o seguinte:

O Partido Socialista não se irá apresentar às eleições sem reproduzir exatamente a medida que aqui está hoje a chumbar.

Daqui a uns meses os Srs. Deputados do Partido Socialista, alguns que continuarem no âmbito das suas funções, virão aqui com a mesma cara com que estão aqui hoje a dizer: não! Este sistema tem que evoluir.

Portanto, o que o Partido Socialista está aqui a fazer é a adaptar-se à situação nacional, àquilo que está em vigor a nível nacional.

O que é que está aqui em causa?

O que está aqui em causa não são os valores, nem o sistema. Já percebemos que se temos um sistema nacional melhor, a Região não pode deixar de aplicar o sistema nacional também.

O que está aqui em causa é uma corrida partidária. Não querem dar ao Partido Comunista, que nisso, e eu tenho que dizer, tem defendido esta posição ao longo do tempo e também o PPM e outros partidos.

Aquilo que há, é que o Partido Socialista não quer que seja aprovada esta medida do Partido Comunista, e o Partido Comunista apresente ao eleitorado esta solução. É isto que o Partido Socialista não quer.

Quanto ao resto, os argumentos que estão a ser aduzidos serão abandonados daqui a quatro meses. Não dou mais do que quatro meses para o Partido Socialista apresentar no seu Programa Eleitoral exatamente esta medida.

Por isso é que é difícil e por isso é que às vezes é difícil assistir a este tipo de debate, porque nós sabemos que é absolutamente hipócrita, porque evidentemente os manuais escolares são uma realidade em que a Região terá que se inserir, porque evidentemente o sistema é um sistema muito mais justo e é um sistema muito mais eficaz.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Judite Parreira.

(*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, apenas para lhe dizer que admiramos a sua coerência, mas vamos continuar com a nossa, porque na verdade o senhor assemelha-se um pouco ao Robin dos Bosques, mas ao contrário.

É que, o que o senhor vai fazer não é mais do que tirar aos pobres para dar aos ricos, porque vai dar o mesmo tratamento às famílias que auferem, por exemplo, 5 mil euros por mês, que dá àquelas que auferem 500 euros.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sra. Presidente, permita-me que fuja um bocadinho ao âmbito e que fale também do empréstimo dos manuais escolares para dizer ao Sr. Secretário que fomos informados que, ao contrário daquilo que o senhor estava a afirmar, há escolas que estão a deduzir o valor dos manuais escolares do valor da Ação Social Escolar a que cada aluno tem direito.

Portanto, não estão a aplicar corretamente lei, pelo que o senhor deve mandar averiguar isso para que a lei se cumpra e para que o senhor não incorra em erro como está agora a dizer.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma nota inicial para dizer o seguinte:

Sendo que é indissociável a questão dos empréstimos e a questão da gratuidade, que é a proposta do PCP, a verdade é que se está aqui a fugir à proposta do PCP.

É evidente que são indissociáveis, porque têm pressupostos diferentes e conceitos diferentes, visões diferentes daquilo que deve ser o apoio às nossas crianças e jovens.

Mas vamos repor, vamos centrar a questão.

Antes disso, apenas dizer à Sra. Deputada Judite Parreira o seguinte:

Não tenho nenhuma pretensão de ser nem o Robin dos Bosques, nem o xerife de Nottingham, nem coisíssima nenhuma. Mas quero dizer-lhe o seguinte:

A justiça, essa justiça social e o contributo de quem mais ganha, quem mais rendimentos tem, faz-se através da tributação.

É assim que o nosso sistema está desenhado.

Já agora, Sra. Deputada Judite Parreira, o que é que a senhora acha que se está a fazer quando o dinheiro dos nossos impostos paga as propinas dos jovens...

Deputada Judite Parreira (PSD): Que o senhor condena!

O Orador: ... nos colégios privados?

Deputada Zuraida Soares (BE): É tirar aos pobres!

O Orador: Então, Sra. Deputada?

Deputado André Bradford (PS): Essa pergunta é para o Sr. Deputado Duarte Freitas! Ele é que é um apaixonado!

O Orador: Pois é, Sra. Deputada.

Nós percebemos, e basta olhar para os relatórios, designadamente da OCDE, sobre a questão dos últimos anos, dos anos em que o partido a que V. Exa. pertence esteve no poder, para perceber até onde é que foi a pobreza infantil no nosso país. Basta ler os relatórios da OCDE.

Sr. Secretário Regional, há aqui duas questões que para nós são fundamentais.

Uma delas, e já vi que temos opiniões diferenciadas sobre o assunto, é que efetivamente não é a mesma coisa, não tem o mesmo alcance, a questão do empréstimo da questão da gratuidade, o manuseamento dos manuais escolares.

O facto dos alunos e das famílias ficarem depositárias daqueles livros, não é a mesma coisa que terem que os devolver, sabendo-se até que eventualmente, em algumas casas, os únicos livros que existem são os manuais escolares.

Mas há ainda uma outra questão que tem a ver com o seguinte:

O sistema que está em vigor na Região não funciona. Já foi trazido aqui por várias vezes, por outros partidos, mas também aqui foi trazido por mim, num debate sobre educação, em que coloquei aqui queixas que recolhi junto dos

encarregados de educação e junto de encarregados de educação de crianças do 1.º ciclo.

Portanto, Sr. Secretário, o sistema não funciona, mas ainda que funcionasse há de facto aqui uma diferença.

Aquilo que mais me preocupa, Sr. Secretário e Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados do Partido Socialista, em particular, (aquilo que mais me preocupa), é que não tenho memória, e não estou a dizer que não aconteceu, que alguma vez a discriminação relativamente aos açorianos, às famílias (às crianças, mas é às famílias) fosse negativa.

O histórico autonómico procurou sempre e encontrou sempre soluções...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... para que as discriminações fossem positivas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Daqui a três meses está no Programa Eleitoral do PS!

O Orador: Sr. Secretário, Sras. e Srs. Deputados do Partido Socialista:

Estão a marcar o histórico autonómico com uma medida em que pela primeira vez ficam discriminadas negativamente as famílias açorianas e isso vai ficar na vossa história. Vai ser uma marca que se vai colar à pele do Partido Socialista nos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Daqui a três meses está no Programa Eleitoral!

O Orador: Portanto, Sr. Secretário, há aqui estas duas questões. Não é a mesma coisa, Sr. Secretário, quer V. Exa. queira, quer não.

O efeito pedagógico que V. Exa. diz que tem o facto de preservar o manual e de o devolver não tem o alcance que V. Exa. lhe quer dar.

Em termos pedagógicos não tem esse alcance, para além do facto de que a utilização de um manual emprestado, o seu manuseamento e a sua utilização não produz efetivamente o mesmo efeito.

Mas mais grave do que isso, Sr. Secretário, é a questão deste momento, hoje, meados de abril de 2016, pela mão do Grupo Parlamentar do Partido Socialista os açorianos vão ser discriminados negativamente. Isto tem aqui um outro significado, que quero deixar bem claro: a necessidade de acabar com esta maioria absoluta.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas duas ou três questões que aqui ficaram levantadas.

Claro que eu não posso, em absoluto, dizer que não há anomalia nenhuma em qualquer escola. Sobretudo no início dos anos escolares podem ocorrer erros.

Agora, uma coisa é certa:

Os manuais não são descontados do montante destinado a material escolar. Não são!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Lá está o Sr. Secretário a fugir à questão!

O Orador: Não deduzem!

Por outro lado, o Sr. Deputado Artur Lima, a Sra. Deputada Judite Parreira e o Sr. Deputado Aníbal Pires prestavam também um serviço a esta Assembleia se dissessem efetivamente quais são os casos que efetivamente conhecem.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não somos Inspetores Regionais da Educação!

Deputada Judite Parreira (PSD): Ah, isso não nos peça! O senhor tem instrumentos para o fazer!

O Orador: Em segundo lugar, os alunos que não têm Ação Social Escolar.

Os alunos que não têm Ação Social Escolar, se não beneficiam mais do empréstimo de manuais escolares, é porque não o requerem.

Terceira questão:

Obviamente que os dados que aqui utilizei são dados da Secretaria Regional da Educação e Cultura e que poderão obviamente ser fornecidos a qualquer Deputado, de qualquer Grupo Parlamentar, de qualquer Representação Parlamentar, mediante requerimento.

O dinheiro para os manuais escolares claro que é dinheiro da Ação Social Escolar que, no caso concreto do nosso Plano,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está fora o âmbito do debate!

O Orador: ... está inscrito em rubrica própria (02.02.20 – “Material de educação, cultura e desporto”).

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem agora a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para fazer uma afirmação e repetir uma pergunta.

A afirmação é esta: Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, é verdade que há escolas que retiram da verba da Ação Social Escolar o valor dos manuais.

Mais. Fazem-no entregando ao encarregado de educação uma folhinha onde discriminam o valor da verba já com o desconto do valor dos manuais escolares.

Isso é verdade e trago-lhe os papelinhos quando o Sr. Secretário Regional perguntar à Inspeção Regional da Educação se isto é verdade ou não.

Se a Inspeção disser que não é verdade, eu trago os papelinhos para o senhor ficar a saber que é verdade. É assim que fazem.

Depois, repetir a pergunta: por que é que as crianças da Região Autónoma dos Açores não têm manuais escolares gratuitos no 1.º ano do 1.º ciclo, à semelhança dos seus colegas do continente? Qual é a razão? Porque o Partido Socialista e o Governo suportado pelo Partido Socialista/Açores entende que é

melhor emprestar com todas as condicionantes que aqui já foram referidas, condicionantes penalizadoras, do que disponibilizar gratuitamente como vai ser feito no continente.

Mais. Qual é a linha política do Partido Socialista, em termos de sistema educativo, em termos políticos, para no continente achar que é justo fazer de uma maneira e aqui achar que não é justo fazer da mesma maneira?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É justo fazer pior!

A Oradora: A linha política muda consoante o fuso horário? Ou o posicionamento geográfico?

Bom, isso é uma nova tese política e acho muito curiosa que ela seja estreada na Região Autónoma dos Açores pelo Partido Socialista, sendo certo que também já foi estreada antes disso (os senhores já não são originais) pelo Partido Social Democrata nesta mesma Região.

Pelos vistos os maus exemplos são sempre seguidos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão. Alerto que dispõe de cerca de um minuto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sendo assim com tão pouco tempo, vou fazer uma pergunta muito objetiva.

Eu sei que se o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura responder, ganho aqui o *jackpot*. Não estou à espera que me responda, mas de qualquer das formas vou perguntar na mesma.

Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, se o Partido Socialista incluir no seu Programa Eleitoral esta medida que aqui estamos a discutir, o Sr. Secretário Regional estará disponível para integrar um futuro Governo na eventualidade do Partido Socialista,...

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

... na eventualidade pouco previsível, do Governo Regional o vir a convidar para esta função?

Com esta reação do Partido Socialista acho que a questão ficou pouco explícita.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Por isso, vou voltar a repetir, Sra. Presidente:

Deputado André Bradford (PS): Não vai nada, porque já não tem tempo!

O Orador: Se está disponível para continuar a exercer essas funções na eventualidade pouco previsível do Partido Socialista ganhar as eleições e do Presidente do Governo o convidar para continuar a exercer as funções que está atualmente a desempenhar se o Partido Socialista incluir esta medida...

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... no seu Programa Eleitoral, como eu não tenho a menor dúvida que fará?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM esgotou o seu tempo.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário não lhe vou fazer uma pergunta tão difícil como aquela que o Deputado Paulo Estêvão lhe colocou, mas vou fazer-lhe uma pergunta.

É se confirma ou não que nesta decisão que vai ser tomada da reprovação desta iniciativa do PCP acontece pela primeira vez o seguinte: que as famílias e as crianças da Região Autónoma dos Açores, no histórico autonómico, são discriminadas negativamente ou se já houve outros momentos em que isso aconteceu?

Como vê, não é difícil e até tem a ver com a nossa história, embora recente.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: O PCP também terminou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Meneses.

(*) **Deputado Nuno Meneses (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Bem sabemos que os manuais escolares são ainda hoje instrumentos fundamentais no funcionamento das aulas, das diversas disciplinas, e que por isso deve ser garantido o seu acesso a todos os alunos.

Naturalmente reconhecemos a importância dos manuais escolares, assim como a garantia de acesso aos mesmos, mas penso, sim, que a questão deve ser recentrada nos termos certos.

Penso que a questão não será por que é que no continente se faz de uma forma e aqui se faz de forma diferente?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Aqui não se faz, Sr. Deputado! Aqui não se faz!

O Orador: O que está aqui em causa é o facto de na Região termos em funcionamento um sistema que cumpre os mesmos objetivos, mas de forma mais racional e mais eficiente.

Depois, compararmo-nos com a Finlândia, apenas nesta questão sem termos em conta outros fatores, levar-nos-ia, como foi o caso do Bloco de Esquerda, de incorrerem em resultados falaciosos.

Estamos a falar de um país com uma carga fiscal muito superior à nossa, superior eventualmente em 50%, e portanto não se pode ter o melhor dos mundos.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Temos de fazer opções, encontrar as soluções que correspondam às necessidades e isso é também um desafio.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Do que é que está a falar? De propostas diretas?

O Orador: Mas tenho de voltar a referir que aquilo que o diploma propõe acaba por ser redundante no que diz respeito ao empréstimo de manuais escolares existentes na Região e que já é complementar ao sistema de Ação Social Escolar em vigor também na Região.

Vejamos o que já acontece e o que acontecia aqui nos Açores.

Até 2012, a aquisição dos manuais escolares era feita com a comparticipação definida na Ação Social Escolar.

Convenhamos que as comparticipações previstas ficavam por vezes em alguns escalões aquém do desejado, atendendo aos custos elevados dos manuais em alguns dos ciclos de ensino.

Nessa medida foi então aprovada a gratuitidade dos manuais por via do empréstimo, que já está assegurada para os alunos do sistema educativo regional de acordo com a calendarização definida no Despacho de 2012, e que abrange também os alunos não beneficiários da Ação Social Escolar.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: O que está em cima da mesa é o seguinte:

O Partido Socialista entende que todos devem ter acesso aos manuais escolares, no entanto quem tem condições para os adquirir deverá fazê-lo logo que entenda, sabendo que tem a possibilidade de, mediante o pagamento de uma caução, recorrer também à modalidade do empréstimo.

Esta foi a forma que se encontrou de garantir, por um lado, a democratização do acesso aos manuais e ao mesmo tempo conseguir inculcar o espírito de responsabilidade, solidariedade no que à gestão dos dinheiros públicos respeita.

Em relação às preocupações ambientais do Sr. Deputado, naturalmente que é na escola que se zela também por uma formação para a cidadania que deverá contemplar também o despertar para uma maior consciência ambiental.

Muito rapidamente, em relação também à provocação do Sr. Deputado Aníbal Pires em relação ao Glifosato, como o Sr. Deputado Aníbal Pires bem sabe, nem é uma questão tão consensual nem entre os partidos da dita esquerda

radical, porque recentemente na Assembleia da República, como sabe, o Bloco de Esquerda foi também contra a sua proibição.

Portanto, a divergência a esse nível não fica só entre o PS e o PCP.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Sr. Secretário Regional quer responder à minha pergunta!

Presidente: Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Secretários Regionais:

Muito sucintamente. Quanto à questão que foi colocada pela Deputada Zuraida Soares eu duvido, para não dizer que não acredito, que hoje se retire efetivamente os montantes respeitantes aos manuais escolares...

Deputada Zuraida Soares (BE): Hoje!

O Orador: Nesta altura.

Deputada Zuraida Soares (BE): Neste dia!

O Orador: Sim! Neste dia, neste ano letivo!

Desconfio que se retirem esses montantes do montante do material escolar.

Para passar a acreditar, Sra. Deputada, eu preciso de dados, porque a Inspeção Regional da Educação também não me os dá,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Porque a Inspeção Regional também não os tem!

O Orador: ... o que significa que para nós não há efetivamente anomalias. Se houver interviremos.

Quanto à segunda questão que coloca, Sra. Deputada, eu julgo que essa questão ficou respondida na minha intervenção inicial.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não!

O Orador: Ficou! Mas se quiser que eu sintetize, eu sintetizo sem problema algum.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não quero que sintetize coisa alguma!

O Orador: O Governo da República tem a sua política e as suas opções. O Governo dos Açores tem a sua política e as suas opções.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, apesar de tudo e com toda a consideração, vai ter que aceitar que há perguntas para as quais não devem ser dadas respostas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: Finalmente, Sr. Deputado Aníbal Pires, estamos cientes das posições que tomamos.

Não estamos convencidos de estarmos a lesar absolutamente ninguém.

Por isso mesmo, a resposta torna-se também desnecessária, porque não estamos aqui a introduzir o prejuízo primeiro, segundo, terceiro, quarto ou quinto.

Muito obrigado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vamos ter muito para conversar ao longo dos próximos meses!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver inscrições pelo que vamos passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes, vamos antecipar o ponto 17 da nossa Agenda, nomeadamente o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 67/X – “Altera o Vale Saúde e aprova o Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para cirurgia da Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

É sempre com gosto que a bancada do CDS ouve, aquando das votações, “as Sras. e o Sr. Deputado”, que está aqui em minoria nesta bancada e as senhoras em maioria.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mesmo assim tem que mudar o Cartão de Cidadão!

O Orador: Sra. Presidente, a urgência justifica-se porque há verba no Plano de Investimentos deste ano para o Vale de Saúde; justifica-se também que se agilize e se torne mais eficaz este útil instrumento.

O que temos verificado é que nem todo o dinheiro lá inscrito tem sido gasto.

Portanto, era preciso criar aqui um sistema integrado em que envolvesse não só este, mas outros meios de combater as listas de espera, que nos parece interessante, e julgo que irá de acordo a quase todas as bancadas, já que todos nós defendemos isso.

Devo lembrar-lhe que a urgência justifica-se. Por exemplo, indo a um jornal do dia 12, um jornal do continente, referia que os hospitais do continente vão este ano fazer mais 20 mil cirurgias extra para reduzir as listas de espera, mas isso a

somar a mais de meio milhão que fizeram o ano passado. Um aumento de 50% que houve o ano passado e sobretudo, Sra. Presidente, com a emissão, a nível nacional, de quase 50 mil cheques cirurgia para os hospitais que não cumpriram os seus objetivos de reduzir as listas de espera.

Portanto, eu até justificava a urgência de uma maneira muito simples: a urgência não é para o PSD, não é para o PPM, não é para o Bloco, não é para o PCP, não é para o PS. A urgência é para quem está à espera de uma cirurgia.

Portanto, quanto mais depressa melhor que se aprove este Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP) e Deputado Paulo Estêvão (PPM):

Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Ricardo Cabral tem a palavra.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Exa. Senhora Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores está sempre muito atento e disponível à reflexão, ao debate ao aperfeiçoamento dos processos legislativos para melhorar a saúde dos açorianos e das açorianas.

Os Deputados do Partido Socialista estão sempre muito concentrados ao que é proposto para melhorar as condições da prestação de cuidados de saúde aos utentes do Serviço Regional de Saúde, de todas as ilhas, de todos os concelhos e de todas as freguesias da Região Autónoma dos Açores.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que este Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado pelo CDS-PP merece uma reflexão ampla, transversal, profunda, porque qualquer importante reforma necessita de um contínuo e de um intenso aperfeiçoamento.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não vai aprovar a urgência deste Projeto de Resolução agora apresentado.

Disse.

Deputada Paula Bettencourt e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Consideramos que esta é uma questão de grande urgência na Região.

Há um conhecimento muito generalizado em relação a esta matéria que tem sido discutido ao longo de toda a legislatura e há um conhecimento muito grande por parte de todos os Grupos e Representações Parlamentares em relação ao assunto que aqui estamos a discutir.

Tendo em conta o conhecimento que existe, a discussão já realizada e tendo em conta a urgência naturalmente de resolver esta questão, e aquilo que estamos a falar, no fundo, é de um alargamento das condições, nesse sentido o que nós consideramos é que neste momento já se possui um conjunto de dados que são necessários para poder deliberar em consciência e com conhecimento de causa.

Nesse sentido nós apoiamos a urgência proposta pelo CDS-PP.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver mais inscrições, vamos então votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 15 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para? Uma interpelação? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

É para solicitar a V. Exa. um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Regressamos então dentro de 15 minutos.

Eram 16 horas e 37 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos avançar com os nossos trabalhos.

Eram 17 horas.

Entramos agora no ponto treze: **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 157/X – “Pronúncia por iniciativa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre a construção do Novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Para justificar a urgência tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Vice-Presidente:

A urgência fundamenta-se sobretudo em três circunstâncias.

A primeira e a mais premente é o facto de todos nós conhecermos/reconhecermos e muitos denunciarem a situação indigna que é vivida dentro do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada.

A segunda circunstância, a atualidade deste assunto, não só posto na agenda política também por diversas entidades, mas também pela visita da Sra. Ministra da Justiça à Região Autónoma dos Açores.

Finalmente, a terceira, a urgência que o Bloco de Esquerda considera existir em que esta Assembleia, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores se dirija ao Governo da República sobre este assunto.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver inscrições. Vamos então votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, então dou novamente a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares, agora para apresentar a iniciativa.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Vice-Presidente:

A falta de condições do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada é sobejamente conhecida desta Assembleia. Com a lotação máxima em quase o dobro do previsto, funciona, numa completa ausência de condições dignas e promotoras da exigível reabilitação dos seus reclusos.

Atualmente, 50 dos reclusos partilham um mesmo espaço e os restantes ficam em celas, sem instalações sanitárias e sem espaço suficiente para que os seus ocupantes permaneçam de pé. Esta situação tem um evidente prejuízo para a sua saúde, sendo um claro atentado à dignidade humana. Aliás, pelas condições

indignas em que vivem os reclusos e trabalham os guardas e outros auxiliares, o Conselho Distrital da Ordem dos Advogados dos Açores, em conjunto com o Conselho Geral da Ordem dos Advogados, coloca a hipótese de apresentar uma queixa contra o Estado Português, nas instâncias europeias e nos tribunais portugueses.

Para além disso, o Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional tem denunciado “a situação grave” e o facto de referirmo-nos a um estabelecimento prisional que tem próximo de 150 anos e que, pela sua idade, demonstra um estado avançado de degradação, não reunindo condições de alojamento individual dos reclusos, nem condições dignas de trabalho para os guardas prisionais”. Isto foi afirmado publicamente pelo Presidente do Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional.

A sobrelotação tornou impraticável a triagem de reclusos em cela, consoante as suas idades, vivências e experiências, fator que transforma a reclusão numa escola de «crime», em vez de ser um espaço propiciador de condições vantajosas para a ressocialização.

Há mais de vinte anos que se projeta um novo Estabelecimento Prisional para Ponta Delgada.

Vários foram os Governos da República a reconhecer este grave problema e a necessidade imperiosa de o resolver. O Governo PSD/CDS também não o resolveu, tendo antes permitido a sua manutenção.

O atual Governo do Partido Socialista fez o diagnóstico, que se impõe, reconhecendo, como urgente, a resolução deste problema sempre adiado até hoje. No entanto, não lhe deu cabimento orçamental, no Orçamento de Estado para 2016.

Na recente visita a São Miguel, a Sra. Ministra da Justiça, apesar de reconhecer a necessidade urgente da construção de um novo Estabelecimento Prisional em Ponta Delgada, informou que, e cito, “ainda não existe uma data prevista para o início das obras, apenas foi definido um plano funcional”, fim de citação,

acrescentando mais à frente que, e cito, “o processo será longo e vai demorar, no mínimo, cinco anos”, fim de citação.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Vice-Presidente:

Cinco anos, perante a atual situação do referido Estabelecimento, é, absolutamente, insustentável e inaceitável. Além do mais, este prazo ultrapassa a presente legislatura.

A desumanização das atuais condições do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada não é compatível com qualquer processo de ressocialização e reintegração dos seus reclusos na sociedade. Trata-se de matéria de Direitos Humanos da qual não nos podemos alhear.

Assim, ao abrigo das disposições Estatutárias e Regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pronuncia-se:

1. Pela absoluta necessidade de ser dada prioridade, em tempo adequado, à construção de um novo Estabelecimento Prisional na ilha de São Miguel.
2. Pela disponibilização rápida das verbas necessárias para iniciar a sua construção.
3. Pelo envolvimento, em todo este processo, do Governo Regional da Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. Secretária Regional:

Esta iniciativa que o Bloco de Esquerda nos traz aqui reflete um problema antigo e que urge ser resolvido. O PCP tem um histórico de intervenção pública e institucional sobre este assunto, aliás não é só o PCP.

Recentemente, na Assembleia da República, foram apresentados e aprovados um conjunto de Projetos de Resolução que foram aprovados e que vão no sentido desta proposta do Bloco de Esquerda, o que não substitui esta pronúncia própria por parte da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e, portanto, iremos dar o nosso voto favorável.

Independentemente das obras e resolução sobre o novo estabelecimento prisional para São Miguel ser uma necessidade urgente, está associada uma outra questão, até porque o projeto e a construção de um novo estabelecimento prisional para São Miguel (como estava a dizer, o projeto e a construção de um novo estabelecimento prisional para São Miguel) demorará certamente algum tempo.

A verdade é que aquele edifício que alguns de nós conhecemos, até pela sua proveta idade e pela ausência de obras de manutenção e de conservação, está a necessitar de obras de conservação e manutenção com muita urgência.

Aliás, talvez há quatro meses tive oportunidade de estar pela última vez no Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada e tive oportunidade de verificar, para além das condições indignas em que os reclusos estão e que a Sra. Deputada Zuraida Soares referiu, que quer os reclusos, quer os guardas prisionais, quer os funcionários do estabelecimento prisional, estão sujeitos a alguns perigos, designadamente há despreendimento de materiais dos tetos e é necessária a construção do novo estabelecimento prisional para São Miguel.

É necessária, é urgente...

Deputada Zuraida Soares (BE): Mesmo em termos de segurança!

O Orador: ... já deveria até ter sido construído.

Mas há aqui uma questão que (eu não posso fazer propostas de alteração ao seu Projeto de Resolução, Sra. Deputada, como sabemos), embora já esteja vertida no Projeto de Resolução que foi aprovado na Assembleia da República e que mereceu o apoio, não posso dizer se foi generalizado por todos os partidos ou não, que no seu primeiro ponto diz logo “realize com urgência obras de conservação, manutenção e requalificação do edifício que alberga o Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada”.

Eu não posso fazer essa proposta. Deixava a sugestão à Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, porque parece-nos importante (sabemos). Mesmo que a decisão seja tomada amanhã que se encontrem verbas para construir o edifício a partir do próximo mês, tudo isso vai demorar ainda alguns anos.

Deputado José San-Bento (PS): É capaz!

O Orador: Exatamente. Não é fácil. Não vamos pensar que daqui a um ano temos um novo estabelecimento prisional em São Miguel.

Portanto, se me permite a sugestão (V. Exa. depois fará o que muito bem entender, eu aprovarei de qualquer maneira), parece-me fundamental que se realizem essas obras e que seja afeta uma verba para a realização daquelas obras, porque aquele edifício oferece, para além das condições indignas, problemas muito complicados ao nível da segurança, em virtude das próprias características e da idade do edifício.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Gostaria de começar a apreciação deste diploma deixando de forma clara o compromisso de que o Partido Socialista irá votar a favor da construção do novo estabelecimento prisional na Ilha de São Miguel, presume-se que em Ponta Delgada. É uma prioridade.

Eu diria que, e a Sra. Deputada certamente concorda comigo, fruto também de muita luta política de vários partidos, há hoje uma consciência nacional, em relação aos meios que lidam com estas questões da justiça, que o novo estabelecimento prisional é de facto uma das prioridades ao nível das futuras infraestruturas do género que o país terá que construir.

Portanto, isto são boas notícias, porque isso cria um quadro propício a encontrarmos uma solução conforme visa a sua iniciativa e conforme também certamente todos os partidos procuram que isto seja obtido para os Açores.

Eu chamava só a atenção, Sra. Deputada, se me permite, para a citação de um comunicado do Ministério da Justiça (certamente conhece, mas enfim para toda a câmara), de 15 de março, onde é referido que: “o Orçamento do Ministério da Justiça para 2016 acomoda o esforço financeiro necessário para iniciar o processo que passa pela definição do destino dos termos da alienação do edifício atual, pela identificação do espaço alternativo para a construção e finalmente pela abertura do concurso para a conceção do novo estabelecimento”.

Portanto, há estes três passos antes de propriamente entrarmos na fase da obra física, que será uma obra que terá sempre uma complexidade e um prazo de execução muito sensível, como disse também já o Sr. Deputado Aníbal Pires.

A construção de uma cadeia é uma obra com requisitos de natureza técnica extremamente elaborados e exigentes. Portanto, não é comparável a qualquer outra infraestrutura. Terá no domínio da construção civil e não só, mesmo ao nível depois de muitos equipamentos para completar o edifício, uma intervenção muito longa.

Portanto, queria salientar, também face ao texto que apresenta, que o Governo Regional sempre esteve envolvido neste processo.

Justiça seja feita, sempre houve da parte do Governo Regional total disponibilidade e abertura...

Deputada Zuraída Soares (BE): O problema é o contrário!

O Orador: Sim, sim. Mas a senhora refere no ponto três, por isso fala do envolvimento do Governo Regional.

Portanto, com esse passado, Sra. Deputada, acho que nós não vamos ter esse problema. Aliás, o Governo Regional procurou sempre, inclusivamente, facilitar a obtenção de um terreno que fosse propício à instalação de uma cadeia com uma tipologia daquela que nós necessitamos em Ponta Delgada.

Portanto, isso significa que também é justo referirmos este envolvimento do Governo Regional.

Quanto ao passado eu não vou perder muito tempo a falar do passado.

É verdade que já houve Governos do Partido Socialista que assumiram como prioridade a construção desse estabelecimento. O último deles não chegou ao fim. Portanto, não teve hipóteses de concretizar esse objetivo.

Mas é preciso realmente ter consciência que os tempos não são fáceis e vai ser necessário um grande esforço para que este investimento seja realizado.

Mas uma coisa é certa, o processo de construção do novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada inicia-se este ano.

Finalmente, este novo estabelecimento será uma realidade a médio prazo, mas desta vez julgo que estão reunidas as condições para que isso seja afirmado desta forma.

Isso também tem um outro significado, Sra. Deputada, que penso que também partilhará. Nós sabemos que o Governo anterior também teve muitas restrições financeiras, mas de facto o Estado precisa, como nós afirmámos no nosso manifesto eleitoral em relação às eleições legislativas nacionais de 4 de outubro passado, resolver muitas questões que estão pendentes entre as regiões autónomas, particularmente no nosso caso, nos Açores, e o Estado Central, o Governo da República.

Portanto, esperamos que não só com esse investimento, mas também com outros investimentos – e eu só estou a falar nisso, porque alguns deles terão

relação com o Estabelecimento Prisional atual e futuro –, investimentos na área da justiça, investimentos na área dos serviços do Estado.

É importante que também se dê esses passos, porque realmente nos últimos anos não houve essa capacidade. Portanto temos realmente que recuperar muito. Basta dizer, por exemplo, que em São Miguel, assim que eu me lembre, o grande investimento do Governo da República foi a nova sede da Cruz Vermelha e nós temos muitos serviços. Por exemplo, na área das Forças de Segurança são necessários muitos investimentos em infraestruturas também.

Portanto, é bom que se consiga esses consensos para permitir que o Estado assumira essas responsabilidades e possa, mesmo num quadro de restrições que nós sabemos que é complicado, também fazer esses outros investimentos, como aliás alguns deles são públicos, não vou aqui falar, mas a senhora referiu e acho que referiu bem, aliás sublinhou aquilo que eu tinha referido, muitos deles têm também a ver com esses investimentos na área da justiça e têm implicações também ao nível do tratamento da questão do estabelecimento prisional.

Portanto, as cartas estão lançadas, o processo está iniciado com esta primeira fase relativa à alienação do edifício atual. Depois será feita a identificação do terreno para a futura construção e também com o concurso para a conceção do projeto deste novo estabelecimento prisional.

Portanto, esperemos que haja condições políticas e financeiras para que tudo isso corra pelo melhor e que se consiga de facto ver construído este novo estabelecimento.

Só mesmo para terminar, referir uma questão ao Deputado Aníbal Pires que me pareceu, permita-me Sr. Deputado, desatualizada.

O senhor tem razão quando refere a necessidade urgente de obras de conservação no atual estabelecimento. Agora a Sra. Ministra com isso comprometeu-se. Aliás, começou por dizer que seriam investimentos na ordem dos 350 mil euros...

Deputada Zuraida Soares (BE): E acabou em um milhão!

O Orador: ... e quando (e eu sublinho esse aspeto) terminou a visita ao estabelecimento prisional concluiu que seriam necessários cerca de um milhão de euros para fazer esses investimentos de conservação. Ou seja, isso também revela da parte da titular da justiça um sentido e uma sensibilidade que devemos registar.

Isso também é importante que seja sublinhado, porque mesmo caminhando para a construção do novo estabelecimento prisional, a situação muito dramática que o Bloco de Esquerda descreve aqui na sua proposta vai ser atenuada com esses investimentos que também já estão assegurados.

Portanto, no fundo, há aqui duas frentes: intervir, melhorar e conservar o edifício atual procurando também reabilitar condições dos atuais reclusos, e, por outro lado, a frente que nos interessa de construção do novo estabelecimento nos termos que também penso que já descrevi com algum detalhe.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária:

Sra. Presidente, tinha-me inscrito exatamente para responder ao Sr. Deputado Aníbal e dizer-lhe que agradeço a sugestão e que o Bloco de Esquerda dar-lhe-ia seguimento não fora o facto de achar/considerar que a visita da Sra. Ministra da Justiça à nossa Região e a sua entrada com 350 mil euros e a sua saída com um milhão e com o compromisso assumido de que esse dinheiro seria para investir em obras de reabilitação e de manutenção do atual estabelecimento, por um lado dá-nos bem a ideia daquilo que se passa lá dentro, dá-nos bem a ideia de como é que uma pessoa calcula uma coisa cá fora olhando para as paredes

exteriores e depois de entrar percebe que os 350 mil euros não lhe vão chegar nem para metade daquilo que têm que fazer.

Deputado José San-Bento (PS): São para melhoria técnica!

A Oradora: Por outro lado, também mostra, assumindo que a Sra. Ministra veio aqui para tranquilizar de alguma maneira quer a comunidade prisional (toda ela), quer a Região Autónoma dos Açores, os seus órgãos de Governo próprio e as suas populações, acreditar que este compromisso é para valer.

Mas já agora acrescentar o seguinte:

É bom que este milhão de euros, que de facto será necessário gastar ali, não se transforme num arranjo que protele não por cinco, mas por seis, ou por sete ou por oito anos, a construção de um edifício de raiz, porque a verdade é que a Sra. Ministra da Justiça, esta e qualquer outro Ministro da tutela para trás, tem um grave problema na Região Autónoma dos Açores no que diz respeito à justiça e no que depende do Governo da República. Já não é só a questão dos tribunais que o Sr. Deputado José San-Bento ali elencou, mas de falta de forças de segurança.

É olhar para os três estabelecimentos prisionais desta Região, um em Ponta Delgada, um em Angra e outro na Horta, e perceber as condições que quer os reclusos, quer os guardas, quer os outros funcionários vivem dentro dela.

Ainda há poucos dias fomos surpreendidos com as notícias verdadeiramente indecentes, perdoem-me o termo, dentro da cadeia de Angra. São pessoas que ali estão dentro. São reclusos, são pessoas que estão a pagar a sua fatura à sociedade, mas são pessoas, são seres humanos. E aquilo, aquela situação envergonha qualquer região ou qualquer país civilizado.

Portanto, também tem que envergonhar a Sra. Ministra da Justiça.

Daqui desta Casa acho que também lhe devemos dar um sinal de que esperamos não só a sua sensibilidade, mas sobretudo a sua capacidade de reconhecer prioridades e de perceber que tem aqui na Região Autónoma dos Açores, no que depende dela, uma imensa prioridade.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado José Andrade tem a palavra.

Deputado José Andrade (PSD): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. Secretária Regional:

O Grupo Parlamentar do PSD subscreve integralmente a parte resolutiva deste Projeto de Resolução.

Também nós entendemos que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores se deve pronunciar “pela absoluta necessidade de ser dada prioridade, em tempo adequado, à construção de um novo Estabelecimento Prisional na ilha de São Miguel”, “pela disponibilização rápida das verbas necessárias para iniciar a sua construção” e “pelo envolvimento do Governo Regional em todo este processo”.

Estes três objetivos resolutivos merecem o voto favorável do PSD.

O problema é o que está subjacente à apresentação deste Projeto de Resolução.

E o problema é que o Governo da República deu o dito por não dito – este novo Governo da República,...

Deputado André Bradford (PS): Ah! E o anterior não!

O Orador: ... da responsabilidade executiva do Partido Socialista, e já agora com o apoio parlamentar do Partido Comunista Português e do Bloco de Esquerda.

Deputado André Bradford (PS): O anterior é que resolveu o problema!

O Orador: Ainda agora nasceu e já se percebeu que este é um governo de intenções; não é um governo de concretizações.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Não me diga!

O Orador: Contrariando as recentes promessas eleitorais de Carlos César, António Costa prefere continuar a adiar a construção de um novo

estabelecimento prisional na ilha mais populosa dos Açores do que reconhecer e concretizar a sua urgência.

Podíamos recuar aqui quase uma década, até ao ano de 2007, quando o Ministro da Justiça Alberto Costa veio aos Açores anunciar a “viabilização da construção de um novo estabelecimento prisional em São Miguel”.

Deputado José Contente (PS): Essa história é mais antiga!

O Orador: E o Presidente do Governo Carlos César acrescentou que esta visita “permitiu dar perspetivas de solução a problemas que já se arrastam há algum tempo”. Estávamos em 2007.

Mas nem é preciso recuar tanto. Os factos recentes também falam por si.

Em junho de 2015, o candidato Carlos César assegurava o que depois repetiu até às eleições, e cito, que “a construção do novo estabelecimento prisional de Ponta Delgada será prioritária para um futuro Governo da República do PS”, fim de citação.

Deputado André Bradford (PS): Ó senhor, e o anterior Governo PSD/CDS-PP não era contra?

O Orador: Ainda em janeiro de 2016, o deputado Carlos César garantia que “o Governo da República já decidiu iniciar a construção da nova cadeia de Ponta Delgada nesta legislatura”, fim de citação.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Olha uma pérola!

O Orador: Aliás, é muito curioso constatar que o presidente vitalício do PS/Açores fez questão de se antecipar um dia...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Foi de véspera!

O Orador: ... à declaração pública do Presidente do Governo em audiência com o Primeiro-ministro.

Mas, ainda assim, a 6 de janeiro, também Vasco Cordeiro veio garantir aos açorianos que “vai ser construído um novo estabelecimento prisional na ilha de São Miguel”.

Mais: logo a 15 de janeiro, a Assembleia da República votou três Projetos de Resolução a “recomendar ao Governo a construção do novo estabelecimento prisional de Ponta Delgada”. Um do PSD, apresentado pela Deputada Berta Cabral,...

Deputado André Bradford (PS): Exatamente! Não fez nada! Estava a mandar currículos, não tinha tempo para resolver esse problema! É natural não se pode estar a fazer tudo ao mesmo tempo!

O Orador. ... outro do CDS-PP e outro do BE. E cada um dos três Projetos foi aprovado por unanimidade.

Ainda mais: já a 15 de março, o próprio Ministério da Justiça, num comunicado oficial, garantia que, e cito, “vai dar início, já este ano, ao processo para a construção do novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada”.

Agora, menos de um mês depois, em abril de 2016, a Sra. Ministra da Justiça, vem a Ponta Delgada anunciar que, afinal, a construção do novo estabelecimento prisional, e cito, “só vai avançar dentro de cinco anos”.

É mau demais para ser verdade.

Deputado José San-Bento (PS): Não é isso, Sr. Deputado!

O Orador: Por um lado, percebe-se que o PS/Açores, afinal, não tem a influência que diz ter junto do Governo da República.

Por outro lado, constata-se que o Governo da República não só não resolve o problema como até atira a solução para depois do seu próprio mandato.

Quem vier a seguir, que o faça.

Deputado José Contente (PS): Isso é na cidade de Ponta Delgada!

O Orador: Os açorianos não podem admitir tamanha falta de respeito pelos compromissos eleitorais que foram assumidos há apenas seis meses.

O PSD repudia esta atitude do Governo da República da responsabilidade política do PS.

E, já agora, fica tudo dito:

Deputado André Bradford (PS): E o senhor consegue dizer isso tudo sem se rir!

O Orador: O anterior Governo da República, da responsabilidade do PSD e do CDS-PP,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Que maravilha!

O Orador: ... devia ter iniciado a construção da nova cadeia?

Deputado André Bradford (PS): Ah, devida!

O Orador: Devia, mas não podia.

Deputado André Bradford (PS): Ah!... Não podia!

O Orador: O anterior Governo da República esteve sujeito, durante quatro anos, a um período de ajustamento financeiro muito difícil por força da situação de pré-bancarota que foi herdada do Governo de José Sócrates e António Costa.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem! É mentira Benilde?

O Orador: O que está aqui em causa é que a palavra dada é palavra desonrada. Não foi o PSD que prometeu em setembro na campanha eleitoral, que garantiu em janeiro com o governo formado, que reafirmou em março no comunicado do Ministério e que desistiu em abril com a declaração da Ministra.

Foi o Partido Socialista.

E Vasco Cordeiro, que foi o segundo mensageiro da boa nova para os Açores, tem que explicar aos açorianos por que é que o PS diz uma coisa e faz o contrário.

São adiamentos em cadeia na cadeia da nossa vergonha.

O atual Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada está degradado e sobrelotado.

Até o próprio Relatório Anual de Direitos Humanos do Departamento de Estado norte-americano reconhece isso mesmo.

Tem quase 150 anos e tem uma sobrelotação crónica de quase 200%.

A sua situação é tão grave que já não se resolve com meros remendos.

A construção de um novo estabelecimento prisional na ilha de São Miguel tem que ser encarada com urgência e com responsabilidade, em vez de continuar a ser tratada com desculpas e com adiamentos.

Os açorianos merecem mais respeito. E este Governo da República já demonstrou que não é digno da nossa confiança.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado José Ávila (PS): Demagogia absoluta!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Devo dizer que em relação a esta situação partilho a visão humanista, a visão de civilização que todos os outros intervenientes aqui tiveram oportunidade de explicar de forma detalhada.

A forma como tratamos os nossos presos define-nos em termos de sociedade, em termos de valores.

Esta é uma questão absolutamente essencial que temos que resolver.

Devo dizer, no entanto, que em relação à resolução concreta deste assunto começo a estar muito, mas muito preocupado.

Se eu achava que a eleição do Sr. Deputado Carlos César tinha pelo menos uma virtualidade, tendo em conta as funções que ele ocupa no Partido Socialista, as funções muito relevantes, quer como líder parlamentar da bancada do Partido Socialista na Assembleia da República, quer como Presidente Nacional do Partido Socialista, eu de alguma forma acreditei naquilo que me quiseram dizer, era que ele teria capacidade para influenciar o processo de decisão, e por isso podia ser uma mais valia do ponto de vista político. Foi isto que foi vendido à população dos Açores, foi isto que foi assegurado à população dos Açores, que Carlos César teria esta enorme mais-valia, o que nós estamos a perceber é que não é verdade. Não é verdade!

Eu tenho aqui uma declaração do dia 7 de janeiro de 2016 do Sr. Deputado Carlos César que diz:...

Deputado Berto Messias (PS): Não pode dizer isso! Isso é um juízo político!

O Orador: “Considerando normal e expectável que uma construção desta natureza técnica possa ter início dentro de dois anos”.

Foi isto que foi dito há menos de quatro meses por um homem com experiência política e com experiência de governação como Carlos César.

Não me venham dizer que esta projeção de dois anos foi afirmada por alguém que não percebia a complexidade do assunto que se tinha que enfrentar. Não me venham dizer isto de alguém que esteve 16 anos com tarefas executivas.

Se há uma coisa que não falta a Carlos César é experiência do ponto de vista da governação e é experiência do ponto de vista da complexidade destes processos.

Deputado Berto Messias (PS): Não pode dizer isso!

O Orador: Dizer que em dois anos se iniciam as obras e depois ter a Ministra a dizer que afinal não são dois anos, afinal são cinco anos...

Deputado André Bradford (PS): Não foi isso! Não foi nada disso!

O Orador: ... é algo absolutamente inaceitável.

Ninguém acredita que a questão aqui é técnica, que o Sr. Deputado Carlos César afinal se enganou e não percebeu a complexidade da situação.

Não, meus senhores!... A questão aqui é política e isto significa que o Sr. Deputado Carlos César e o Partido Socialista não tiveram capacidade para que a decisão política fosse mais célere. Este é o ponto n.º 1.

Quero aqui afirmar o seguinte, porque estes dados e a interpretação que acabei de fazer está fundamentada nas declarações que foram realizadas.

Mas também devo dizer o seguinte e este é o segundo ponto de abordagem a esta iniciativa: é que o PCP e o Bloco de Esquerda, nesta matéria, têm especiais responsabilidades, porque os senhores sustentam o Governo. Os senhores sustentam o Governo do Partido Socialista e quem o sustenta, sustenta com determinadas condições.

O que eu esperava também era que o PCP e o Bloco de Esquerda nesta matéria tivessem uma capacidade política de resolver a questão de forma prática.

De facto, o que os senhores podem dizer ao Governo da República é que querem esta questão resolvida e é já, porque é uma questão urgente.

Os senhores que o sustentam politicamente, e este Governo só sobrevive por causa do vosso apoio parlamentar, os senhores têm este Governo sob a vossa dependência do ponto de vista político, o que eu pergunto é: então e o efeito prático dessa dependência, do ponto de vista político?

Qual é o efeito prático? Que capacidade de pressão têm V. Exas. em relação à concretização desta obra e de muitas outras coisas?

Portanto, o PCP e o Bloco de Esquerda nesta matéria, se o Governo da República falhar, este é o vosso falhanço também.

Terão que assumir que não tiveram capacidade política, apesar de sustentar parlamentarmente o Governo da República, para conseguir e para obter uma resolução aceitável num prazo aceitável desta questão.

Essa é a vossa responsabilidade nesta matéria.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Já todos aqui disseram, e é verdade, que aquando da Cimeira entre o Presidente Regional Vasco Cordeiro e o atual Primeiro-Ministro António Costa, Carlos César apressa-se e vem à Região, de véspera, anunciar que o compromisso para a construção do novo Estabelecimento Prisional de São Miguel era para ser cumprido e era para ser cumprido nesta legislatura.

Já percebemos que a urgência foi só antecipar-se ao anúncio do Presidente Regional dos Açores sobre esta matéria, porque a urgência para a construção efetiva da cadeia afinal parece que não existe, porque ainda no início deste mês a Sra. Ministra vem cá e diz que o início das obras só será daqui a cinco anos.

Deputado André Bradford (PS): Não foi isso que ela disse!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Não, não!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Só ficará concluído daqui a cinco anos. Que eu saiba, as legislaturas são de quatro. Portanto, daqui a cinco anos já não será nesta legislatura.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, para não eternizarmos esta discussão de quem é a culpa, se é de lá, se é de cá, se é da geringa, se é da direita, do que é, várias vezes, já como foi dito, a onça fica para os amigos.

Portanto, aquilo que o CDS já disse variadíssimas vezes é que em matérias desta importância a solução dos problemas para os Açores e para os açorianos não pode ficar à mercê do melhor ou do pior entendimento dos Governos de lá e de cá.

Portanto, devo dizer que no nosso entendimento qualquer cidadão quando é institucionalizado fica privado da sua liberdade, mas nunca da sua dignidade.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Isso foi o que disse a Sra. Ministra!

A Oradora: E aqui, a forma como os reclusos estão a ser tratados em algumas situações e a forma como estão na...

(Aparte inaudível da Deputada Benilde Oliveira)

A Oradora: Sra. Deputada Benilde, gosto sempre quando vem ao debate, quando eu estou a intervir. Sinto-me honrada.

Mas continuando, a forma muitas vezes até sub-humana como os reclusos estão na cadeia de São Miguel não pode continuar e tem que ser resolvida.

A solução de recurso que tem sido adotada frequentemente, que é de enviá-los para outros estabelecimentos prisionais, agrava ainda mais a separação que já existe entre estes reclusos e os seus familiares, muitas vezes com filhos e pais terem de ficar privados de poderem conviver durante o período de reclusão.

Essa é uma liberdade, das poucas, que o recluso, que é privado da sua liberdade de vivência em sociedade, pode continuar a ter e que agrava as consequências sociais dessa separação, mas tem sido a solução adotada sistematicamente, atualmente para estabelecimentos no continente e, segundo parece, muito em breve para o Estabelecimento Prisional da Terceira, que também sendo uma obra recente já tem problemas, e isto para não falar no Estabelecimento Prisional da Horta que também tem graves problemas.

Obviamente que o CDS se associa a esta iniciativa e vai votá-la favoravelmente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Vice-Presidente:

Gostaria de pontuar este debate, primeiro partindo do princípio que sou a geringa e não a onça,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Claro! A onça é para os amigos!

A Oradora: ... que é para ficar descansada. Sou a geringa e não a onça, dentro desta distinção semântica.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E onde é que eu fico?

A Oradora: Não sei!

Dizer duas coisas, Sras. e Srs. Deputados:

É importante fazer a histórica. Sem a reescrever, é importante fazer a histórica, contá-la como ela foi e inclusive apontar o dedo onde houve negligência, desinteresse, prioridades erradas.

Aí penso que quer o PS, quer o PSD, estão bem acompanhados. Eu quase me atrevia a dizer que há um empate, porque eu poderia por exemplo dizer ao Sr. Deputado José Andrade, que disse (e eu sigo-o) que esta é uma situação que o PSD repudia, sem dúvida, como repudia todo o cinismo, todo o oportunismo político que houve à volta desta matéria ao longo de 20 anos e no qual o seu Governo da República também esteve incluído, mas também é verdade (Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe isto) que também há hipocrisia quando uma candidata do PSD, pelos Açores, nas eleições legislativas de outubro passado, entra dentro daquele estabelecimento prisional e sai de lá dizendo que “isto não está tão mal como dizem aí fora, isto está bem razoável, isto com umas obrazitas vai ao sítio”.

Esta mesma candidata é a mesma que na Assembleia da República, e bem, apresentou um Projeto de Resolução, em nome do PSD, como outros partidos fizeram, para que se resolvesse de uma forma, o mais célere possível, o problema deste estabelecimento prisional.

O que é que eu quero dizer com isto?

Contradições, hipocrisias, ironias, cinismos e por aí fora, nós encontramos em todo o lado.

Agora, o que é que para o Bloco de Esquerda é absolutamente essencial (e penso, pelas intervenções feitas até agora, para todas as Sras. e Srs. Deputados)?

É que esta situação, de facto, seja resolvida.

Aquilo que temos que dizer a uma só voz à Sra. Ministra da Justiça é que aquelas pessoas que ali estão, reclusos, guardas, funcionários, não podem esperar cinco anos. É isto que temos que dizer a uma só voz e é isto que eu espero (o Bloco de Esquerda espera!) que façamos em nome desta Casa.

Cinco anos não pode ser, porque depois vem o mau tempo, depois falta dinheiro, depois vem mais outra troika, depois vem mais outra desgraça e os cinco anos transformam-se em sete, oito, nove ou dez.

Não pode! Não pode ser cinco anos!

Tem que ser muito menos do que isso.

É essa mensagem que o Bloco de Esquerda quer transmitir sem fazer nenhum tipo de história. Aliás, fizemos questão de não fazer nenhuma história para não criar enfiços, ao contrário do que é habitual.

Portanto, espero que todas as Sras. e Srs. Deputados e todas as bancadas compreendam essa urgência e que nos unamos em torno desta causa.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem então agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. Secretária Regional:

Eu venho ao debate para duas ou três considerações, até porque há aqui um erro que foi cometido pelo Deputado José Andrade e que importa corrigir.

A medida tomada pelo atual Governo, da iniciativa do Partido Socialista, que mais afetou e prejudicou o povo português foi a solução adotada com a resolução do BANIF.

Não me parece que nem o PCP, nem o Bloco de Esquerda, tivessem votado favoravelmente essa solução com a aprovação de um Orçamento retificativo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A resolução do BANIF! Se fosse eu a falar nisso!...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): O que é que isso tem a ver com a cadeia?

O Orador: Parece-me que quem viabilizou parlamentarmente essa solução foi exatamente o PSD.

Portanto, Sr. Deputado, é bom que as questões fiquem claras.

A pior medida que este Governo tomou teve o apoio do PSD, não do PCP, nem do Bloco de Esquerda.

Aumentou o défice público, ficaram com problemas os depositantes e os...

Deputado André Bradford (PS): Ó senhor, isso não tem nada a ver com a questão!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, eu peço desculpa, mas não vejo como é que esta questão tem a ver com o assunto que estamos aqui a debater.

Deputado Bruno Belo (PSD): Ele também não vê!

O Orador: Tem a ver aqui, sim, Sra. Presidente. Tem a ver! Porque o Sr. Deputado José Andrade resolveu envolver o PCP e também o Bloco de Esquerda no apoio parlamentar ao Governo da República,...

Deputado Bruno Belo (PSD): Afinal tem tudo a ver!

O Orador: ... não se referindo exclusivamente à questão dos estabelecimentos prisionais na Região.

Presidente: Mas também não se referiu em nenhuma situação em concreto, Sr. Deputado.

O Orador: Pronto! Mas é preciso exemplos e de facto foi o PSD que deu o apoio parlamentar necessário ao PS e ao Governo de iniciativa do Partido Socialista para a medida que mais prejudicou o país e o seu povo. Estamos entendidos, Sr. Deputado José Andrade? Pronto!...

Dos Projetos de Resolução que foram discutidos em conjunto na Assembleia da República, um dos Projetos de Resolução de facto trazia a questão da necessidade, agora, das obras de conservação e manutenção, e que faz parte do Projeto de Resolução que foi aprovado.

Esse Projeto de Resolução, inicialmente, era o proposto pelo PCP.

Presidente: Tem que abreviar, Sr. Deputado. O seu tempo está a terminar.

O Orador: Terminou já.

Relativamente à visita da Sra. Ministra, considero que foi importante a Sra. Ministra ter tomado consciência, localmente, dos problemas do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada. A Sra. Ministra merece-me todo o respeito e toda a consideração. Conhece bem os Açores, sem dúvida! Merece-me todo esse respeito e consideração!

Mas eu já vi muitos titulares de órgãos políticos jurar a pés juntos, à saída do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, que o problema ia ser resolvido.

Daí o facto de eu ter sugerido (não é isso que inviabiliza, nem retira mérito à iniciativa do Bloco) que essa parte da Resolução, uma vez que é a Região que se está a pronunciar, no que diz respeito às obras, fosse eventualmente incorporada nesta iniciativa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E tem razão!

O Orador: Sra. Presidente, muito obrigado e muito grato pela tolerância que me foi concedida.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Para uma segunda e última intervenção.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não diga isso!

O Orador: Para referir que o Bloco de Esquerda fez muito bem (e acho que qualquer pessoa percebia) em não aprovar esta iniciativa com uma perspetiva histórica deste processo.

Fez muito bem! Por isso é que eu acho, e lamento dizer isso, que o Sr. Deputado José Andrade, uma pessoa pelo qual eu tenho um reconhecido apreço político,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Imagine se não tivesse!

O Orador: ... fez uma intervenção, infelizmente, que é absolutamente reveladora do PSD/Açores atual.

Um partido desorientado, sem referências, preso ao passado, obcecado por Carlos César.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Lamento imenso dizer isso ao Sr. Deputado José Andrade, lamento mesmo.

Os senhores continuem assim que vão muito bem.

Digo-lhe com toda a franqueza, Sr. Deputado, o senhor talvez fosse dos últimos Deputados do PSD que eu esperaria que viesse aqui falar sobre a falta de respeito dos Governos da República por compromissos eleitorais.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado, há limites para tudo.

O último Governo da República da autoria do PSD é um Governo que bateu todos os recordes nesta matéria, independentemente das circunstâncias, até porque aquilo que eles disseram, antes das eleições, é que conheciam a situação e que iam cortar nas gorduras do Estado.

Portanto, não vale a pena entrarmos por aí,...

Deputado José Ávila (PS): É uma vergonha!

O Orador: ... nem vale a pena (digo-lhe, desaconselho-o também) fazermos aqui um campeonato sobre quais são os Governos da República, de que cor política são os Governos da República, que mais têm apoiado as autonomias...

Deputado José Contente (PS): Ora bem!

O Orador: ... e os Açores. Não faço esse campeonato, Sr. Deputado. O senhor vai ser completamente derrotado.

Portanto, não há qualquer quebra de compromisso da parte do Partido Socialista, nem da parte da lista de candidatos do Partido Socialista.

Aliás, eu já referi que o processo de construção do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada vai iniciar-se este ano. Isto é uma afirmação que já está por de mais reiterada por várias entidades, sobretudo pela própria Sra. Ministra.

Aquilo que é feito de referência aos cinco anos, obviamente é para a conclusão da obra, porque o processo em si inicia-se este ano, através de uma alinação do edifício atual, através da identificação de um terreno para a construção do novo estabelecimento e através também de um concurso para a concessão do projeto

da obra. Eu já tinha referido isso, mas se calhar o senhor não tinha tomado devida nota.

O que parece, e lamento dizer isso, é que o que vos dói, no fundo, é que será um Governo do PS mais uma vez a resolver um problema grave que afeta a autonomia.

Deputado António Marinho (PSD): Já está por resolver há quantos anos? Já anteriores governos do PS prometeram resolver!

O Orador: Sr. Deputado, os senhores é que falaram de influências.

Resolveram, vão continuar a resolver e digo-lhe uma coisa se quer falar de influência: nós, em quatro meses, resolvemos mais do que os senhores em quatro anos. Pode ter a certeza disso.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo:

Tratando-se embora, esta iniciativa do Bloco de Esquerda, de uma pronúncia por iniciativa própria por parte da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Governo entende manifestar-se a este propósito, desde logo, porque ela sinaliza uma questão que tem sido ao longo dos anos motivo, não apenas de preocupação, mas também de diligência por parte do Governo dos Açores, não só no sentido de sensibilizar para a urgência da resolução do problema, mas até, como também já aqui foi mencionado, no âmbito das suas competência tentar contribuir para a resolução concreta do problema.

É uma situação que se enquadra, infelizmente, no conjunto de outros problemas que podemos caracterizar por um quadro de degradação de alguns serviços do Estado na Região, mas sendo que este, pelas circunstâncias, pelos cidadãos que envolve, nos deve efetivamente preocupar e deve convocar todo o nosso empenho.

Por isso mesmo, na audiência que o Sr. Presidente do Governo teve no dia 6 de janeiro com o Sr. Primeiro-Ministro, este foi um dos assuntos sinalizados e, de facto, nessa reunião foi possível também estabelecer e decidir avançar com a construção do novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, facto pelo qual o Governo dos Açores não pode senão manifestar a sua satisfação por vir corresponder àquela que é uma necessidade premente.

Naturalmente que num contexto de um processo que reveste complexidade técnica, que carecerá do seu tempo para a sua concretização, não podemos também deixar de sinalizar como muito positivo o anúncio feito pela Sra. Ministra de que, no imediato (julgamos que esse passo teria sempre que ser dado, porque algum tempo sempre levará este processo para ser concluído), se vão executar algumas intervenções que, não permitindo de forma alguma resolver os problemas, serão certamente um contributo para minimizar e para melhorar as condições de acolhimento dos cidadãos em situação de reclusão, até que esteja concluída a construção novo estabelecimento prisional.

Portanto, para dizer que, sendo embora uma pronúncia por iniciativa própria por parte da Assembleia Legislativa, o Governo dos Açores partilha desta preocupação trazida aqui pelo Bloco de Esquerda e da sua parte fará tudo o que estiver ao seu alcance e dentro das suas competências, naturalmente, para que o processo decorra da melhor forma possível e que a sua conclusão seja o mais breve possível.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretária.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou ser muito realista nesta intervenção e também espero que seja a última, se não existir depois novamente uma razão para voltar ao debate.

A questão aqui é a seguinte:

Eu quero ter uma visão realista deste assunto.

Tínhamos aqui uma janela de oportunidade, com dirigentes políticos açorianos que se encontravam em situação de grande importância política, de grande projeção política e em locais em que a capacidade de decisão política é importante, um líder parlamentar na Assembleia da República e um Presidente do Partido que neste momento tem responsabilidade de governar em Portugal.

Deputado Berto Messias (PS): Não pode fazer isso! Juízo político, não pode!

O Orador: Portanto, nesse sentido, tínhamos aqui uma janela de oportunidade.

Quando uma Ministra diz que as obras se iniciam dentro cinco anos, ou seja, fora desta legislatura,...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Não foi isso!

O Orador: ... quer dizer claramente que este problema não vai resolver-se e que se perde esta grande janela de oportunidade.

As palavras valem muito, mas lembro outra vez e vou outra vez ler o que foi dito em janeiro pelo Sr. Deputado Carlos César. Dizia, e está entre aspas, os jornalistas não inventaram: “as obras, a construção se inicia dentro de dois anos”.

Era isto que dizia o Sr. Deputado Carlos César: a construção inicia-se dentro de dois anos e não o processo. A construção do edifício!

Portanto, meus senhores, esta janela de oportunidade já se perdeu. Não tenham qualquer tipo de dúvidas em relação a esta questão, até porque (e já termino) todos nós já percebemos a natureza política do novo governo e do apoio

parlamentar que é dado pelo Bloco de Esquerda e do PCP. É algo parecido com um duelo.

Está toda a gente à espera de quando é que o relógio do campanário mexe para sacar primeiro a pistola.

Meus senhores, hoje já se percebeu, até pelo discurso que tiveram oportunidade de acompanhar da Sra. Deputada Catarina Martins, líder do Bloco de Esquerda, que o momento não está assim tão distante.

Meus senhores quando se projeta algo para daqui a cinco anos, neste momento já percebemos (o Governo dura um ano, eu dou um ano a este Governo da República)...

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, isto tem a ver com a cadeia de Ponta Delgada?

O Orador: ... que o momento da decisão política já se perdeu. Tinha que ser rápido, tinha que ser já. O que acontece é que se projeta para daqui a cinco anos, ou seja, no momento em que o Governo do Partido Socialista já terá desaparecido há muito tempo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado José Andrade tem a palavra.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente. Em relação ao Sr. Deputado Aníbal Pires apenas recordar que este Governo só é Governo porque tem o apoio parlamentar do Partido Comunista e do Bloco de Esquerda, e isso para o bem e para o mal, naturalmente.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E do PSD!

O Orador: Sr. Deputado José San-Bento, basta apenas ler o lide da notícia da Agência Lusa, de 7 de abril de 2016.

Deputado José San-Bento (PS): Eu citei!

O Orador: “A Ministra da Justiça afirmou hoje que o novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, nos Açores, só vai avançar dentro de cinco anos”.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Deputado, e esta?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Avançar!...

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vou fazer agora um breve intervalo de 15 minutos. Queria informar a câmara que, por compromissos de representação da Assembleia no exterior, não serei eu a conduzir os trabalhos depois do intervalo, por isso desejo a todos um bom regresso a casa. Será o Sr. Vice-Presidente Ricardo Cabral que me irá substituir.

Portanto, um breve intervalo. Dentro de 10 minutos o Sr. Vice-Presidente retomará então os trabalhos.

Obrigada a todos.

Eram 18 horas e 05 minutos.

(Após o intervalo a Sra. Presidente foi substituída na Mesa pelo Sr. Vice-Presidente, Deputado Ricardo Cabral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos prosseguir com os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 24 minutos.

Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 66/X – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2014/A, de 9 de julho, que cria o Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial - COMPETIR +”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Muito rapidamente para informar a câmara que o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão que o PS apresenta, prende-se, sobretudo, com a necessidade de conformar, o mais rapidamente possível, uma vez que se encontra em vigor, o Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial da Região, à revisão terminológica e procedimental que a Comissão Europeia efetuou recentemente no âmbito do novo Quadro Comunitário de Apoio.

É, portanto, esta a razão que nos leva a atribuir o caráter de urgência e dispensa de exame a esta iniciativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não tenho mais inscrições.

Sr. Deputado António Marinho, do PSD, tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Só para referir que o PSD vai votar contra este processo de urgência, designadamente por um motivo: para além de considerar que é conveniente fazer uma análise aturada, ou pelo menos mais profunda, das alterações que

aqui estão propostas, entende em simultâneo que é de toda a conveniência que designadamente os representantes das empresas (portanto, as associações empresariais, estas empresas em particular que serão as principais beneficiárias deste sistema de incentivos) devam ser consultados e dar a sua opinião relativamente às alterações propostas.

Portanto, entende que isso não é compatível. Não temos neste momento essa informação, daquilo que pensam as associações empresariais.

Portanto, entendemos que deve baixar à Comissão e naturalmente depois serem pedidos os respetivos pareceres.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira, do CDS-PP.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. Secretária:

A opinião das Câmaras de Comércio, dos Núcleos Empresariais, que os Srs. Deputados tanto valorizam quando lhes serve de argumento para chumbar iniciativas dos partidos da oposição, como de resto aconteceu ainda hoje nesta casa, segundo parece, essas opiniões deixam de ter qualquer interesse ou qualquer valor quando o que está em causa são iniciativas do Governo Regional.

Deputado André Bradford (PS): A iniciativa não é do Governo Regional!

A Oradora: Também consideramos que uma vez que o Decreto Legislativo Regional para o Sistema de Incentivos Competir +, que está em vigor há menos de dois anos, já sofreu uma alteração e vai sofrer agora outra alteração, seria de todo o interesse que se ouvisse a opinião dos principais interessados sobre as virtudes, sobre as limitações deste enquadramento jurídico e que pudessem dar a sua opinião sobre se as alterações que hoje são aqui trazidas pelo Governo Regional...

Deputado André Bradford (PS): Não pelo Governo Regional, Sra. Deputada! É pelo PS!

A Orador: ... irão ou não melhorar o que está em vigor.

Nesse sentido, o CDS-PP também votará contra a urgência, porque acha importante que esta proposta deve baixar à Comissão onde esses pareceres possam ser ouvidos.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Não tenho mais inscrições. Não havendo mais inscrições vamos passar à votação do pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 66/X.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor agradeceia que se mantivessem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 15 votos contra do PSD e 2 votos contra do CDS-PP.

Presidente: Aprovado o pedido de urgência, dou a palavra ao Sr. Deputado André Bradford para o debate na generalidade.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. Secretária:

Antes de proceder à breve apresentação que tenho prevista, informo a Sra. Deputada Graça Silveira que esta iniciativa é do Grupo Parlamentar do PS e não do Governo, porque a senhora por duas vezes disse que se tratava de uma iniciativa do Governo.

No quadro do que acabei de explicar há pouco, aquando da fundamentação da urgência, e no mesmo sentido, o que se trata fundamentalmente é de uma ou duas questões e alterações de terminologia e de procedimento no âmbito do Competir +, que há agora que conformar ao atual Quadro Comunitário de Apoio.

Posso dar dois exemplos que me parecem ser os mais significativos. É o que acontece por exemplo com o termo de aceitação que passa a ter um valor formal equivalente ao do contrato de concessão de incentivos e é também o que se passa e o que acontece com o mecanismo de adiantamento de pagamentos previsto no artigo 16.º deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Há também, e com isto terminava por agora esta intervenção, a questão que se suscita com o artigo 25.º e que diz respeito ao facto de com a redação agora proposta se poder englobar projetos já apresentados e aprovados entre janeiro e junho de 2015, designadamente no âmbito do Programa Empreende Jovem, no âmbito agora do Programa Operacional Açores 2020 para efeitos de reembolso dos apoios concedidos.

Portanto, são estas, sumariamente, as alterações mais significativas que constam na nossa proposta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Façam o favor de se inscrever.

Sr. Deputado António Marinho, do PSD, tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

À partida, e por uma questão de princípio e de coerência, o PSD vai abster-se nesta iniciativa.

E vai abster-se, aliás de acordo com os argumentos que foram utilizados aquando da discussão do diploma em 2014, pelo facto de neste sistema de incentivos, contrariando uma evolução que tinha sido feita relativamente aos sistemas de incentivos anteriores, estar afastadas as grandes questões; o “sumo” dos sistemas de incentivos ter sido canalizado para os Decretos Regulamentares dos diversos subsistemas de incentivos e ter sido retirado ao Decreto Legislativo, àquilo que se passa nesta Assembleia, àquilo que temos capacidade

de aprovar, as opções subjacentes aos sistemas de incentivos, que devem passar pela Assembleia, estarem vertidas nos Decretos Regulamentares.

Por isso, esta desparlamentarização que se verificou não mereceu da nossa parte concordância. Inclusivamente, no caso concreto, levou a que o nosso sentido de voto tivesse sido de abstenção, ainda para mais porque se contrariava aquilo que tinha havido anteriormente na história do SIDER.

Tinha-se verificado que o SIDER que inicialmente era dado como um cheque em branco, justamente porque retirava à Assembleia a possibilidade de decidir as grandes questões e as atirava para os Decretos Regulamentares, entretanto ao longo do tempo o Governo percebeu, este Governo Regional, que efetivamente isso não era (julgamos que terá sido essa a decisão ou o motivo da decisão) a solução mais correta e foi, ao longo das sucessivas alterações ao SIDER, passando para o Decreto Legislativo Regional aquilo que deveria pertencer de facto ao Decreto Legislativo Regional e, portanto, levando a que da parte desta Assembleia tivesse capacidade de decidir sobre as grandes questões relativas aos incentivos às empresas.

Isso levou inclusivamente que da parte do PSD, que inicialmente se absteve no SIDER quando tudo estava nos Decretos Regulamentares, ou quase tudo (o importante estava nos Decretos Regulamentares), à medida que o Governo foi invertendo a sua posição inicial, que na última versão, por exemplo, do SIDER, da abstenção tivéssemos passado a um voto favorável.

Com o Competir + reverteu-se completamente este movimento que se verificou relativamente ao SIDER. Daí que, não em função da substância do próprio Decreto Legislativo Regional, mas essencialmente por aquilo que nele faltava, levou a que no Competir + tivéssemos optado pela abstenção como posição final.

Por isso, por uma questão de princípio, por uma questão de coerência, obviamente que não podemos deixar de votar esta segunda proposta de alteração através da abstenção, até porque é parte integrante da própria Proposta

de Decreto Legislativo Regional que é republicada em anexo ao presente diploma e do qual faz parte integrante o Decreto Legislativo Regional n.º 12/2014/A, de 9 de julho, na redação atual.

Portanto, estamos aqui a votar também esta republicação. Por isso não faria sentido, uma vez que as alterações não são no sentido de retirar aos regulamentares aquilo que deve pertencer ao legislativo, mantermos efetivamente esta mesma posição e abstermo-nos nesta iniciativa.

Mas consideramos que há algo mais neste momento. Isso tem a ver com a questão que invoquei relativamente à votação em termos de urgência, quando referi que não aprovávamos, não dávamos o nosso voto favorável à urgência, porque considerávamos designadamente que era importante serem ouvidas as associações empresariais, portanto, os representantes daqueles que em última instância são os beneficiários desse sistema de incentivos.

Deixem-me dizer que há aqui algo de curioso. Não irei utilizar aquilo que tinha aqui nas notas que tomei para esta discussão, que terá havido uma certa esperteza.

Não vou utilizar a palavra esperteza...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Mas usou!

O Orador: ... porque a palavra esperteza é capaz de ser um bocado mais violenta. Eu diria que há uma habilidadezinha nesta proposta de alteração que aqui aparece. Porquê?

Porque ao contrário daquilo que seria normal, que seria perfeitamente entendível, não é o Governo que apresenta esta proposta de alteração. É o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que apresenta esta proposta de alteração, em simultâneo com um processo de urgência e dispensa de exame em comissão, e safam-se (não leiam nas palavras nada de muito negativo, mas entendam algo de negativo,...

Deputado António Parreira (PS): É, mas não é!

O Orador: ... porque eu estou a considerar que isto é uma habilidadezinha) de tentar obter junto das associações empresariais o parecer que têm relativamente às alterações efetuadas.

Faço lembrar inclusivamente outra coisa: quando foi da discussão do Competir +, nos pareceres que foram dados pelas câmaras de comércio e designadamente pela Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, para além da própria proposta, houve algumas propostas de alteração que foram veiculadas pelas associações empresariais e que deram inclusivamente lugar a que o próprio Partido Socialista, na altura, resolvesse acolher outras alterações, ou algumas alterações relativamente àquilo que as associações empresariais tinham proposto.

O próprio PSD apresentou na altura uma proposta de alteração que também ia exatamente no mesmo sentido, ou seja, que este processo, que o processo legislativo feito, não em termos de urgência, mas ouvindo quem é o potencial beneficiário dos sistemas de incentivos, é proveitoso e ajuda a melhorar o documento.

Muito sinceramente não concordámos com a urgência e não concordamos que estejamos agora a fazer essa discussão, porque designadamente quem é o legítimo representante dos empresários ou das empresas devia estar a ser ouvido.

Por isso parece-nos que pode não ter sido uma habilidadezinha. Eu chamar-lhe-ei uma habilidadezinha. Assim é dispensável ouvir os empresários.

Por esse mesmo motivo (acresce ao facto já referido de coerência e de princípio, que foi a questão inicialmente referida por mim) justifica-se que esta iniciativa não possa merecer outra posição da nossa parte, na defesa dos empresários açorianos, na defesa das empresas açorianas, na defesa do emprego, na defesa da criação de riqueza, não faz sentido outro voto que não seja o da abstenção.

Muito sinceramente eu deixava a questão nestes termos:

Mais do que a posição do PSD, o que interessa é salvaguardar os direitos das empresas e as necessidades que as empresas têm para enfrentar uma situação que não lhes é favorável.

Por isso, encarecidamente, sem que isso tenha nada de muito sentimental, revejam a vossa posição, prescindam deste processo de urgência.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Se quiserem fazemos, para todos votarmos, um requerimento de baixa à Comissão. Vamos ouvir os empresários que são quem disto são beneficiários e não façam aquilo que agora parece ser efetivamente uma habilidade.

Esta habilidade significa não ouvir os açorianos. Neste caso concreto, esta habilidade significa não ouvir as empresas açorianas e as empresas açorianas é que são o motor da criação de emprego nesta Região.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tenho inscrito o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores, Sérgio Ávila.

Tem a palavra, Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Membro do Governo:

Penso que até agora, sobre esta proposta do PS, não ouvi nenhuma intervenção sobre o seu conteúdo, o que posso chegar à conclusão que quem falou sobre ela não leu a proposta, porque se leu a proposta não podia dizer o que acabou de dizer.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: O que esta proposta trata é de atualizar a terminologia em relação àquilo que está na regulamentação comunitária.

Como os Srs. Deputados não leram a proposta, vou abordá-la, ponto por ponto, em todos os pontos desta proposta.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ih!... O castigo aos Deputados: “vou ler ponto por ponto”!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): “Os Srs. Deputados não leram a proposta!”

Deputado Jorge Macedo (PSD): Parece que não leram!

O Orador: Primeiro, onde estava definida a “concessão de incentivos” passa a ser incluída *a aceitação da decisão*.

Onde estava referido “o processo de candidaturas” é atualizado *para avisos e Portal Portugal 2020*, que é onde entram as candidaturas.

Onde estava a referência a “contratos de incentivo” é incluída a palavra *termo de aceitação*, porque deixou de haver contratos de incentivos, o que há são termos de aceitação.

Onde estava a palavra “antecipação”, passou para a palavra *adiantamento*, porque é a terminologia usada pela Comissão Europeia para antecipação.

Onde estava referido que era “competência do Membro do Governo o encerramento do processo e a atribuição desse encerramento”, passa a ser referido *Autoridade de Gestão do Programa Operacional Açores 2020*.

Fica explícito que o *limite comunitário cumulativo em termos de auxílio de Estado* como está na legislação comunitária.

E, imagine-se, passa a definir, conforme está definido no atual Sistema Contabilístico das Empresas, que, não sendo os terrenos amortizáveis, não se pode exigir que os ativos em terrenos sejam amortizados contabilisticamente deixou de o ser.

É isto exatamente que trata esta alteração. Não altera nada de substantivo em relação às empresas.

Mais. É exatamente no que está aqui, que está nos avisos que são publicados no Portugal 2020, que as empresas se candidatam, que as empresas concorrem, e em que os projetos são aprovados. São exatamente de acordo com estas regras.

Portanto, não se trata absolutamente de mais nada que não seja isto,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E o prazo? E o prazo?

O Orador: ... com uma diferença (com uma diferença), é que passa a ser incluído no artigo 26.º, curiosamente, o Empreende Jovem e os outros programas que estavam em vigor entre janeiro e junho de 2015, e passam regularmente a poder ser financiados no atual Quadro Comunitário de Apoio. Ou seja (só vejo) só há aqui vantagens para as empresas.

E não é questão de ser vantagem ou não ser, é a mera conformação de terminologia com aquilo que efetivamente as empresas fazem neste momento.

Para se afirmar algo diferente disso, das duas uma: não se falou com as empresas, não se falou com as câmaras de comércio, não se conhece a realidade como as empresas se candidatam aos sistemas de incentivos.

A questão base é que o desafio lançado pelo Sr. Deputado António Marinho de “baixem à Comissão”, é um desafio que até pode ser aceite. A única questão que tem é, sabe quem é que fica prejudicado? São as empresas!

As empresas é ficam prejudicadas, mas se querem que as empresas fiquem prejudicadas, que se baixe à Comissão, que se ouça a Câmara de Comércio para perguntar se em vez da palavra “antecipação” está a palavra *adiantamento*, porque nos avisos que elas concorrem já têm a palavra *adiantamento*.

O que se trata é de conformar o Decreto Legislativo Regional àquilo que já é a terminologia e a forma de colocar em termos dos avisos e a forma como são feitas as candidaturas por qualquer empresa. Tão simples quanto isto.

Não há aqui nenhuma alteração,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Os 30 dias!

O Orador: ... porque as empresas concorrem, ao contrário do que aqui está referido, neste momento, é aos avisos inscritos no Portal Portugal 2020.

Este enquadramento é um enquadramento que visa apenas dar o enquadramento legislativo regional a essa operacionalização.

Por acaso alguém sabe nesta Casa por que é que passaram a concorrer diretamente ao Portal Portugal 2020? Deixo esta pergunta para a segunda fase

da minha intervenção, porque penso que quem fala sobre esta matéria deve conhecer a realidade sobre o que fala.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E os 30 dias, Sr. Presidente? Foi só um lapsozinho!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado André Bradford (PS): Vai responder ao repto do Sr. Vice-Presidente!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A esta hora dos trabalhos não vale a pena (a esta hora e a todas as horas) provocar aqui incidentes regimentais.

Só quero chamar a atenção do Sr. Vice-Presidente que não me parece nada correto, pelo facto de algumas bancadas já terem realizado as suas intervenções, que o Sr. Vice-Presidente utilize o argumento que “não leram” (os Srs. Deputados não leram).

Deputado André Bradford (PS): Parecia que não tinham lido!

O Orador: Não referenciou nem os Grupos Parlamentares, nem especificou os Deputados a quem se dirigia.

Dizer de uma forma genérica “já que os Srs. Deputados não leram, eu vou passar a ler e a referenciar as alterações”, penso que esse tipo de comentários, esse tipo de generalizações, são absolutamente dispensáveis do ponto de vista do debate democrático.

Há aqui, da parte do Sr. Vice-Presidente (e eu não vou insistir na questão) umas desculpas que são exigíveis, tendo em conta aquilo que acabou de referenciar no calor do debate e com certeza o cansaço dos trabalhos que se arrastam ao longo da semana toda.

Sr. Vice-Presidente, não é aceitável esse tipo de comentários neste Parlamento, neste ou em qualquer outro Parlamento democrático. Não é aceitável!

As questões que aqui queremos referenciar são as seguintes.

De facto, trata-se aqui de uma atualização da terminologia. É uma proposta que é elaborada pelo Partido Socialista e que vai nesse sentido.

Da nossa parte vamos manter aquela que é a posição e tem sido a posição do PPM em relação a esta proposta.

Portanto, não vamos alterar.

Da última vez que a questão foi discutida tínhamos grandes dúvidas em relação à sua eficácia.

Continuamos a ter as mesmas dúvidas, até porque, como bem referiu o Sr. Vice-Presidente, não há aqui nenhuma alteração substancial.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Há, há!

O Orador: Portanto, o nosso sentido de voto vai manter-se.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tenho inscrito o Sr. Deputado do Partido Comunista Aníbal Pires. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. Secretária Regional:

Apenas tenho uma dúvida que me parece que será eventualmente simples de explicação, mas que o Sr. Vice-Presidente não referiu na intervenção que fez há pouco.

Tem a ver com a alínea a), do artigo 5.º, que abre “os projetos cujo incentivo seja atribuído ao abrigo do Regulamento da União Europeia 1407/2013, (...) relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o funcionamento da União Europeia aos auxílios de minimis”.

Apenas que justificasse por que é que está a fazer esta alteração (as outras já percebemos). É a dúvida que me subsiste e como V. Exa. não referiu esta

alteração agradecia que me pudesse dar a justificação desta proposta de alteração.

Aproveito, entretanto, para anunciar já o sentido de voto relativamente à votação final, porque vai haver uma votação final. Nós vamos manter a mesma posição que mantivemos quando foi da aprovação do Competir +. Apenas isso. Espero pela explicação do Sr. Vice-Presidente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado do PSD, António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Eu nem sequer vou referir o teor inicial da intervenção do Sr. Vice-Presidente pela deselegância que, aliás, lhe é perfeitamente habitual. Portanto, essas deselegâncias o senhor fica com elas e acho que muito provavelmente quem as vê tirará as suas conclusões. Portanto, deselegâncias não conte comigo.

A segunda questão que queria referir era, em primeiro lugar, tendo tentado ser tão pedagógico explicando-nos o que é que era esta alteração proposta pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Deputado Aníbal Pires acabou de verificar que havia uma questão que não foi referida nesse seu elencar de todas as alterações que aí estão, mas esqueceu-se de outras. Esqueceu-se de outras!

Portanto, vamos com seriedade nestas coisas e não tentando que do ponto de vista mediático acabe por ter um tipo de comportamento que parece que os outros são todos tolos.

Os outros não são tolos, Sr. Vice-Presidente e não são tolos designadamente os empresários.

Portanto, seria muito bom e eu gostaria muito de ter esta resposta: por que é que em vez de, como é natural, ser o Governo Regional a apresentar uma proposta de alteração ao sistema de incentivos (diga porquê?), por que é que resolveu...

Julgo que a resolução terá sido sua,...

Deputado Berto Messias (PS): Claro que foi!

O Orador: ... ou terá sido por alta recriação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que faz esta proposta de alteração? Explique porquê?

A única questão que aqui está subjacente é que tendo feito desta forma o senhor evitou ouvir os empresários sobre esta matéria e os empresários são os beneficiários deste sistema de incentivos. Está mal! O senhor não quer ouvir os açorianos. A questão é clara.

De qualquer forma, conhecendo ou não conhecendo, eu não olhei para nada disto, como o senhor acabou de dizer na sua deselegância; eu não olhei para nada disto, ou nós não olhámos para nada disto. Vamos supor que assim era.

De qualquer forma a abstenção seria sempre, pelas razões invocadas inicialmente, o nosso posicionamento em função das questões que eu referi no início, mas acho que era importante, independentemente agora da posição do PSD, que explicasse por que é que não quis ouvir os empresários, por que é que pediu ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista para apresentar esta iniciativa, em vez de ser o Governo Regional, como seria natural que o fizesse? É uma habilidadezinha? Não sei se é a habilidade! Não sejamos tão violentos na utilização da terminologia.

Foi uma coisa que dava mais jeito? Não sei! Mas acho que deve ser explicado.

Não deve explicar não é ao PSD. A quem o senhor deve explicar é aos empresários açorianos, por que é que não lhes quis dar pura e simplesmente a oportunidade de se pronunciarem relativamente às alterações que aqui estão e isso é importante para que os açorianos saibam com que Governo é que contam. E é um Governo que agora, a caminho do seu fim, já nem quer mais ouvir as pessoas. Tem medo de ouvir as pessoas.

Ouçã e acolha as sugestões que possam ser dadas e que permitem melhorar um sistema de incentivos que é absolutamente essencial para as entidades empresariais açorianas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. Secretária:

Eu não estava para intervir...

Deputado André Bradford (PS): E ia pelo caminho certo!

A Oradora: ... mas como o Sr. Vice-Presidente disse várias vezes “as pessoas que se pronunciaram sobre isto...”, “as pessoas que se pronunciaram sobre isto...”, como o CDS se pronunciou, eu vi-me obrigada a vir a debate.

Em primeiro lugar, quando diz que os Srs. Deputados que se pronunciaram sobre isto não fizeram o seu trabalho de casa, não leram a iniciativa, é uma assunção, no mínimo, desagradável.

A seguir, passar a ler todas as alterações foi, no mínimo, tentar infantilizar os Deputados desta Casa.

Mas devo dizer-lhe, Sr. Vice-Presidente, que não só li, como lhe devo lembrar que não foi apenas o artigo 5.º que não foi mencionado. No artigo 14.º, por exemplo, o senhor além da rescisão dos contratos, ainda dá a possibilidade do Governo revogar a concessão do apoio.

Além disso, diminui de 90 para 30 dias...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Gostei mesmo que dissesse isso!

A Oradora: ... o prazo que as empresas têm...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Caiu que nem uma patinha!

A Oradora: Mas tem. É uma alteração que pode ser melhor, pode ser pior.

Acho que se as empresas tiverem apenas 30 dias para devolver os apoios em vez de 90 dias, não vão achar que é uma bondade da sua parte.

Mas só para lhe provar que tudo isto foi lido.

Se eu acho que é melhor, ou se eu acho que é pior, a argumentação é, quem é o principal objeto disto é que tem que se pronunciar e deveria ser ouvido.

Portanto, vim a debate só para lhe dizer que acho estranho essa sua necessidade de dar lições de sapiência.

Se bem me lembro a última foi quando estávamos a discutir o Plano e Orçamento, às 3 da manhã...

Deputado António Parreira (PS): Três e meia!

A Oradora: ... que decidiu explicar aos Srs. Deputados como é que se calculavam taxas de IVA.

Portanto, vem sendo recorrente é sua necessidade de dar lições aos Srs. Deputados desta Casa o qual eu registo.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado do Partido Socialista André Bradford.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. Secretária:

Brevemente, até porque parece-me que a intervenção inicial que fiz explica em termos genéricos os propósitos e o conteúdo das propostas de alteração,...

(Diálogo entre a Deputada Graça Silveira e o Deputado Berto Messias)

O Orador: Não sei se posso continuar.

Presidente: Sr. Deputado, já reúne as condições para continuar.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dizia eu que, de uma forma muito breve, só para dizer à casa que chegou a nossa vez, aqui na bancada do Partido Socialista, por clamarmos por respeito das outras bancadas e em particular da bancada do Partido Social Democrata.

O Sr. Deputado António Marinho, habitualmente no debate deste tipo de questões, tem uma fixação muito evidente no Governo e em particular no Sr. Vice-Presidente do Governo.

Deputado António Marinho (PSD): Já tive! Já não tenho! Não vale a pena!

O Orador: Digamos que é um clássico dos debates nestas áreas aqui na nossa Assembleia.

Mas parece-me ser um pouco de mais o facto de não só atribuir a responsabilidade, e a iniciativa deste conjunto de propostas de alteração, ao Governo, como o facto de pura e simplesmente ignorar um partido que tem legitimidade democrática, autonomia de propositura, liberdade de iniciativa e que trouxe a esta Casa um conjunto de propostas de alteração a um Decreto Legislativo Regional.

Fomos nós que o fizemos no exercício da nossa Autonomia, da nossa capacidade de iniciativa e legitimados pelo voto da maioria absoluta dos açorianos, e isso eu vou voltar a dizer: legitimados pelo voto da maioria absoluta dos açorianos!

Portanto, não estamos a fazer nada que não nos seja permitido e isso devia merecer da parte das outras bancadas o respeito suficiente para reconhecerem que não só podemos como de facto trouxemos aqui um diploma para ser apreciado nesta Casa.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tenho inscrito o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores. Tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Membro do Governo:

Muito rapidamente e começando pela Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Noventa dias a confirmar!

O Orador: Algo de muito de simples e direto:

O prazo efetivo de reembolso atualmente não são 90 dias.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas é o que está escrito!

O Orador: São 30 dias, porque isso que está aí já foi revogado pelo Decreto-Lei que define a nível nacional que são 30 dias o prazo de reembolso de todos os incentivos no PO. Portanto, isto não altera absolutamente nada em relação ao que existe.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas isso não altera absolutamente nada a acusação que o senhor fez de não termos lido a proposta!

O Orador: A senhora saiba a legislação nacional que enquadra o PO...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Lemos a proposta e sabemos o que é que tinha de diferente!

O Orador: ... e tinha evitado passar por essa situação que passou agora.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Que situação? Só quis dizer que li tudo! Sei todas as alterações!

O Orador: Devo dizer-lhe que eu não dou lições a ninguém.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ah, não!... Mas foi o que o senhor quis fazer parecer!

O Orador: Nem nunca invoquei aqui...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Então o que é que está a fazer agora?

O Orador: ... a minha profissão para demonstrar a minha razão, ao contrário de outros.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Nem eu!... Nem eu!... Eu gostava que o senhor visse alguma declaração minha a invocar a sua profissão. Os seus deputados de bancada é que me acusam sempre da minha profissão para ter um determinado discurso, que é uma coisa completamente diferente.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados da bancada do PS e a Deputada Graça Silveira)

Presidente: Agradecia que a câmara fizesse silêncio para o Sr. Vice-Presidente continuar a sua intervenção.

Agradecia que o Sr. Vice-Presidente continuasse a sua intervenção.

O Orador: Portanto, vamos aos dados objetivos.

Também nesse artigo não há nenhuma alteração àquilo que as empresas têm como regulamentação atual. O que visa apenas é atualizar a legislação regional à legislação enquadradora a nível nacional que define o prazo obrigatório de reembolso destes incentivos.

É este prazo que as empresas já praticam e é este prazo que já está em vigor.

Portanto, esta alteração pretende apenas fazer uma conformidade com aquilo que é já o enquadramento legislativo e esse enquadramento legislativo, que é uma coisa que ainda não perceberam, é dado pelo Programa Operacional...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não percebemos! O senhor vai explicar, mas não quer dar lições!

O Orador: ... e pela própria Comissão Europeia.

Mas eu tinha feito uma pergunta que ficou efetivamente sem resposta...

Deputado Bruno Belo (PSD): Mas o senhor não faz perguntas! O senhor vem aqui dar resposta!

O Orador: ... e este é que é o aspeto essencial de toda esta matéria.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas o Governo é que vem aqui dar resposta, não são os Deputados!

O Orador: É que este “consequimos” com o atual sistema de incentivos, com este sistema de incentivos, com estas alterações apenas de palavra, de nomenclatura, de atualização de palavras, sem alterar a essência, conseguimos algo que eu tenho aqui, que é a avaliação da Comissão Europeia sobre este sistema de incentivos na sua globalidade.

E a urgência da aprovação deste diploma é que esta resposta da Comissão Europeia chegou no passado dia 7 de abril e diz que concorda exatamente com

os nossos sistemas de incentivos nestes termos, precisando fazer estas alterações de nomenclatura e nestes aspetos, para garantir uma coisa essencial: os sistemas de incentivos da Região serão, naquilo que concerne no apoio público dado, comparticipados a 100% por Fundos comunitários.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Repito: a 100% por fundos comunitários.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: É o interesse deste diploma, desta articulação de nomenclatura, porque conseguimos duas coisas essenciais: conseguimos pôr em funcionamento um sistema de incentivos primeiro que qualquer outra Região do país e conseguimos não ter nenhum período onde não havia sistema de incentivos em funcionamento.

Mesmo com o atraso do Quadro Comunitário, de janeiro a junho de 2015, ao contrário do resto do país onde as empresas não se podiam candidatar, conseguimos manter em funcionamento o sistema de incentivos SIDER e Empreende Jovem.

Sendo janeiro e junho de 2015 um período que já estava abrangido pelo novo Programa Operacional, é necessário essa conformidade como aqui está, para que essa despesa que foi feita, que foi paga e que foi liquidada às empresas possa ser reembolsada à própria Região, que a suportou, que a pagou, e com esta nomenclatura passa a ter a possibilidade de reembolso (repito) a 100%. É uma excelente notícia para os Açores e é uma excelente notícia para os açorianos. E é isto que está aqui em causa.

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e da Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares)

E não se altera na matéria do Decreto Legislativo Regional mais do que estas questões operacionais, que penso que mais do que uma formalidade é algo que é extremamente importante estar em vigor e adequar. É apenas isso.

Mas digo-lhe mais e respondendo ao Sr. Deputado Aníbal Pires. Exatamente o que o Sr. Deputado disse é uma referência que já faz parte da regulamentação comunitária.

Aquilo que se chama as regras de minimis, que são os limites de auxílio de Estado, têm de estar abalizados (já estão!).

O facto de estar aqui ou não estar, não altera absolutamente nada daquilo que é a prática. E mais, que é coisa que também alguns ainda não perceberam: pelo facto de ser comparticipada a 100% a despesa pública feita nos sistemas de incentivos, essa mesma é feita via Portal Portugal 2020, é feita por aviso e não por este enquadramento legislativo.

A aprovação é feita pela Autoridade de Gestão e não pelo Membro do Governo; passa a haver a palavra *adiantamento* e não “antecipação” e não há contrato escrito de incentivos, é *termo de aceitação*. É disto que estamos a falar.

E em boa-fé, não acredito que ninguém, nenhuma empresa, sabendo apenas que estamos a conformar isso, a atualizar a regulamentação comunitária, é uma atualização meramente legislativa (e já vi aqui tantos pedidos de urgência por coisas bem mais substanciais, com a alteração de nomenclatura) possa questioná-la.

Mas se quiserem questionar e se quiserem ouvir, as Câmaras de Comércio vão todas obviamente concordar com isto, porque é isso que já estão a fazer, as empresas todas vão concordar com isso porque são as regras que as empresas têm quando se candidatam e entram no Portal 2020.

Não estamos a tratar de fazer coisas para as empresas fazerem. Estamos a pôr na legislação aquilo que as empresas já fazem através do Portal 2020. Não alteramos absolutamente nada sobre as regras que estão nos avisos publicados.

Isso é uma questão tão simples e tão clara, por isso não percebo as dúvidas que existem sobre esta matéria.

Mas a substâncias deste processo e de um processo de bastante tempo foi: os Açores foram a única Região do país que mantiveram sempre sistemas de incentivos sem nenhuma paragem, sem nenhum período em que esses sistemas de incentivos não tivessem a funcionar e nós arriscámos, arriscámos muito, porque de janeiro a junho de 2015 mantivemos sistemas de incentivos anteriores com o novo Programa Operacional e conseguimos na parte substantiva dos mesmos assegurar financiamento no novo PO e conseguimos assegurar um financiamento a 100% da própria despesa pública, o que quer dizer que esse esforço financeiro feito nos sistemas de incentivos que mantivemos vai agora, e muito, alavancar as receitas da própria Região, porque as despesas já foram feitas e só podem estar contra isto quem não quer que a Região tenha as receitas devidas da despesa que já fez e do investimento que já fez.

Só posso atribuir a essa razão a razão para estar contra estas alterações.

Permitam-me uma nota final: respeito, compreendo, aceito e até acho correto que os partidos mantenham a sua coerência de voto em relação àquela que tiveram sobre esta matéria no diploma inicial, precisamente com o argumento contrário àqueles que referiram, porque este diploma mantém exatamente o que existia no diploma anterior. Por isso, se justificam isso para manter o sentido de voto, estão a entrar em contradição quando dizem que há aqui alterações em relação ao sistema anterior.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e da Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares)

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros Governo:

Uma última intervenção apenas para dizer ao Sr. Deputado André Bradford que ninguém lhe retira a legitimidade de apresentar aqui as mais diversas iniciativas. É salutar, é bom que o façam.

Portanto, não há qualquer razão quanto a isso.

Apenas para lhe dizer que se este pedido de urgência tivesse sido apresentado, como era possível, pelo Governo, teríamos exatamente a mesma posição, a posição que manifestámos e votaríamos contra a urgência na mesma.

Não sendo, a única questão para a qual ficámos alerta é que podia ser a tal habilidadezinha para não ser o Governo a tomar esse encargo e transferir isso para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputado André Bradford (PS): Mas olhe que não é!

O Orador: Vamos dar de barato que não há habilidadezinha, mas fica a questão substancial e a questão substancial é que os senhores não quiseram ouvir os beneficiários desta medida, o que é que eles pensavam. Até podiam trazer aqui (uma sugestão, por exemplo) este mesmo Projeto de Decreto Legislativo Regional acompanhado, porque tinham feito previamente um contacto com empresários, com associações empresariais e acompanhado da respetiva auscultação e essa questão já era uma questão de somenos importância. Estava aqui.

Não o fizeram! Os senhores não ouviram os empresários sobre uma coisa que lhes diz diretamente respeito.

Deputado André Bradford (PS): E que os beneficia!

O Orador: Essa é a questão substancial e é uma questão que deveria ser naturalmente respondida.

Não sendo respondida, apenas eu diria que é perfeitamente sintomático que mais uma vez não tenha querido ouvir os açorianos e neste caso as empresas açorianas.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Outra vez os 30 dias!

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. Secretária:

É muito interessante a argumentação do Sr. Vice-Presidente que diz que mete rasteiras aos Srs. Deputados para ver se eles vêm aqui a jogo para depois o Sr. Vice-Presidente vir brilhar.

Deputado André Bradford (PS): Mas quem é que disse isso?

A Oradora: Então eu digo-lhe:

O Sr. Vice-Presidente passa o tempo a dizer que os seus sistemas de incentivos para a Região, são da Região e que nós somos pioneiros.

É interessante, porque se o senhor é pioneiro neste sistema de incentivos, como é que depois vem usar como argumento, exatamente a seguir, que tem que pôr os 30 dias, porque os 30 dias até já estão em vigor na República?

Mas afinal o senhor é pioneiro ou na República já existem os 30 dias?

Os sistemas de incentivos são uma criação sua, são uma novidade na Região ou já existem na República, como de resto o Portal 2020, e que os 30 dias já estão em vigor na República e o senhor agora vai ter que passar para o Decreto Legislativo Regional? É uma pergunta que lhe faço, porque o senhor vem aqui fazer perguntas aos Deputados, mas que eu saiba, o Governo quando vem cá é para ser questionado pelos Deputados e dar respostas.

Deputado André Bradford (PS): Está impedido de fazer perguntas!

Deputado António Marinho (PSD): Ó Graça, mas não foi o Governo que apresentou, foi o Grupo Parlamentar!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas nem sequer o Sr. Deputado que apresentou também não o leu!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente Sérgio Ávila.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Membro do Governo:

Eu não queria a esta hora e hoje fazer aquilo que vou ter que fazer agora, Sra. Deputada.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Que é ser desagradável!

O Orador: A Sra. Deputada criticou a proposta, porque as devoluções passariam de 90 para 30 dias.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eu não critiquei!... Eu não critiquei!... Eu disse que era uma das alterações que o senhor não tinha mencionado! O senhor não simplifica nenhuma!

O Orador: Mas não é alteração nenhuma, Sra. Deputada.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Estava lá 90, passou para 30!

O Orador: Sabe porquê?

Porque o Decreto-Lei 159 (imagine-se), de 2014, impôs esse prazo para todos os fundos comunitários...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Então por que é que o senhor fez o Decreto Legislativo Regional com 90 dias?

O Orador: ... e os Programas Operacionais nacionais.

Ou seja, foi o seu partido no Governo que fez uma lei a dizer que a devolução é em 30 dias para todos os Programas Operacionais do país. É tão simples quanto isso. Portanto já é, e já é por decisão vossa quando estavam na República. Tão simples quanto isso.

Portanto, não altera nada.

O que nós estamos aqui a falar é (repetindo como última intervenção) de um diploma que não altera absolutamente nada, apenas atualiza os nomes daquilo

que já existe na prática. Portanto, é algo que tem necessariamente... Na prática, quem conhece as empresas, quem trabalha com as empresas, quem fala com as empresas, sabe que são estas as regras que elas aplicam exatamente nestes termos, não alterando nada sobre esta matéria.

É isso que temos aqui em cima da mesa, é querer atualizar a legislação à realidade que existe, com um dado objetivo que é muito importante: a eficácia de aplicação desses sistemas, dos fundos comunitários nos Açores, fez com que, de acordo com o relatório publicado recentemente, até ao final de janeiro deste ano, 80% (não é engano) dos fundos comunitários executados no país tenham sido executados na Região Autónoma dos Açores.

É esse dado essencial que gostaria de aqui ficar: 80% da execução real dos fundos comunitários no país deste novo Quadro Comunitário de Apoio foram executados nos Açores.

Deputada Benilde Oliveira (PS) e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e da Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Devo dizer-lhe que se o Decreto-Lei da República obriga à devolução a 30 dias, eu não percebo como é que o Decreto Legislativo Regional tem a 90 dias.

Deputado André Bradford (PS): É o anterior, Sra. Deputada!

A Oradora: Foi há dois anos...

Eu sei. Eu sei que um é de julho e que o outro é de outubro, agora eu pergunto é:

Se isto está incompatível há dois anos, como é que o senhor vem usar agora como argumentação que isto tem que ser uma urgência...

Deputado André Bradford (PS): Está incompatível com o que existe a nível nacional!

A Oradora: ... para se fazer as alterações que são necessárias, para que os empresários açorianos possam usufruir? Teve dois anos para fazer essa alteração.

Isto já é a segunda alteração a este Decreto Legislativo.

Por que é que não as introduziu anteriormente?

Agora é uma urgência. Temos que discutir isto com urgência, uma coisa que já está de uma forma que não devia estar há dois anos.

Se o Decreto-Lei há dois anos diz que tem que ser em 30 dias, há dois anos desde 2014, agora, passados dois anos, temos que discutir com urgência para compatibilizar as coisas.

Sr. Vice-Presidente, deixe-me dizer-lhe, mas esta argumentação não é a melhor.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Sérgio Ávila.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Tem que lhe dizer uma coisa, Srs. Deputada, e é a última vez que lhe falo sobre isso: acho que a Sra. Deputada ainda não percebeu como é que isto funciona.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eu sou “devagarinho”!

O Orador: A Sra. Deputada ainda não percebeu, porque as candidaturas das empresas são feitas aos avisos colocados no Portal 2020 e é esse portal que atualiza imediatamente as regras.

As regras que aqui estão...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Leia o de há dois anos!

O Orador: ... já estão no portal. São as regras que estão a ser praticadas desde a altura. Portanto, não se está aqui a alterar regra nenhuma. Está-se a conformar

a legislação regional sobre esta matéria. E pergunta a Sra. Deputada: “então por que é que se faz essa conformidade?”

Faz-se essa conformidade, porque faz mais sentido termos a legislação regional enquadradora com aquilo que são os avisos. É apenas isso.

Por isso é que estas alterações não têm quaisquer efeitos práticos na vida das empresas, na candidatura das empresas, porque estão subordinadas exatamente a essas regras. É tão simples quanto isso.

Pergunta a Sra. Deputada: “por que é que é urgente?”

É urgente porque essa conformidade, que é uma conformidade meramente de ajustamento legislativo, sem nenhuma implicação para as empresas e para fora do edifício legislativo, assegura a possibilidade da Região receber...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): A 100%!

O Orador: ... a 100% aquilo que já gastou.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ah, não! Não é!

O Orador: Portanto, o único interesse... Já gastou porque nós fizemos uma coisa essencial: as empresas receberam sempre os incentivos no mês em que os processos foram despachados, independentemente da Região ser ou não reembolsada pelo mesmo.

Este esforço que foi feito pela Região, que todos esses sistemas e todas estas questões eram apenas uma relação entre a Região e a Comissão Europeia nunca, mas nunca, afetou as empresas, porque sempre receberam os seus apoios no momento certo, assumindo a Região esta responsabilidade e agora com esta matéria assegura a participação total deste investimento.

Portanto, a única entidade que altera aqui alguma coisa não são as empresas, é a Região, o Orçamento da Região, que permite arrecadar mais rapidamente uma receita que é reembolso de uma despesa que já efetuou.

É o único interesse que tem sobre esta matéria.

Portanto, o prazo ou não de aprovação só altera uma única entidade. É um benefício para o Orçamento da Região poder receber essa receita mais cedo e a

única questão a dizer é se querem que a Região receba esse reembolso da despesa que já fez mais cedo ou não.

É essa a única urgência que está aqui em causa sobre esta matéria.

Eu penso que para quem defende o interesse da Região, é melhor que a Região receba mais cedo esses reembolsos, mas isso é quem defende efetivamente o interesse da Região.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Tenho inscrito o Sr. Deputado do Partido Socialista, André Bradford. Tem a palavra.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Muito rapidamente:

Esta intervenção, que não tencionava fazer, é apenas para transmitir a esta Casa o protesto que eu decidi não fazer. Não vou fazer um protesto pelo facto da Sra. Deputada Graça Silveira ter dito, em aparte, que o Deputado que apresentou este diploma nem sequer o leu. Foi exatamente isto que a Sra. Deputada disse: “o deputado que apresentou este diploma nem sequer o leu”.

Mas há duas ou três coisas que tenho que dizer à Sra. Deputada Graça Silveira. Primeiro, tenho que lhe dizer que isto não é uma guerra e nós não estamos sempre obrigado a ganhar, Sra. Deputada. Isto é um confronto de ideias, é um local onde se discute pontos de vista e onde quem tem que ganhar é a Região e são os açorianos, e não a senhora,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: ... ou eu, ou o Sr. Vice-Presidente.

Em segundo lugar, tenho também que lhe dizer que não há qualquer obrigação aqui dentro de sermos peritos em tudo, só porque somos peritos numa determinada área.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Se a senhora tem uma formação específica e de elevado grau numa determinada área, ninguém espera de si que isso se transfira para as outras áreas todas da governação e que seja capaz de dizer maravilha e de ter sempre razão...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É mais uma prova de que os Deputados que suportam o Governo é que estão sempre a falar da minha profissão! Não sou eu! São eles!

O Orador: ... em tudo o que diz sobre qualquer outra área. Portanto, fique também esclarecida sobre esse aspeto.

Em terceiro lugar, há mais uma coisa que eu gostava de lhe dizer e a senhora vai ter ouvir, se quiser.

Antes da senhora chegar a esta Casa já havia debates, já havia dúvidas, já havia esclarecimentos, já havia longas e indetermináveis discussões.

Depois da senhora sair desta Casa, um dia, e que de eu sair desta Casa, vai continuar a haver discussões, debates, dúvidas, tentativas de esclarecimento. Isto chama-se democracia e funciona mesmo assim.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Com certeza!

O Orador: Não mudou com a senhora vindo para cá e não vai alterar-se quando a senhora se for embora.

Portanto, não vale a pena quando não tem razão socorrer-se de frases do tipo: o Sr. Deputado que apresentou o diploma nem sequer o leu.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O Sr. Vice-Presidente disse que nenhum Deputado leu o diploma! O Sr. Vice-Presidente disse que nenhum deputado tinha lido!

O Orador: Isso é uma desconsideração, fica-lhe mal, é desadequado e mesmo no seu caso...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O Sr. Deputado António Marinho falou, eu falei e o Sr. Deputado falou! Portanto se quem falou nem sequer o leu, fomos nós os três!

O Orador: A senhora disse, de facto disse.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Foi o Sr. Vice-Presidente quem disse que nenhum Deputado tinha lido o diploma!

Deputado Domingos Cunha (PS): Não, não!

Presidente: Srs. Deputados, vou pedir só 10 segundos ao Sr. Deputado André Bradford.

Agradecia que se tratassem por “Srs. Deputados” um ao outro.

O Orador: Foi o que eu fiz. Não fiz?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não senhor!

Presidente: Agradecia que fizessem algum silêncio...

O Orador: Não fiz?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não!

O Orador: Peço desculpa.

Presidente: Faça o favor de continuar a sua intervenção.

O Orador: Com certeza, Sr. Presidente, mas estava difícil.

Se eu por acaso não disse “Sra. Deputada”, peço desculpa. Foi sem querer. A partir de agora direi.

Estava mesmo a terminar para dizer que aquilo que a senhora disse não lhe dá mais razão...

Deputado Domingos Cunha (PS) e Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Deputada!

O Orador: ... Sra. Deputada disse, não lhe dá mais razão...

(Apartes inaudíveis entre o Deputado Paulo Estêvão e os Deputados da bancada do PS)

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Deputada e Sr. Deputado...

Presidente: Srs. Deputados, eu agradecia que o Sr. Deputado André Bradford continuasse a sua intervenção.

O Orador: Aquilo que V. Exa. disse, não se diz e não apaga eventuais razões ou a falta de razão que a senhora tenha neste debate.

Portanto, eu percebo. Às vezes é incomodo, às vezes somos obrigados a perceber que não sabemos daquilo que estamos a falar, que não sabemos o suficiente daquilo que estamos a falar, mas isso não lhe dá o direito de dizer aquilo que disse sobre a minha prestação neste debate e sobre a forma como eu encaro a minha missão de deputado nesta Casa.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está inscrita a Sra. Deputada do CDS-PP, Graça Silveira. Tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. Secretária:

Sr. Deputado André Bradford, a única pessoa aqui que disse que quem tinha falado nesta matéria não tinha lido seguramente a iniciativa foi o Sr. Vice-Presidente.

Deputado André Bradford (PS): A Sra. Deputada disse que eu não tinha lido diploma!

A Oradora: Houve três pessoas que falaram: falou o Sr. Deputado André Bradford, falou o Sr. Deputado António Marinho e falei eu própria.

Deputado André Bradford (PS): A Sra. Deputada disse aquilo que eu disse!

A Oradora: Eu estava só a repetir aquilo que tinha sido dito. Eu estava só a repetir aquilo que o Sr. Vice-Presidente tinha dito.

Quanto ao Sr. Vice-Presidente, o senhor veio a debate e ficámos obviamente esclarecidos.

Há dois anos que era preciso consensualizar estas alterações que nunca foram feitas, mas que agora é preciso fazer, porque as candidaturas têm que ser feitas no Portal 2020 e porque não vai fazer alteração nenhuma para as empresas. A

única alteração é que o Governo Regional vai receber dinheiro mais cedo, que eu imagino que seja de uma enorme urgência em ano de eleições.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Não tenho mais nenhuma inscrição. Depreendo que podemos passar para a votação na generalidade.

Vamos votar na generalidade o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 66/X – Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2014/A, de 9 de julho, que cria o Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial - COMPETIR +, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Vamos começar a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor, agradecia que se mantivessem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Sra. Secretária, faça favor.

Secretária: O Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 14 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos passar de imediato para a especialidade.

Eu não tenho nenhuma proposta de alteração. Podemos votar em conjunto os artigos 1.º e 2.º; o artigo 1.º com as alterações propostas, o artigo 2.º e o artigo 3.º.

Portanto vamos votar, como disse há pouco, os três artigos em conjunto com as alterações propostas.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor, agradecia que se mantivessem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciado foram aprovados com 26 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 14 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos passar à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor, agradecia que se mantivessem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Sra. Secretária, faça favor de dar o resultado.

Secretária: Em votação final global, o Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 14 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Srs. Deputados, vamos finalizar os nossos trabalhos com a Proposta de Deliberação.

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de abril”.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor, agradecia que se mantivessem como estão.

Secretária: A Proposta de Deliberação final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Terminados os trabalhos, boa viagem para todos.

Eram 19 horas e 29 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

José Joaquim Ferreira **Machado**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Partido Social Democrata (PSD)

Luís Maurício Mendonça Santos

(*) Texto não revisto pelo orador.

Documento entrado

Listagem da correspondência

1 – Projeto de Lei:

Assunto: Salvaguarda da regularização das explorações pecuárias e outras prorrogando o prazo estabelecido no Decreto-Lei n.º 165/2014. - n.º 250/X - n.º 156/XIII/1.^a (PS)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 04 – 08

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 04 – 28;

Assunto: Transparência dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos - n.º 251/X - n.º 157/XIII/1.ª (BE)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 04 – 12

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2016 – 05 – 02.

2 – Proposta de Lei:

Assunto: Regula o acesso à informação administrativa e a reutilização dos documentos administrativos, incluindo em matéria ambiental, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro de 2003, relativa ao acesso do público às informações sobre ambiente, e a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2003, relativa à reutilização de informações do setor público – n.º 249/X - n.º 18/XIII/1.ª (GOV)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 04 – 08

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2016 – 04 – 28.

3 – Projetos de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Segunda Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2014/A, de 9 de julho, que cria o sistema de incentivos para a competitividade empresarial – Competir + - n.º 66/X](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2016 – 04 – 13

Pedido de Urgência e Dispensa de Exame e Comissão;

Assunto: [Altera o Vale Saúde e aprova o sistema integrado de gestão de inscritos para a cirurgia da RAA n.º 67/X](#)

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2016 – 04 – 13

Pedido de Urgência e Dispensa de Exame e Comissão.

4 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Pronúncia por iniciativa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre a construção do Novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada – n.º 157/X](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2016 – 04 – 13

Pedido de Urgência e Dispensa de Exame e Comissão.

5 – Requerimentos:

Assunto: [Decreto Legislativo Regional n.º 28/2012/A, de 26 de junho - Utilização de organismos geneticamente modificados e dos produtos deles derivados](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2016 – 04 – 07

Referência: 54.06.00 – N.º 559/X;

Assunto: [Equipamentos e Serviços do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira](#)

Autor: Luís Rendeiro, Judite Parreira, Paulo Ribeiro e Luís Maurício dos Santos (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 04 – 08

Referência: 54.03.03 – N.º 560/X;

Assunto: [Funcionamento do Centro de Processamento de Resíduos do Faial](#)

Autor: Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 04 – 13

Referência: 54.03.07 – N.º 561/X.

6 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Unidade de Saúde da ilha do Corvo - Dados de gestão e organização](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 04 – 08

Referência: 54.07.09 – N.º 505/X;

Assunto: [Deslocação à Unidade de Saúde da ilha do Corvo de médicos especialistas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 04 – 11

Referência: 54.07.09 – N.º 506/X;

Assunto: [Atrasos no âmbito das participações diárias aos doentes deslocados](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 04 – 11

Referência: 54.07.09 – N.º 510/X;

Assunto: [Adjudicação da empreitada referente à Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 04 – 11

Referência: 54.07.09 – N.º 528/X;

Assunto: [Programa "Meus Açores Meus Amores" - deslocação à ilha do Corvo desincentivadas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 04 – 12

Referência: 54.07.09 – N.º 509/X.

7 – Comunicações/Informações:

Assunto: Envio por correio eletrónico o relatório de auditoria e a verificação interna de conta de gerência aprovados e abaixo indicados:

- Relatório n.º 3/2016-FS/SRATC (Ação n.º 14-229FS2) – Auditoria “Gestão da dívida e outras responsabilidades assumidas pela SPRHI, S.A.”;

- Relatório n.º 04/2016-VIC/SRATC (Ação n.º 15-403VIC3) – “Município da Ribeira Grande”

Proveniência: O Subdiretor-Geral da Secção Regional do Tribunal de Contas, Fernando Flor de Lima

Data de Entrada: 2016 – 04 – 08;

Assunto: Email com dois documentos abaixo indicados:

- Parecer do Conselho de Opinião sobre a distribuição internacional da RTP3, RTP-Açores e RTP-Madeira

- Carta que pretende responder às questões levantadas pelo Conselho de Opinião e complementar a informação, nomeadamente das expetativas financeira, daquele projeto. Respostas às questões levantadas sobre a RTP-Açores

Proveniência: Dr. José Lourenço, Representante da Região do Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal

Data de Entrada: 2016 – 04 – 12;

Assunto: Ofício a solicitar agendamento nesta Sessão Plenária de perguntas com resposta escrita formada em pergunta oral ao abrigo do n.º 3 do artigo 182.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2016 – 04 – 12;

Assunto: Ofício a acusar a receção e a agradecer o envio do Voto de Pesar, pelo falecimento de António de Almeida Santos e de informar que o mesmo foi levado ao conhecimento dos Grupos Parlamentares e do Partido Pessoas – Animais – Natureza

Proveniência: A Chefe de Gabinete da Assembleia da República, Maria José Ribeiro

Data de Entrada: 2016 – 04 – 13.

8 – Relatórios:

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 04 – 13;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 148/X – “Remoção das algas acumuladas no ‘porto velho’, na vila da Madalena do Pico, e realização de Estudo que permita identificar as causas e efeitos dessa acumulação”](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 04 – 08;

Assunto: [Proposta de Resolução n.º 16/X – 1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2016.](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 04 – 08;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 66/X – Alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, que estrutura o Parque Marinho dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 04 – 08;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 142/X – “Requalificação do Porto Novo”](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 04 – 08;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 17/XIII/1.ª \(ALRAM\) – Terceira alteração à Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 4/2006, de 16 de janeiro, e alterada pelas Leis n.ºs 78/2013, de 21 de novembro, e 34/2014, de 19 de junho, que estabelece a titularidade dos Recursos Hídricos – n.º 231-AR](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 04 – 13;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 141/XIII/1.ª – 12.ª alteração ao Estatuto dos Deputados – n.º 240-AR](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 04 – 14;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 194/XIII/1.ª – Visa o reforço dos meios e competências da Autoridade para as Condições de Trabalho e a garantia da eficácia da sua intervenção](#) – n.º 242-AR

Proveniência: Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 04 – 14;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2016 – 04 – 11;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 04 – 12;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão Economia

Data de Entrada: 2016 – 04 – 11;

Assunto: [Proposta de Lei – Assegura a execução e garante o cumprimento, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes do Regulamento \(UE\) n.º 1169/2011, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro, relativo à prestação de informação aos consumidores dos géneros alimentares, e do Regulamento de Execução \(UE\) n.º 1337/2013, da Comissão, de 13 de dezembro, no que respeita à indicação da origem ou local de proveniência da carne fresca, refrigerada e congelada de suíno, ovino, caprino e de aves de](#)

[capoeira, e transpõe a Diretiva n.º 2011/97/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro - MAFDR](#) - (Reg. DL 71/2016) – n.º 217-OGP

Proveniência: SubEconomia

Data de Entrada: 2016 – 04 – 12.

9 – Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 129, 130, 131.

Está presente nesta Sessão Plenária o Diário da ALRAA n.º 132.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco